

Organizadores

Michele Eduarda Brasil de Sá
Aldenor da Silva Ferreira



E-BOOKS DA
PÓS-GRADUAÇÃO

GTJAP

Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre o Japão

O JAPÃO SOB MÚLTIPLOS OLHARES

editora
UFMS

Organizadores

Michele Eduarda Brasil de Sá
Aldenor da Silva Ferreira

O JAPÃO SOB MÚLTIPLOS OLHARES



editora
UFMS



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

RESOLUÇÃO Nº 103-COED/AGECOM/UFMS, DE 29 DE ABRIL DE 2022.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)
Ana Rita Coimbra Motta de Castro
Além-Mar Bernardes Gonçalves
Alessandra Regina Borgo
Antonio Conceição Paranhos Filho
Antonio Hilario Aguilera Urquiza
Cristiano Costa Argemon Vieira
Delasnieve Miranda Daspert de Souza
Elisângela de Souza Loureiro
Elizabete Aparecida Marques
Geraldo Alves Damasceno Junior
Marcelo Fernandes Pereira
Maria Ligia Rodrigues Macedo
Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

O Japão sob múltiplos olhares [recurso eletrônico] / organizadores Michele Eduarda Brasil de Sá, Aldenor da Silva Ferreira – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2022.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-89995-52-4

1. Língua japonesa. 2. Literatura – Japão. 3. Japão – Cultura. 4. Japão – Imigração. I. Sá, Michele Eduarda Brasil. II. Ferreira, Aldenor da Silva. III. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (23) 495.6369

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/2.395

ORGANIZADORES:
Michele Eduarda Brasil de Sá
Aldenor da Silva Ferreira



O JAPÃO SOB MÚLTIPLOS OLHARES

Campo Grande - MS
2022

© dos autores:

Michele Eduarda Brasil de Sá
Aldenor da Silva Ferreira

1ª edição: 2022

Projeto Gráfico, Edição Eletrônica

TIS Publicidade e Propaganda

Revisão

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



O presente trabalho foi realizado com apoio
da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES)
Código de Financiamento 001

ISBN: 978-65-89995-52-4

Versão digital: maio de 2022



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO08

Capítulo 1

90 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO AMAZONAS

Alfredo Kingo Oyama Homma.....16

Capítulo 2

COLÔNIA CACHOEIRA GRANDE: PASSADO E PRESENTE

Linda Midori Tsuji Nishikido.....34

Capítulo 3

PERSONAGENS NIPO-BRASILEIROS E A QUESTÃO IDENTITÁRIA

Oscar Fussato Nakasato.....51

Capítulo 4

REFORMULANDO “RELIGIÃO”: A QUESTÃO DA COMENSURABILIDADE E O CASO JAPONÊS

Renata Cabral Bernabé.....66

Capítulo 5

TABULA RASA E TERRA ARRASADA: A HISTÓRIA DESCAFEINADA DOS JESUÍTAS NO JAPÃO

Rômulo da Silva Ehalt.....85

Capítulo 6

A REVISTA *MANGAJIN* COMO RECURSO PARA O ENSINO DE LÍNGUA A PARTIR DA CULTURA JAPONESA

Michele Eduarda Brasil de Sá..... 100

Capítulo 7

BANANA YOSHIMOTO PARA ALÉM DE *KITCHEN*: UMA APRESENTAÇÃO DAS TRADUÇÕES E DA FORTUNA CRÍTICA DA AUTORA

Joy Nascimento Afonso 114

Capítulo 8

O OUTRO, O ALIENÍGENA E A MÍDIA JAPONESA

Janete Oliveira 141

Capítulo 9

DEBATES SOBRE ESTUDOS DE ÁREA E OS ESTUDOS JAPONESES NOS ESTADOS UNIDOS

Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki 163

Capítulo 10

O SISTEMA LEAN DE PRODUÇÃO: VANTAGENS E POTENCIAIS LIMITAÇÕES

Waldemiro Francisco Sorte Junior 178

AGRADECIMENTOS

Este livro não é apenas o resultado do nosso esforço e da nossa dedicação, mas também o resultado do esforço e da dedicação de muitas pessoas, de diferentes lugares e instituições. No contexto institucional, somos extremamente gratos ao reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Prof. Dr. Marcelo Augusto Santos Turine, à vice-reitora, Prof. Dra. Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo, e ao Prof. Dr. Nalvo Franco de Almeida Jr., então Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação quando da publicação do Edital de eBooks da Pós-Graduação 2020 da UFMS. O apoio institucional é imprescindível para a pesquisa *intra muros* e para o intercâmbio com outras instituições – e o suporte à publicação é fundamental para que ambos se intensifiquem.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos ao público brasileiro o primeiro livro organizado pelo Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre o Japão (GTJAP), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O grupo foi criado em 2019 com o objetivo de desenvolver pesquisas e proporcionar debates em perspectivas e abordagens teóricas multi e transdisciplinares sobre o Japão. As linhas de pesquisa que orientam as atividades do grupo são ensino de língua e literatura japonesa, estudos sobre imigração e tópicos especiais sobre a cultura japonesa. As atividades de pesquisa dos membros do grupo contribuem para a melhor compreensão de assuntos relacionados ao Japão e sua conexão com o Brasil, no que tange à língua, literatura, história, cultura, economia e política em áreas do conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, as Letras, bem como a História e a Geografia.

Apesar do cenário adverso para a pesquisa e a produção científica brasileira, ocasionado fundamentalmente pela pandemia do novo coronavírus, um esforço coletivo foi feito para manter o cronograma de execução desta publicação, por entendermos que o tema é extremamente relevante. Afinal, Brasil e Japão estão conectados sócio-historicamente há mais de cem anos.

A imigração japonesa deixou marcas em todas as regiões brasileiras em que ocorreu, com destaque para a agricultura, a literatura, a culinária etc. Podemos dizer que esse encontro das gentes do trópico úmido com as gentes das ilhas e das montanhas geladas foi benéfico para todos. O processo de emigração japonesa para o Brasil de maneira geral foi construído em decorrência da vontade mútua por parte dos governos e de empresários de ambos os países para assegurar a expansão capitalista e a tranquilidade doméstica, lá e cá (QUAN,

2004; HOMMA, 2010)¹.

A imigração aconteceu, é um fato histórico amplamente registrado e documentado, com suas singularidades e especificidades, trata-se de uma das maiores movimentações humanas já registradas, um fenômeno que revelou a capacidade de resistência e adaptabilidade dos seres humanos. Como dito, as marcas materiais e imateriais desse acontecimento estão por toda parte no nosso país. Brasil e Japão continuam entrelaçados e se entrelaçando, celebrando o passado e construindo o futuro.

Quando afirmamos isso temos em mente a força dos números, que deixam clara essa contínua relação. Atualmente, a população de descendentes de japoneses no país é estimada em 1,6 milhão de habitantes, sendo a maior população fora do Japão. Não custa lembrar que, na década de 1980, o fenômeno dos decasséguis provocou uma diáspora, chegando a alcançar mais de 330 mil descendentes de japoneses trabalhando naquele país. Ou seja, o dobro de pessoas que emigraram para o Brasil no século XX, algo estimado em cerca de 164 mil japoneses (HOMMA, 2016)².

No percurso de mais de cem anos de relações, Brasil e Japão passaram por muitas mudanças. O Brasil, desde a sua constituição como nação, foi um país de grande potencial agrícola, tomou esse caminho

¹ WITKOSKI, Antonio Carlos. *et al.* (Org.). **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2010. v. 1. 466 p.

QUAN, Helen L. T. Race, Nation and Diplomacy: Japanese immigrants and the reconfiguration of Brazil's 'desirables'. **Social Identities**, v. 10. n. 3, may. 2004.

² HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A imigração japonesa no estado do Amazonas: a expansão da juta no Médio e Baixo Solimões. In: WITKOSKI, Antonio Carlos et al. (Org.). **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** 1ª Ed. São Paulo: Annablume, 2010. v. 1. 466 p.

e se transformou numa das maiores potências mundiais no campo da produção agrícola e pecuária. O Japão se transformou no berço da eletrônica, com poderosa indústria, merecendo, de forma justa, o título de potência industrial. Apenas para citar um dado, de 1978 a 2009, a economia japonesa manteve a segunda posição mundial, sendo suplantada pela China no ano de 2010 (HOMMA, 2016)³.

Portanto, as duas nações são protagonistas mundiais em muitos campos, são objeto de estudo e reflexões importantes no campo da economia, história, política, sociologia, antropologia e demais áreas do conhecimento, como poderá ser visto aqui, nos artigos de nossos colaboradores, cujas pesquisas contemplam vários aspectos relacionados ao Japão e ao Brasil, a partir de referenciais teóricos de diferentes áreas do conhecimento.

A confecção deste livro envolveu o esforço de dez pesquisadores vinculados a diferentes instituições. No capítulo de abertura, “90 anos da imigração japonesa no estado do Amazonas”, Alfredo Kingo Oyama Homma registra a saga dos primeiros imigrantes japoneses a se deslocarem para o Brasil, fala da longa viagem até o nosso país, das dificuldades, medo, apreensão e preocupação com o que iriam encontrar na nova terra. Lembra o autor que, em 20 de junho de 2021, foram comemorados os 90 anos da chegada dos primeiros 35 *kôtakusei* e funcionários japoneses do Instituto Amazônia para o município de Parintins, Amazonas.

Após fazer um balanço das singularidades e especificidades do processo de imigração japonesa na Amazônia, de registrar a importância desses imigrantes para a economia local, fundamentalmente para a agricultura, Homma analisa e indica caminhos para uma possível cooperação técnica nipo-brasileira na região. Segundo ele, os japoneses

³ *Ibid.*, p. 12.

deveriam contribuir com maiores investimentos para os produtos agrícolas de exportação, cujos benefícios retornariam para os países importadores com produtos de melhor qualidade, menores preços, com qualidade e segurança ambiental. O autor defende a tese de que uma nova cooperação entre Brasil e Japão precisa ocorrer e deve ser baseada na migração do conhecimento e de capitais japoneses, viabilizando atividades produtivas e ambientais na região amazônica. As contribuições e cooperações poderiam ser feitas em diferentes áreas como: robótica na agricultura, industrialização da madeira, recuperação da fauna pesqueira, entre os principais. Dessa forma, todo o legado da imigração japonesa não seria perdido, mas sim renovado, beneficiando ambos os países.

No segundo capítulo, “Colônia Cachoeira Grande: passado e presente”, Linda Midori Tsuji Nishikido escreve, como pesquisadora e descendente de imigrantes japoneses que se estabeleceram no Amazonas, a respeito das marcas da presença da comunidade japonesa na cidade de Manaus. A partir de placas, de relatos obtidos em entrevistas com imigrantes, documentos cartoriais, livros comemorativos da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental, entre outras fontes, a autora discorre a respeito da história da chamada Colônia Cachoeira Grande.

As terras da Colônia foram adquiridas em conjunto por imigrantes japoneses em 1967 (mesmo ano da criação da Zona Franca de Manaus). Por cerca de 30 anos os japoneses mantiveram as atividades agrícolas naquelas terras. Hoje, embora não exista mais a colônia, ela ainda habita a memória dos que a conheceram, algumas placas, alguns letreiros de lojas, nomes de condomínios, de ruas e até uma das linhas de ônibus, que faz referência aos imigrantes japoneses. Nishikido finaliza seu capítulo retornando às imagens evocadas no início, de uma “colônia japonesa” que pode ter deixado de existir, mas cujas marcas perenizaram a presença dos imigrantes japoneses naquele espaço.

No terceiro capítulo, intitulado “Personagens nipo-brasileiros e a questão identitária”, Oscar Fussato Nakasato analisa alguns personagens de obras da literatura brasileira a fim de demonstrar o caráter complexo (híbrido, nos termos de Stuart Hall) da composição identitária do nipo-brasileiro. Nakasato foi vencedor do Prêmio Benvirá 2011 e do Prêmio Jabuti 2012 pelo seu romance “Nihonjin”, e pode-se perceber também em seus personagens nipo-brasileiros uma busca por uma identidade que não é encontrada nem lá, nem cá, mas na intersecção de dois mundos.

Revisitando a sua tese de doutorado (2002), publicada posteriormente pela editora Blucher, Nakasato menciona alguns dos exemplos nela registrados e apresenta outros, de obras mais recentemente publicadas, e com eles dialoga, construindo um panorama que nos permite associar alguns destes personagens entre si e compreender a dualidade, ou melhor, a multiplicidade que os constitui.

Renata Cabral Bernabé, no quarto capítulo, intitulado “Reformulando ‘religião’: a questão da comensurabilidade e o caso japonês”, lança o foco sobre a missão cristã no Japão dos séculos XVI e XVII. A partir de debates recentes acerca de religião, a autora propõe uma discussão, em nível êmico, sobre como a ideia de religião foi se construindo no ocidente e como a missão cristã no Japão afetou a construção deste conceito.

A pesquisadora demonstra, por meio de documentos e referenciais teóricos, como os missionários católicos propuseram uma comensurabilidade entre o cristianismo e outras crenças a fim de compará-las, e assim opor a “verdadeira religião” e a “falsa”. Desta forma, as práticas que os missionários interpretassem como religiosas, mesmo que compreendidas como relacionadas ao direito natural, eram rechaçadas como pecado. No caso japonês, mesmo que os jesuítas tenham adotado uma estratégia de acomodação em relação ao budismo, esta estratégia não abarcava nada que tivesse cunho notadamente religioso.

No quinto capítulo, “*Tabula rasa* e terra arrasada: a história descafeinada dos jesuítas no Japão”, Rômulo da Silva Ehalt aborda o problema da periodização na historiografia do Japão (contrapondo nomenclaturas utilizadas por pesquisadores japoneses e brasileiros), a partir dos estudos sobre a história da Companhia de Jesus em solo nipônico.

Na perspectiva do autor, a ideia de “terra arrasada” que geralmente acompanha a *Sengoku Jidai* (ou “era do país inteiro em guerra”) acaba por fim permitindo a percepção do Japão como uma *tabula rasa* histórica, donde parece que a história da Companhia de Jesus no Japão pode ser contada com a mínima interferência local. A ideia de “terra arrasada”, portanto, anula a alteridade japonesa e, parafraseando Žižek, produz uma história “descafeinada”.

Michele Eduarda Brasil de Sá, no capítulo “A revista *Mangajin* como recurso para o ensino de língua a partir da cultura japonesa”, desde reminiscências dos tempos de *gakusei*, sugere a revista *Mangajin*, famosa na década de 1990 entre os fãs de cultura *pop* japonesa, como fonte de mangá para uso em sala de aula. Pela linguagem dinâmica e atrativa, pelos adicionais que auxiliam o trabalho do professor (tradução, comentários, notas explicativas etc.) e pela diversidade de temas e formatos, a revista é um versátil recurso.

Por ser um gênero textual emblemático da língua japonesa, o mangá pode ser bem aproveitado para o ensino tanto da língua quanto da cultura. Além de agradar não apenas crianças, mas também jovens e adultos, o mangá (como os quadrinhos em geral) tem ganhado atenção na academia, tanto como objeto de análise *per se* como na qualidade de material didático.

No sétimo capítulo, “Banana Yoshimoto para além de *Kitchen* – uma apresentação das traduções e da fortuna crítica da autora”, Joy Nascimento Afonso faz um levantamento da vasta produção da escritora japonesa contemporânea Banana Yoshimoto, conhecida internacional-

mente pelo seu livro *Kitchen* (1988). Embora tenha escrito já cinquenta romances, trinta dos quais foram traduzidos para outros idiomas em vários países, e tenha ganhado o Prêmio Izumi Kyoka (1988), Banana Yoshimoto ainda é uma figura à margem do cânone literário japonês.

Afonso salienta a originalidade e a linguagem única da autora, afirmando que, apesar de os estudos encontrados versarem apenas sobre os primeiros romances publicados, o volume de traduções das obras de Banana Yoshimoto revela o apelo que elas têm aos leitores ao redor do mundo.

No oitavo capítulo, Janete Oliveira discorre sobre “O outro, o alienígena e a mídia japonesa”, perpassando a lenda de *Utsuro Bune*, um objeto desconhecido que, alegadamente, teria chegado à costa do Japão em 1803, na província de Hitachi (atual Ibaraki), semelhante a um OVNI, e a ficcional princesa Kaguya da lenda do cortador de bambu.

A partir de narrativas como estas, a autora explora brevemente a trajetória da relação do Japão com a imagem de um “outro”, de um mundo exterior, nas produções midiáticas (filmes e animações), e evidencia como essa representação do “alienígena” ajuda na percepção do “outro”, do “estrangeiro”, na sociedade japonesa a partir de um acontecimento real, recente, que despertou o interesse dos japoneses nesse contato com outros mundos.

No nono capítulo, “Debates sobre estudos de área e os estudos japoneses nos Estados Unidos”, Sílvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki compartilha um pouco de sua experiência quando de sua visita à Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em um capítulo dividido em três seções. Na primeira, faz uma revisão de literatura (escrita em língua inglesa) a respeito de estudos de área; na segunda, traça um breve histórico da evolução dos estudos de área nos Estados Unidos; e na terceira faz uma análise sobre os estudos japoneses nos Estados Unidos, mais especificamente na universidade visitada.

Como conclusão, embora não haja consenso na definição sobre o que venham a ser estudos de área, continuam os debates sobre a importância desses estudos, e eles se incrementam sempre que há uma ameaça à balança de poder. O número de pesquisadores da área de estudos japoneses, embora tenha diminuído, tem voltado a crescer.

No décimo capítulo, “O Sistema Lean de Produção: vantagens e potenciais limitações”, Waldemiro Francisco Sorte Jr. descreve o estilo de administração da cadeia produtiva implementado pela fábrica japonesa de veículos Toyota, estilo esse conhecido como Sistema Lean de Produção, organizado em torno de práticas para reduzir o desperdício em todo o processo manufatureiro, aumentando desta forma a produtividade e minimizando a ocorrência de erros e defeitos – e, assim, prejuízos.

O autor escreve que o Sistema Lean se mostra relevante no mundo contemporâneo e menciona algumas medidas da Toyota noticiadas recentemente, durante a pandemia, quando a produção foi duramente afetada. O resultado é a otimização do tempo e dos recursos humanos e materiais, considerada a situação extremamente adversa.

Em suma, temos neste primeiro livro do GTJAP contribuições de várias áreas do conhecimento, resultado do trabalho de pesquisadores oriundos de instituições do Brasil e do Japão. A todos os que participam desta publicação, agradecemos por compartilharem conosco de seus estudos, cooperando com as atividades deste grupo ainda iniciante.

Aos que se interessam pelo Japão e pelas pesquisas desenvolvidas relacionadas a ele, não importando qual seja o assunto ou a disciplina especificamente, desejamos que a leitura seja proveitosa e agradável.

Michele Eduarda Brasil de Sá
Aldenor da Silva Ferreira
Organizadores

CAPÍTULO 1

90 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DO AMAZONAS

Alfredo Kingo Oyama Homma

Introdução

As imagens das fotos em preto e branco e de filmes mudos dos imigrantes lembram fantasmas na saída do Japão nos portos de Yokohama ou em Kobe. Nas despedidas com cordões de papel rompia-se o elo com o Japão e até o desembarque no porto do Rio de Janeiro ou em Santos levava mais de 50 dias, quando ocorria a mudança para um navio brasileiro, navegando a costa Atlântica até adentrar pela foz do rio Amazonas, desembarcando em Belém ou prosseguindo até Parintins, em uma embarcação menor. Ou os imigrantes do pós guerra, estes via canal do Panamá, que foram se estabelecer nos rincões mais afastados do país como no Acre, Rondônia e Roraima.

A mudança de alimentação do navio japonês para o navio brasileiro foi o primeiro choque. O sorriso no navio escondia um misto de medo e preocupação com a nova terra. As cartas demoravam de 50 a 60 dias para chegar, com o silêncio durante o interregno da Segunda Guerra Mundial. Os japoneses viram nascer seus filhos no Brasil, este país passou a ser um novo sistema para eles e o Japão um sistema distante. Uma viagem sem volta, um enterro vivo, para os parentes e amigos. Mais tarde, o nome do navio, o ano da chegada e a Província de origem seria a vinculação com o Japão. Todos os pioneiros de Tomé-Açu e Parintins já morreram, cujas ossadas brancas de muitas sepulturas foram perdidas, serviram para fertilizar o solo na nova terra que adotaram para seus descendentes.

Em 20 de junho 2021, comemoraram-se os 90 anos da chegada dos primeiros 35 *kōtakusei* e funcionários japoneses do Instituto Amazônia para o município de Parintins, Amazonas. Eles partiram do porto de Yokohama no navio Santos Maru, em 19 de abril de 1931, que atracou em Kobe no dia 20 e no dia 21 deixou o Japão, com a primeira parada em Hong Kong. Chegaram no Rio de Janeiro em 5 de junho de 1931, sem fazer a inspeção da alfândega, no dia 7 de junho, foram embarcados no navio “Afonso Penna”, da Lloyd Brasileiro. Desembarcaram no porto de Parintins em 20 de junho, em torno das 6 horas da tarde, e à Vila Amazônia por volta das 11 horas da noite. Depois de descarregar as bagagens foram dormir à 1 hora da madrugada do dia 21. Foi uma longa viagem de 62 dias ouvindo o barulho dos motores das embarcações para o início da adaptação na nova terra.

Como um caleidoscópio, várias imagens assomam por ocasião dos 90 anos, imaginando a viagem que meus pais fizeram para Parintins em 1933. Uma Amazônia sem celular, sem internet, sem jatos, sem laptop etc., onde todos se nivelaram começando do zero. Vários morreram vitimados pela malária ou outras doenças tropicais (HOMMA, 2019).

A Amazônia que recebeu os primeiros imigrantes era completamente intocada. A população do Japão em 1930 era de 64 milhões de habitantes e a do Brasil, de apenas 38 milhões. O Censo Demográfico de 1920, mais próximo da vinda dos primeiros imigrantes para a Amazônia, computou uma população de 363.166 habitantes no estado do Amazonas e 983.507 habitantes no estado do Pará. A cidade de Manaus contava com uma população de 75.704 habitantes e a cidade de Belém, com 236.402 habitantes (HOMMA, 2013).

Antes da chegada na Amazônia os *kōtakusei* foram submetidos a um ano de treinamento no Japão. Esta sequência se seguiu até a

sétima turma em 06/08/1937, acompanhada de famílias de colonos, de algumas noivas encomendadas⁴ e de funcionários para a implantação do plano de Tsukasa Uyetsuka de colonização da Amazônia. Ao todo chegaram 244 *kôtakusei* e três turmas de colonos, quando foi encerrado pelo governo militar japonês, coincidente com a restrição da vinda de imigrantes japoneses para o Brasil e da perda do interesse de novos imigrantes para a Amazônia.

Vem a grande pergunta: o plano de Uyetsuka foi um fracasso? Quanto ao plano original de ocupar um milhão de hectares da concessão recebida, de trazer até 30 mil famílias japonesas para o estado do Amazonas, foi um fracasso e fora da realidade (HOMMA, NAKANO & ISHIZUKA, 2021). Esta mesma assertiva é válida para a imigração japonesa no estado do Pará, também detentora da concessão de um milhão de hectares, iniciado dois anos antes de Parintins. O paradoxo é que os japoneses, acostumados a trabalhar em minifúndios no Japão, não hesitaram em solicitar e receber concessões superiores a um milhão de hectares na Amazônia, espalhadas em pontos distantes, algumas sem comunicação.

O que salvou a imigração japonesa da pré-Segunda Guerra

⁴ As noivas eram arranjadas entre os parentes e amigos dos futuros pretendentes no Japão: enviava-se a foto e as características para o filho no Brasil, e quando ocorria a concordância era celebrado o casamento sem a presença do noivo. A mulher era considerada importante não apenas para a constituição da família, mas como auxiliar das atividades agrícolas. O meu tio K.O. (1911-1987) tinha acertado a vinda da noiva, mas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, pela impossibilidade de comunicação, não teve mais notícia, para ambas as famílias, sendo desfeito o compromisso unilateralmente. No mundo atual, no qual os casamentos são desfeitos com simplicidade é paradoxal afirmar que estes casamentos arranjados foram uniões estáveis e felizes. Havia casos raros em que a noiva se recusava a descer do navio, retornando ao Japão, ou de japoneses que se juntaram com caboclas e depois da Segunda Guerra Mundial, quando retomaram as comunicações, se casaram com noivas de encomenda (ASSOCIAÇÃO..., 2011; IKEUTI, 2018). A despeito disso, em 1934, já ocorriam quatro casamentos, em 1935, um casamento com brasileiras em Parintins.

Mundial? Se não tivesse aclimatado a juta e a pimenta do reino, os imigrantes japoneses seriam como se fossem caboclos mais adiantados, competindo por emprego com os brasileiros natos. Posteriormente, no pós Segunda Guerra Mundial, seguiram as aclimações do mamoeiro havaí, meloeiro, hortaliças, avicultura, entre as principais. Plantios pioneiros de cupuaçuzeiros, açaizeiro irrigado, pitaya, mangostão, rambutã, entre as principais, também têm a marca da imigração japonesa. Foi um sucesso baseado na biodiversidade externa (HOMMA *et al.*, 2011).

Tratou-se, com o sucesso da juta e da pimenta do reino, de um modelo de substituição de importação agrícola que teve grande impacto na economia regional, superior, com exceção da atual lavoura de grãos desenvolvidas pelas instituições de pesquisas nacionais e dos migrantes sulistas. A lavoura de juta aclimatada por Ryota Oyama (1882-1972) gerou emprego e renda para os ribeirinhos da calha do rio Amazonas dos estados do Pará e Amazonas, levou à autossuficiência nacional em 1953 e ao reinício das importações em 1971. Alcançou seu apogeu na década de 1960, quando um terço do PIB do estado do Amazonas eram decorrentes da lavoura da juta e do início da agroindustrialização com a implantação dos jufícios. Gerava renda exatamente na época das cheias, quando a pesca escasseava e não existiam outras oportunidades de renda (WITKOSKI, 2010).

A lavoura de pimenta do reino introduzida por Makinossuke Ussui (1896-1993) levou o Brasil à autossuficiência em 1955 e, rapidamente, o Brasil ficou entre os maiores produtores mundiais. Era cultivada em solos de terra firme de baixa fertilidade. Os imigrantes japoneses inauguraram a “agricultura de vasos”, o início da mecanização agrícola e a era dos NPKs na Amazônia (ROSSINI, 2008; HOMMA, 2007; 2016). Em 1982, quando as estatísticas demoravam muito tempo para serem divulgadas, o Brasil atingiu a posição de

primeiro produtor e exportador mundial. A produção de pimenta do reino fez o seu apogeu na década de 1970, quando mais de 35% do valor das exportações do estado do Pará eram deste produto. Hoje, esta participação é inferior a 1%, a despeito de que em 2015 batemos novo recorde com 347 milhões de dólares de exportação de pimenta. Trata-se de uma cultura com alta densidade de renda, fazendo com que, a partir de 2018, o estado do Espírito Santo ampliasse o cultivo, tornando-se o maior produtor nacional.

Muitas culturas que tiveram início no estado do Pará, como o cultivo do mamoeiro havaí trazido por Akihiro Shirakibara (1923-?), em 1970, que modificou o hábito de consumo de mamões grandes para mamões individuais desenvolvidos por Richard Airth Hamilton (1915-2006), da Universidade de Havaí, começaram no município de Santo Antônio de Tauá, no estado do Pará. Pela proximidade do mercado, o estado do Espírito Santo se tornou o maior produtor e exportador brasileiro de mamão. O mesmo ocorreu com o meloeiro, com plantios no Nordeste brasileiro.

Trazer o passado para o presente e tentar planejar o futuro das relações Brasil e Japão não é fácil. A introdução das lavouras de juta e pimenta do reino modificou a agricultura nos estados do Pará e Amazonas e, por extensão, no Brasil, e foi decorrente de muita sorte e da obra do acaso. Sem perceberem, o tempo fez uma curva, a história poderia ter sido completamente diferente. Os imigrantes japoneses fizeram uma troca entre a biopirataria da seringueira levada pelos ingleses, trazendo a juta e a pimenta de antigas possessões britânicas.

Caminhos para a cooperação nipo-brasileira na Amazônia

Em termos de agricultura, por ocasião da entrada dos primeiros imigrantes japoneses na Amazônia, esta se restringia a pequenas roças

de tocos ao longo das várzeas da calha do rio Amazonas e de terra firme no Nordeste Paraense. A produção era voltada para gêneros de primeira necessidade e complementada com importações (Tabela 1).

Ocorria contínua falta de alimentos básicos (café, trigo, açúcar etc.), inclusive em nível do país. Produtos como arroz, em alguns anos, eram importados para complementar a produção nacional, razão da preocupação de todos os imigrantes japoneses, que têm essa cultura como sendo o alimento básico. O plantio de arroz em larga escala fazia parte dos planos dos imigrantes japoneses, mas eles se defrontaram com dificuldades de mão de obra para o preparo da área, tratos culturais e, para a colheita, de severos ataques de pássaros e até de macacos, que destruíam plantios.

Tabela 1. Média de produção agrícola no quinquênio 1928/32.

Produtos	Amazonas	Pará	Brasil
Arroz (sc 60kg)	12.420	222.651	17.243.775
Mandioca (t)	33.200	168.200	5.028.600
Milho (sc 60kg)	54.535	96.548	85.027.148
Feijão (sc 60kg)	57.716	8.912	12.171.700
Farinha mandioca (sc 60kg)	142.865	565.080	17.131.567
Açúcar (sc 60kg)	10.430	10.583	16.893.118
Aguardente (litros)	181.200	1.304.220	123.603.862
Álcool (litros)		74.890	48.750.271
Cana-de-açúcar (t)	8.610	11.115	15.556.372
Abacaxi (frutos)	417.000	2.871.000	74.000.000
Banana (cacho)	323.250	1.027.350	62.640.000
Cacau (sc 60kg)	7.096	21.862	1.290.988
Côco (fruto)		121.200	130.687.332
Laranja (caixa)	57.000	164.300	15.200.000
Fumo (kg)	262.400	817.200	96.195.963
Caroço algodão (t)		4.746	238.615
Rama algodão (t)		2.034	102.469

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1939 a 1940.

A cooperação técnica japonesa na Amazônia é a mais antiga, tendo iniciado em 1963, com a melhoria da situação econômica do país, com o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (Ipean), atual Embrapa Amazônia Oriental, visando apoiar os colonos japoneses estabelecidos na Amazônia. A preocupação do governo japonês com os produtores japoneses, abalados com a crise da doença nos pimentais (1957), traduziu-se na instalação do Instituto Experimental Agrícola Tropical da Amazônia (Inatam), fundado em 1974, e reinaugurado com a presença do ministro da Agricultura Alysso Paulinelli, em 5 de novembro de 1977. O alto custo da manutenção do Inatam e da presença exclusiva de pesquisadores japoneses levaram ao fechamento da instituição e à entrega das instalações para a Embrapa Amazônia Oriental no final da década de 1980.

Outros convênios se seguiram, mas os resultados foram pouco promissores, levando ao encerramento das atividades na Embrapa Amazônia Oriental em 2003. As bolsas de estudos de curto e de longo prazo para estudos no Japão sempre se constituíram em atrativos, inclusive com a criação de diversas Associações dos Bolsistas da JICA, da Associação dos Bolsistas do Governo Japonês e da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão (ASEBEX), em várias capitais, denotando o interesse dos descendentes de japoneses e de brasileiros no treinamento recebido e da adaptação cultural. Uma avaliação mais aprofundada precisa ser efetuada sobre estes treinamentos, no qual, salvo melhor juízo, os de longo prazo, para mestrado e doutorado, são os que efetivamente deixaram contribuições efetivas, a exemplo da cooperação norte-americana nas décadas de 1960 e 1970 com as universidades brasileiras.

No Brasil, entraram aproximadamente 188 mil emigrantes japoneses antes da Segunda Guerra Mundial e 62 mil após o término do conflito. Na Amazônia, ocorreu um movimento inverso, sen-

do 3 mil antes da Segunda Guerra Mundial e 7 mil após o conflito, atraídos pelo lucro da pimenta-do-reino. Não existem estatísticas de deslocamentos de imigrantes japoneses e seus descendentes provenientes de outros estados extra-Amazônia. Este movimento é forte no Polo Industrial de Manaus (PIM), no Matopiba⁵ e em diversas capitais da região amazônica. As empresas japonesas sediadas no PIM, por exemplo, têm preferência por decasségui, pelo conhecimento do idioma, da administração japonesa e da compreensão da burocracia brasileira (ROSSINI, 2008).

O episódio do registro do nome “cupuaçu”, como marca registrada para várias classes de produtos (incluindo chocolate) no Japão, na União Europeia e nos Estados Unidos pela *Asahi Foods Co. Ltd.*, foi cancelada no dia 01 de março de 2004, pelo Escritório de Marcas do Japão (JPO), sediada em Tóquio. Esta ação foi impetrada pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Amazonlink, APA Flora e outros, protocolada em 20 de março de 2003, envergonhou os imigrantes e seus descendentes, que não podem seguir com essa lógica no futuro.

A Amazônia constitui um tema sensível para os brasileiros, desde os primórdios de sua ocupação, tanto que o caso do cupuaçu mobilizou a opinião pública nacional, levando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1945) a sancionar a Lei nº 11.675, de 19 de maio de 2008, designando o cupuaçu como fruta nacional e lançando um selo alusivo ao assunto. A despeito disso, patentes sobre princípios ativos das plantas da biodiversidade amazônica continuam sendo registradas pelos países desenvolvidos em profusão.

⁵ Região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba>. Acesso em: 28 out. 2020.

No caso da agricultura em si, o Brasil avançou muito, transformando-se em uma potência agrícola exportadora. Os japoneses deveriam contribuir com maiores investimentos para os produtos agrícolas de exportação, cujos benefícios retornariam para os países importadores com produtos de melhor qualidade, menores preços, com qualidade e segurança ambiental. Se a assertiva for de fazer do Brasil uma fonte segura para garantir o abastecimento de produtos agrícolas como soja, milho, café, suco de laranja, carne de frango, frutas tropicais, etc., seria correto investir nestas áreas.

Outros temas seriam: a robótica na agricultura, industrialização da madeira, recuperação da fauna pesqueira, entre os principais. Dessa forma, para que a presença japonesa no país não seja perdida ao longo do tempo, uma nova modalidade de cooperação precisa ser desenhada, que seja benéfica para ambos os países. Essa nova cooperação deve estar baseada na *migração do conhecimento* e de *capitais japoneses* viabilizando atividades produtivas e ambientais na região amazônica.

Todos estes aspectos ensejam um novo modelo de cooperação nipo-brasileira para a Amazônia. Não se quer com este texto esgotar o assunto, mas os pressupostos básicos que precisam ser considerados dizem respeito aos seguintes tópicos:

* A cooperação nipo-brasileira não pode vislumbrar o lucro imediato se deseja atuar a longo prazo. Propostas unilaterais têm a exata duração dos convênios a serem assinados, uma vez que os benefícios precisam ser mútuos. O respeito à soberania amazônica é tema muito sensível para a população regional, no qual a sensação de controle internacional sempre esteve presente e os brasileiros colocam em alto grau, desde os tempos do Brasil colônia, no século XV;

* As cooperações internacionais tendem a provocar mudanças nas prioridades internas dos países beneficiados, com deslocamento

de contingente humano e recursos materiais de tal sorte que precisassem ser amplamente analisadas. Muitas destas cooperações não têm o menor sentido em atender as aspirações da sociedade brasileira;

* A Amazônia não pode ser considerada como simples fonte de matéria-prima e de entrada de produtos industrializados via Zona Franca de Manaus⁶, visando atingir o vasto mercado interno nacional. Apesar da grande presença de empresas japonesas, o seu futuro é incerto considerando a extensão do prazo. Esta incerteza está levando a utópicas propostas baseadas na bioeconomia como a salvação da Amazônia; e

* O crescimento dos movimentos sociais no país implica a necessidade de promover uma ampla discussão das propostas de desenvolvimento a serem implementadas na região amazônica. No que concerne à agricultura, ao meio ambiente e aos recursos naturais, os principais tópicos de cooperação de interesse para a sociedade local, no qual a participação japonesa na Amazônia deve ser expressa em termos de investimentos produtivos e técnicos especializados, nos seguintes campos de atuação:

* Programas de domesticação e recuperação de estoques pesqueiros do rio Amazonas, de seus afluentes e da embocadura com interface com o oceano Atlântico;

* Implantação de indústrias integradas de papel, celulose e beneficiamento de madeira e sua industrialização mediante plantios florestais;

* Nichos específicos (fruticultura, plantas medicinais, aromáticos, inseticidas naturais), visando a sua verticalização, etc.

⁶ O Congresso Nacional promulgou em 05 de agosto de 2014 a Emenda Constitucional 83, que prorrogou os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus por 50 anos, até 2073. Sem a emenda, o prazo de vigência terminaria em 2023. Trata-se de maior projeto de longo prazo do mundo.

* Técnicas avançadas de engenharia genética e biologia molecular visando melhoramento de plantas da biodiversidade amazônica.

O Japão poderia ajudar muito a Amazônia, mediante convênios técnico-científicos que sejam complementares ou suplementares, na recuperação da fauna pesqueira, tecnologia de madeira, aproveitamento dos recursos da biodiversidade na área de cosméticos, fármacos, corantes naturais, entre os principais. Quanto às exportações há necessidade de equilibrar a balança comercial dos estados do Amazonas, Pará e Maranhão com o Japão, desfavorecida pelas importações da Zona Franca de Manaus e dos baixos preços dos produtos da natureza que são exportados.

Caminhos futuros

Há um Japão na Amazônia e no resto do Brasil que precisa ser mantido. O sucesso da imigração japonesa na Amazônia foi um modelo de colonização impossível para os dias atuais. Tanto os governos do Pará e do Amazonas, na década de 1920, cederam um milhão de hectares para montar os núcleos de colonização, em Tomé-Açu e Parintins, respectivamente, uma área quase o dobro da Prefeitura de Chiba, Japão. Não havia legislação trabalhista e ambiental, proibição com relação a trabalho infantil, ocupação de terras com moradores nas áreas concessionadas, etc. (HOMMA, 2017; HOMMA *et al.*, 2020).

A cessão de grandes extensões de terra, sobretudo na Amazônia, seria vista como atentado à soberania nacional, como ocorreu na década de 1930, no estado do Amazonas, levando à anulação da concessão. Com a aclimação da juta, o cancelamento da concessão revelou ser inútil, pois o interesse estava voltado para as áreas de várzeas.

Os agricultores japoneses trabalhavam de “sol a sol” e entendiam que os empregados deviam seguir o mesmo ritmo dos patrões.

Hoje, este comportamento seria classificado como trabalho escravo e sujeito a horas extras e penalidades. Moravam nos barracões similares aos dos empregados, como o autor deste texto e sua irmã na infância, em currais de gado infestados de pulgas e piolhos. Havia, contudo, uma grande camaradagem, com agrados e reconhecimentos, sentia-se orgulho em trabalhar com os japoneses, recebendo ordens com um vocabulário restrito. Foi com este aprendizado que aprenderam a plantar a juta e a pimenta-do-reino, mimetizando inúmeras práticas agrícolas.

O estereótipo que a população tinha do imigrante japonês na pré Segunda Guerra Mundial era de um povo perigoso que tinha vencido a Rússia (1904-1905), praticava lutas marciais, comia peixe cru, praticava *haraquiri*, não acreditava em Deus, tomava banho junto, se cavasse um poço iria atingir o Japão. O português precário, no qual não conseguiam pronunciar as palavras que tinham “v”, “r” e o til, bastante difíceis na fonética japonesa, tornava incompreensível a sua fala.

A mudança ocorreu quando o Japão começou a exportar sandálias japonesas na década de 1960, que ficaram conhecidas como “as japonesas”, e passaram a ser sonho de consumo de homens e mulheres no uso cotidiano como calçado chique e, mais tarde, o radinho de pilha, que combinou com o gosto dos brasileiros pelo futebol, o relógio Seiko, sonho de consumo de todo adolescente na década de 1960. Os relógios constituíam presente de formatura, fato que se contrapõe com a realidade dos filhos da classe média de hoje, que exigem um automóvel quando são aprovados no vestibular. Eu consegui o meu primeiro relógio Ricoh somente aos 23 anos, quando comecei a trabalhar em Manaus, depois de formado. Estes objetos de consumo, hoje obsoletos, povoaram o imaginário dos brasileiros, fazendo do Japão um país que possuía algo diferente. A realização das Olimpíadas de Tóquio em 1964 mostrou a nova realidade japonesa, que ia muito além do plantio de hortaliças (HOMMA, 2015).

O desmatamento e a queimada faziam parte da rotina da atividade agrícola, a despeito de não adotarem esta prática no Japão. Considerando o cultivo da juta e da malva nestes cinquenta anos, a estimativa é que tenha provocado o desmatamento de algo em torno de um milhão de hectares de áreas de várzeas nos estados do Amazonas e Pará, áreas transformadas em pastos. A lavoura de pimenteira-do-reino, desde a sua introdução até os dias atuais, deve ter provocado a derrubada estimada de 400 mil hectares de floresta densa e vegetação secundária. No início, pelos imigrantes japoneses, mas depois sob exclusiva responsabilidade dos produtores brasileiros. A diferença entre os desmatamentos dos imigrantes japoneses e dos colonos brasileiros é a tendência à estabilização depois de atingido certo patamar. Daí o exemplo da colônia de Tomé-Açu, cujos trabalhadores permanecem no mesmo local desde 1929. A questão não se trata da insustentabilidade da pecuária ou da soja, mas do seu nível tecnológico.

A discussão sobre a destruição da Amazônia, que passou a se acentuar no final da década de 1970, enfatizando a perda da biodiversidade e, a partir da década de 1990, com o perigo das mudanças climáticas, enfatiza que este modelo de colonização não seria viável atualmente. A partir da década de 1970, a agricultura brasileira iniciou sua grande transformação.

Um Brasil rural desapareceu para dar lugar a um Brasil urbano, substituindo a enxada por tratores, uso de insumos modernos, alcançando contínuos recordes de produtividade. O Brasil se tornou o maior produtor de soja, milho, carne bovina e frango, suco de laranja, álcool, fumo, etc. A participação dos imigrantes japoneses e seus descendentes, neste novo cenário da agricultura nacional, passa a decrescer. A Cooperativa Agrícola de Cotia, o Banco América do Sul e a Cooperativa Agrícola Sul Brasil, que eram emblemáticos como símbolos da capacidade administrativa e do trabalho dos imigrantes

japoneses e seus descendentes, não conseguiram chegar ao centenário da imigração japonesa em 2008. Grandes empresas e empresários inovadores colocaram a agricultura brasileira no cenário mundial, independente do apoio governamental. Este aspecto confunde o governo e a sociedade japonesa, expressa em muitos discursos da família imperial em visita a Amazônia (1978, 1982, 1988, 1997 e 2015) e das autoridades japonesas, supondo que os imigrantes japoneses e seus descendentes como sendo os agentes ativos desta transformação.

Como vai ser o bicentenário da imigração japonesa do Brasil em 2108 e da Amazônia em 2129? Os descendentes dos imigrantes japoneses promoveram um rápido processo de integração com a sociedade brasileira, por meio dos casamentos inter-raciais, por exemplo. A tendência é a mistura dos sobrenomes japoneses com nomes portugueses, italianos, dentre outros, e a inserção da culinária, dos esportes marciais, das marcas, etc., no cotidiano nacional. A globalização do mercado de trabalho com o deslocamento de decasséguis dificilmente será compensado por um novo fluxo migratório de japoneses para o Brasil.

Até antes da eclosão da crise de 2008, existiam cerca de 330 mil descendentes de japoneses que trabalhavam no Japão, superior ao contingente que imigrou para o país. Este contingente provocou uma influência brasileira no Japão, perceptível nos produtos comercializados, nos hábitos e costumes, alguns deles negativos. A permanência no Japão não pode ser apenas para adquirir benefícios salariais, mas do aprendizado quanto à nova maneira de trabalhar, de administrar e de gerenciamento de atividades produtivas e dos recursos naturais. A simpatia ou a obediência cega ao Japão por parte dos descendentes, sempre antevista pelos membros do corpo diplomático, a partir da experiência dos decasséguis, passou a ser vista como uma amizade de negócios ou de emprego.

A presença chinesa no país e na Amazônia mostra uma desenvoltura perceptível no distanciamento das relações comerciais com os japoneses, tem sido uma preocupação do governo japonês. Em 2019, as exportações para a China foram dez vezes superiores às japonesas e, comparado com o ano de 2010, mais que dobraram as importações. As importações japonesas foram maiores no passado. Isto se reflete na postura dos governos estaduais da Amazônia Legal em firmar acordos de parceria com chineses na área de infraestrutura, além das compras de insumos nacionais. A grande disponibilidade de recursos humanos possibilita a presença em diversas atividades ao mesmo tempo e em várias localidades.

A participação política de descendentes japoneses na Amazônia tem crescido iniciando com vereadores, prefeitos, deputados estaduais, secretários estaduais e até um suplente de senador por Mato Grosso descendente de *kôtakusei* da quinta turma (Jorge Yoshiaki Yanai). Os descendentes de japoneses participam de cargos como Reitores de Universidades Federais, dirigentes de autarquias estaduais e federais, CEO de grandes empresas privadas, profissionais liberais, professores universitários e produtores agrícolas. Geralmente, os cargos mais elevados são exercidos por descendentes de japoneses de fora da região amazônica.

Verifica-se que as homenagens nas comemorações sempre têm sido unilaterais. Várias autoridades brasileiras e pessoas simples que confiaram nos imigrantes japoneses e que ajudaram no sucesso da imigração não têm sido lembradas. A lógica do sofrimento sempre traduzido nos discursos é muito mais dramática para os migrantes brasileiros, abandonados à própria sorte, como os retirantes da seca do Nordeste, os soldados da borracha, os posseiros, com mortes, miséria, fome, doenças, etc., vítimas das políticas públicas, da pobreza e da ignorância.

Mesmo apresentando baixos indicadores sociais, econômicos, ambientais, políticos e da carência de infraestrutura, o Brasil tornou-se uma potência agrícola. Já o inverso ocorre no Japão, uma potência industrial organizada e a terceira economia do planeta. O futuro das relações Brasil e Japão passa pela compreensão destes cenários, pela ampliação das relações comerciais e de investimentos em infraestrutura e pelo estabelecimento de intercâmbio técnico-científico.

Referências bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO KOUTAKU DO AMAZONAS. **A saga dos kôtakusei no Amazonas**: uma história de pioneirismo, sofrimento e perseverança e sucesso. Manaus, 2011. 206p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Meus pensamentos na ocasião dos 90 anos da imigração japonesa na Amazônia. **Associação Central Nipo-Brasileira, Notícias e Informações**, Tóquio, n. 1. 652, set. 2019, p. 5. (em japonês).

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2016. 255p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém: Embrapa Amazônia Oriental: Fiepa, 2007. 217p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A Terceira Natureza da Amazônia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.38, n.132, p.27-42, jan./jun. 2017.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. 2ª. Ed. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2013. 274p. E-book.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Prefácio. *In*: SIQUEIRA JÚNIOR, Etevaldo Alves. **Imigração japonesa no Maranhão**: uma jornada de 55 anos. São Luís: Clube de Autores, 2015. 89p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al.* (Orgs.). **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011. 450p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al.* O desenvolvimento mais sustentável da região amazônica: entre (muitas) controvérsias e o caminho possível. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Faccat - Taquara/RS, v. 17, n. 4, p.1-27, out./dez. 2020

IKEUTI, Sayaka Nakanishi. A imigração da noiva japonesa ao Brasil, após a Segunda Guerra Mundial. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.4, n.1, p. 8-23, jan./mar. 2018.

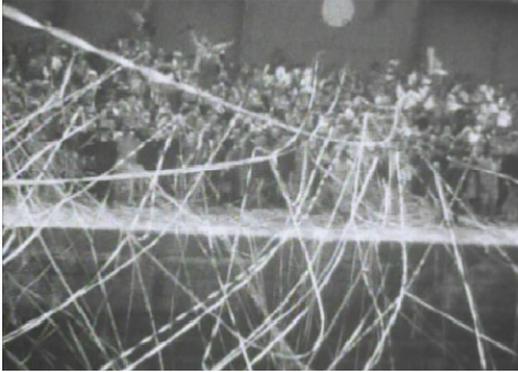
HOMMA, A.K.O.; NAKANO, Y.; ISHIZUKA, H. **Imigração japonesa no Estado do Amazonas (1927-1942)**: Comemoração dos 90 anos da vinda da 1ª Turma de Koutakuseis em 20 de junho de 1931 na Vila Amazônia, Parintins, Amazonas. Belém: 2021. 411p.

ROSSINI, Rosa Ester. Mobilidade da força de trabalho e formação de novas territorialidades: os nikkeys do Brasil no Japão. Palestra proferida no Seminário “Imigração japonesa para Amazônia: raízes, perspectivas e vínculos com o desenvolvimento regional”, organizado pela SUFRAMA. **IV FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA (FIAM 2008)**. Manaus, 11-12/09/2008.

WITKOSKI, Antonio Carlos *et al.* (Org.). **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental**: sementes de uma nova racionalidade ambiental? 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2010. v. 1. 466 p.

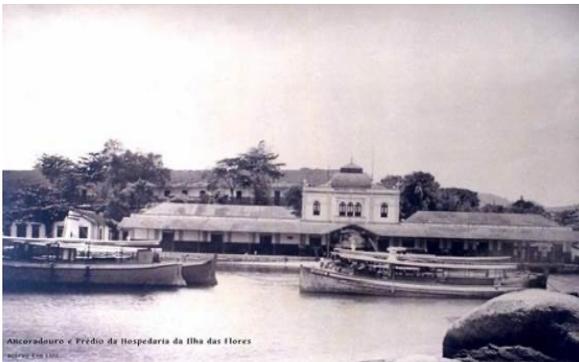
ANEXOS

Figura 1. Despedida da saída dos *kôtakusei* e colonos no Japão, com os cordões de papel.



Fonte: Arquivo Família Tsukasa Uyetsuka.

Figura 2. Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, primeiro ponto de descanso em terra depois de quase dois meses de viagem.



Fonte: HOSPEDARIA da Ilha das Flores. Disponível em: <https://blog.myheritage.com.br/2016/02/hospedaria-da-ilha-das-flores/>. Acesso em: 28 out. 2020.

CAPÍTULO 2

COLÔNIA CACHOEIRA GRANDE: PASSADO E PRESENTE

Linda Midori Tsuji Nishikido

Introdução

Para quem caminha ou trafega pela avenida Governador José Lindoso, popularmente conhecida como Avenida das Torres, no Bairro Parque 10 de Novembro, Zona Centro-Sul de Manaus, é possível ver uma placa de identificação com a referência “Colônia Japonesa”⁷. Além disso, se observarmos os nomes do conjunto, do condomínio, das lojas e das ruas, nas proximidades da referida avenida, concentra-se uma quantidade significativa de termos japoneses, tais como conjunto Sakura, ruas Heisei, Hokkaido, Yokohama, Kobe, Saga, Natori, Kioto, Fukushima, condomínio Shizen, prédio comercial Maruhachi, panificadora Sumire, entre outros. Até palavras inerentes à culinária japonesa são identificadas como nomes de ruas: Misushiro, sopa à base de pasta de soja *miso*⁸, ou ainda Harumaki, que se refere ao “rolinho primavera”, muito apreciado na culinária japonesa.

Há, outrossim, a Escola Integral Profa. Josephina de Melo, localizada no âmbito da colônia, cuja administração, pertencente à Missão Evangélica Sul América do Brasil, tem como seu fundador o pastor japonês Tomoyuki Nakada, que objetivava atender aos moradores das imediações próximas e filhos de japoneses da colônia. Atualmente, a escola desenvolve seus trabalhos educacionais para estu-

⁷ Vide Figura 1.

⁸ O nome da rua pode soar estranho para quem compreende a língua japonesa, pois o nome correto é *misoshiru*.

⁹ Considera-se *nikkei* os japoneses e seus descendentes.

dantes de primeira a nona série do Ensino Fundamental e neste ano iniciou as atividades voltadas para o ensino médio, oferecendo, além das atividades obrigatórias regidas pelo Ministério de Educação, curso de agricultura, natação, judô, cerâmica e língua japonesa. Há também a Escola Japonesa de Divulgação Cultural, que é uma instituição voltada para ensinar alunos japoneses que se encontram na capital, cujos pais encontram-se geralmente a serviço das empresas do Distrito Industrial de Manaus; aceitam ainda estudantes brasileiros, na maioria descendentes, com a finalidade de ensinar a língua, a cultura e a disciplina japonesa, bem como de realizar trocas de conhecimento entre os estudantes. Existem ainda a Igreja Tenrikyô, o clube de lazer Manaus Country Clube e o campo de golfe sob a administração dos *nikkei*³. Vale ressaltar que o Manaus Country Clube promove anualmente o chamado Bingo Tradição, que oferece, além da diversão do bingo, outras atrações, como a dança *bon odori*, brincadeiras para as crianças e a venda de culinárias japonesa e brasileira nas barracas. Em 2019, em conjunto com a Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental, realizou-se, pela primeira vez, na área campal do clube, o festival de *bon odori* que acontecia anualmente na sede da Associação. Há ainda alguns japoneses remanescentes dos tempos de colônia residindo nas proximidades do igarapé Goiabinha, que é um dos braços do igarapé da Cachoeira Grande ou Mindu. Note-se ainda a linha de ônibus do governo municipal de número 073, denominada Colônia Japonesa¹⁰ (sentido terminal 5), que faz o trajeto Conjunto Tiradentes – Águas Claras.

Contudo, a Colônia dita Japonesa só existe no nome atualmente, pois a cidade de Manaus cresceu, as áreas verdes foram to-

¹⁰ Considera-se *nikkei* os japoneses e seus descendentes.

madras por grandes avenidas, ruas, casas, prédios e lojas comerciais, de maneira que a maioria dos japoneses vendeu ou loteou as terras, restando apenas a denominação “Colônia Japonesa” – que na verdade denominava-se Colônia Cachoeira Grande. Assim, algumas perguntas são pertinentes: De onde vieram os moradores? Quem eram os primeiros moradores e o que eles produziam? Por que a Colônia Cachoeira Grande como era conhecida é hoje denominada como Colônia Japonesa? Por que a colônia deixou de existir? O que levou os moradores que estavam estabelecidos na colônia há mais de trinta anos a venderem as suas terras e, em sua maioria, deixarem o lugar? Por que, mesmo não havendo a colônia de fato, continuam a chamar o local de Colônia Japonesa? São indagações que necessitam ser investigadas, a fim de compreender a presença dos japoneses e seus descendentes no espaço ora em estudo.

Figura 1. Placa de sinalização.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

1967 - O começo...

Tudo começou pela dificuldade dos imigrantes em escoar a produção agrícola para a cidade de Manaus, especificamente para os moradores da região denominada Colônia Bela Vista.

À guisa de informação, a Colônia Bela Vista, atualmente Comunidade Asahi, localizada no município de Iranduba, foi o primeiro espaço no pós-guerra a ser colonizado pelos japoneses no Amazonas, sob a administração do governo federal. Nesta colônia, a dificuldade se devia, entre vários fatores, pela localização da região, tendo em vista haver entre a colônia e a capital Manaus os rios Negro e Solimões, não havendo, por esses tempos, nem balsa, nem ponte, nem transportes próprios para a venda dos produtos, que tinha como base Manaus (década de 50 e 60). O trajeto colônia-ancoradouro do Cacaú Pirêra era realizado através de caminhão do governo federal, semanalmente, e do ancoradouro até Manaus, por meio de motor de linha, conhecido entre os japoneses como *kawabasu*, literalmente “ônibus do rio”. Essa saída para Manaus ocupava praticamente o dia inteiro, significando, portanto, um dia a menos de produção nas terras. Segundo Nobuyoshi Tsuji¹¹, houve, outrossim, incidente de quase naufrágio de um dos barcos que fazia o trajeto Manaus-Cacaú Pirêra, o que o levou a repensar em sair do lugar, principalmente porque não tinha habilidade no nado. Além disso, na Colônia Bela Vista a educação para as crianças estava limitada à 4ª. série primária¹², de modo que, para continuar os estudos, os filhos teriam que sair para Manaus. Neste caso, havia duas opções: a primeira seria o encaminhamento dos filhos à casa de conhecidos ou parentes japoneses que já residiam

¹¹ Dados da entrevista: pesquisa de campo realizada na residência do entrevistado, em 03 ago. 2014.

¹² Atual 5º. Ano do Ensino Fundamental I.

na capital, geralmente no ramo do comércio, onde receberiam abrigo em troca de prestação de serviços e permissão para ir à escola. A segunda seria a saída da família para a capital, a fim de não apenas conviver com os filhos, mas também de obter melhores condições econômicas e sociais. Assim relata Nobuyoshi Tsuji:

Tinha a questão da educação das crianças, evidente, mas não era só isso, queria um lugar que tivesse terra contínua, porquanto comecei a procurar terras em vários lugares. Foi bom que o Sr. Nathan tinha terra, da esposa dele, então se eu não tivesse perguntado sobre as terras, não saberia. Falei com sr. Kado (japonês funcionário do sr. Nathan) que consultou Sr. Nathan, se eu não tivesse perguntado, não existiria Cachoeira Grande. (tradução nossa)¹³

Shoichi Kado, imigrante da 5^a. leva¹⁴ para a Colônia Bela Vista, havia saído para a capital assim que chegara. Trabalhava, na época, como funcionário da empresa Moto Importadora Ltda., cujo proprietário, Nathaniel Lemos Xavier de Albuquerque, mais conhecido como Nathan, era representante do motor de tecnologia japonesa Daiya¹⁵ na época. Nobuyoshi Tsuji, em uma das vindas para a capital, procurou Kado para averiguar sobre vendas de terras na proximidade da capital, expressando a ele a necessidade de sair da Colônia Bela Vista. Kado, por sua vez, consultou Nathan e este mostrou interesse em vender as terras pertencentes a sua esposa. Foi o começo do

¹³ 信義—それだけじゃないよ、教育もあるけど、陸続きに出たかった。だから、あっちこっち、テッハ探し回ったよ。センニョルナッタンがテッハもったから、良かったんだ。ナッタンの奥さんの。それもエウが行っていわんなら、知らんのよ。エウが聞いたから、言ったから、角さんがナッタンに行って、聞いたんだ。エウが聞いて、いわんだったら、カシヨエイラグランデなんて、出来ちゃおらんよ。

¹⁴ A 5^a. leva chegou em 12 de novembro de 1954 (ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1999).

¹⁵ ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1999, p. 127.

processo de aquisição de lotes da colônia que se denominou Colônia Cachoeira Grande. Na realidade, os lotes de terra pertenciam a Raimunda Furtado Xavier de Albuquerque¹⁶, José de Mendonça Furtado, Maria de Farias Furtado e Terezinha de Farias Furtado, conforme registrado na escritura de compra e venda. Logo formou-se um grupo interessado em adquirir o terreno, de modo que assinaram como outorgados compradores onze japoneses: Misao Fujimoto, Junkichi Hada, Makoto Yasui, Masatoshi Takaki, Kaneo Shibuya, Tatsuji Takeno, Kuniyoshi Deguchi, Seisaku Nakatani, Nobuyoshi Tsuji, Katsue Ohara e Shoichi Kado, que adquiriram três lotes, no valor de NCR\$5.000,00 (Cinco mil cruzeiros novos), sendo o primeiro com uma área de 660.000m², o segundo com 437.000m² e o terceiro com 1,114,985m², totalizando 2.211.985m²¹⁷, no dia 28 de março de 1967.

Os lotes adquiridos foram divididos em duas partes, sendo a primeira parte, à margem direita do igarapé do Goiabinha, distribuída por sorteio entre os onze compradores; quanto à metade restante, dividida em dezoito lotes, acordou-se que seria vendida para os futuros interessados, sendo os valores arrecadados com as vendas revertidos para o beneficiamento da colônia, como a melhoria das estradas e outros investimentos em infraestrutura. Após efetivada a divisão de lotes entre os onze membros do acordo, realizou-se a festa em comemoração à nova colônia, objetivando um futuro promissor. Assim, em 18 de dezembro de 1967, nas proximidades do centro da localização da colônia, no terreno da família Nakatani, reuniram-se os onze proprietários e convidados especiais, como o Cônsul Geral em Manaus na época, o Secretário de Agricultura e muitos imigrantes japoneses, realizando o plantio simbólico de uma árvore. (AS-

¹⁶ Esposa do Nathan.

¹⁷ Dados registrado no Livro de escritura no. 985, folhas 80, no Cartório de 3º. Tabelião Milton Nogueira Marques.

SOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1999, p. 127). Infere-se que havia, na época, comunicação frequente entre os japoneses no Amazonas, ainda que não fossem numerosos. A maioria se conhecia, motivo pelo qual as informações se espalhavam rapidamente, de modo que se supõe não ter sido difícil vender o restante dos lotes de terras.

Vale lembrar que os lotes de terras pertenciam inicialmente a Raimunda de Farias Furtado que, por espólio, transferiu-os para os herdeiros, em 3 de fevereiro de 1947¹⁸. A Colônia intitulou-se inicialmente como Colônia Kado, isto é, *Kado Shokuminchi*, pelo sobrenome de um dos adquirentes. Entretanto, como este fora um mero intermediador da venda dos lotes de terrenos, não houve acordo com os demais integrantes do grupo, alterando a nomenclatura efetivamente para Colônia Cachoeira Grande, uma vez que os lotes adquiridos estavam situados no igarapé da Cachoeira Grande, conhecida também como igarapé do Mindu. Convém destacar que atualmente a área é conhecida como Colônia Japonesa por nomenclatura atribuída pelos brasileiros, sendo uma identificação que eterniza a presença dos imigrantes japoneses na região. Supõe-se que a nomenclatura Colônia “Japonesa” ao invés de Colônia “Cachoeira Grande”, como era conhecida pelos japoneses, apresenta um posicionamento peculiar dos brasileiros, em que ser imigrante não se limita àquele que tem origem estrangeira, mas perdura por várias gerações, coadunando-se com a afirmativa de Lesser (2015, p. 29):

As pessoas de ascendência imigrante raramente usam categorias hifenizadas (como nipo-brasileiro ou ítalo-brasileiro), enfatizando, ao contrário, o local de origem de seus ancestrais, chamando-se (ou sendo chamados) de japoneses ou italianos.

¹⁸ Lavrado no Livro de escritura no. 985, folhas 80, no Cartório de 3º. Tabelião Milton Nogueira Marques.

O fato de ser chamada de Colônia Japonesa pelo viés externo (ao invés de Colônia Cachoeira Grande, como era conhecida entre os japoneses) exemplifica um forte traço de etnicidade no Brasil e, neste caso, de forma positiva, pois eterniza a presença dos japoneses na referida região.

A oferta dos lotes de terras contínuas nas proximidades da capital, sem a presença de rios como no caso da Colônia Bela Vista, atraiu os japoneses de várias colônias que tinham condições financeiras, além de japoneses de outros estados da região norte e imigrantes que já se encontravam em Manaus.

O processo de compra e venda de lotes de terreno coincide com o período de implantação da Zona Franca de Manaus, o que se supõe não constituir mera coincidência. A informação sobre a implantação da Zona Franca de Manaus era notória também entre os japoneses, conforme encontra-se registrado na publicação do exemplar em comemoração aos 70 anos da imigração japonesa na Amazônia:

Em Brasília, 1967, com o objetivo de desenvolver o norte brasileiro, ficou determinada a criação da Zona Franca de Manaus. Em termos de indústria, praticamente não havia, mas a criação de uma grande Zona de indústria foi tópico de conversa entre os imigrantes das duas colônias, bem como dos pequenos comerciantes imigrantes que moravam na capital Manaus¹⁹. (ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1999, p. 127, tradução nossa)

¹⁹ 一九六七年ブラジリアに於(お)いて、北泊開発を行うとの目的でマナオス市が自由貿易地域に指定された。産業として、これと言った工場もなかったマナオス市に一大工場団地が創設されるとのニュースは大きな話題を呼び、二所にあった移住地の人たちやマナオス市内にて小商をしていた人たちの中でも大きな話題であった。

Assim, a aquisição de terras da colônia representou não somente uma nova vida no lugar, mas a esperança e o ânimo aos japoneses em razão da implantação da Zona Franca de Manaus.

A base econômica dos colonos se concentrava em produtos hortifrutigranjeiros. Nesse período, com a criação da Zona Franca, a cidade de Manaus passou a vivenciar um desenvolvimento econômico vertiginoso que atraiu a população do interior para a capital, proporcionando o crescimento populacional. Resultado disso é o aumento do consumo de gêneros alimentícios, o que propiciava a demanda de produtos hortifrutigranjeiros, favorecendo o desenvolvimento econômico dos produtores da Colônia. A proximidade com o Bairro Parque 10 de Novembro facilitava a venda da produção no comércio do bairro, bem como atraía os intermediários ou os atacadistas que vinham até a Colônia buscar a produção para revenda. Em comparação com a Colônia Bela Vista, os produtores japoneses estabelecidos na Colônia Cachoeira Grande observaram, de imediato, a vantagem de estarem próximos à capital para o escoamento da produção, bem como de matricularem os seus filhos nas escolas próximas à casa, estando unidos em família.

Contudo, numa comunidade não se vive apenas de objetivos econômicos. Uma vez estabelecidos na colônia e havendo uma certa estabilidade, a preocupação relativa à educação se fazia presente, de maneira que geralmente parte das senhoras imigrantes tomava a iniciativa de ensinar a língua japonesa. Assim, há registro de que uma senhora, Hisae Ideta, promovera aulas na sua casa a partir de 1972 (BRASIL DE SÁ; NISHIKIDO, 2012, p. 136). Riiko Shibuya²⁰ afirma que aos domingos os seus filhos estudavam na casa dessa senhora.

²⁰ Dados da entrevistada. Pesquisa de campo realizada na residência da entrevistada em 05 mar. 2020.

Um fato interessante é o relato da imigrante Emiko Yasui²¹, moradora da colônia; diz ela que logo no início havia, nas proximidades do igarapé Goiabinha²², uma fornalha com cobertura circular, desativada, de aproximadamente 12 m² para produção de carvão. Esta, logo no início da exploração, no período de derrubada e queimada das matas, serviu de abrigo durante a noite, mas à tarde não tinha quem ficasse dentro da fornalha, pois a cobertura de ferro, somada ao clima do Amazonas, resultava num calor insuportável. Com o passar do tempo, moveu-se a cobertura de ferro e ficaram somente os tijolos que forravam o chão. Parte desses tijolos ainda se encontra guardada com Emiko Yasui, que elogia a sua qualidade, firme até os dias atuais, conforme a figura 2:

Figura 2. Tijolo do chão da fornalha.



Fonte: Acervo pessoal, mar. 2020.

²¹ Dados da entrevistada. Pesquisa de campo realizada na residência da entrevistada em 09 mar. 2020.

²² Nas proximidades da Escola Professora Josephina de Mello.

É possível pensar no carinho com que ela apresentou esses tijolos, como a reminiscência do início da imigração, algo que guarda com solidez as lembranças do passado, forte como as pessoas que adentraram na colônia e cresceram ali, como se guardasse a memória da luta, mas que resistiu ao tempo.

Uma outra lembrança guardada na memória é o igarapé do Goiabinha, que entrecorta a região, pois as crianças dos colonos iam brincar no riacho, onde podiam ver os peixes nadando, uma água transparente e límpida. Emiko Yasui e Riiko Shibuya relatam que lavavam as roupas e tomavam banho no igarapé, as crianças e os empregados brincavam e, depois do trabalho, pescavam traíra. Na atualidade, constata-se que o igarapé, além de exalar odor fétido, encontra-se tomado por garrafas de plástico, lixo e outros detritos que trazem uma imagem triste e desoladora, sobretudo para aquelas pessoas que conheceram o riacho antes de ter ficado assim.

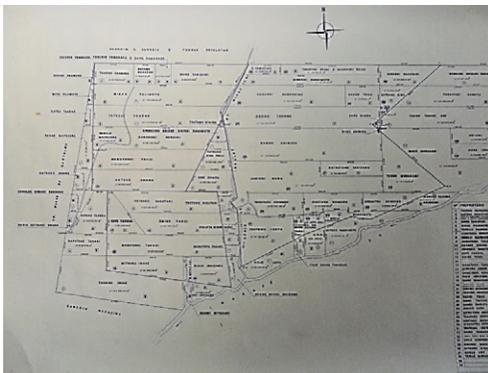
É o preço pago pelo desenvolvimento não planejado, bem como pela falta de consciência de pessoas que jogam lixos em lugares inadequados.

Riiko Shibuya lembra que a folha de cariru foi o alimento que marcou sua vida e de sua família nos tempos de carência de folhosas e legumes na região, mas que até hoje é um alimento benquisto à sua mesa, comendo-a como *oshitashi* (cozinha-se rapidamente na água quente, escorre-se e coloca-se *shōyu* ou sal). Comenta que até chegou a fazer um prato à base deste ingrediente a um parente que veio do Japão, que reagiu, dizendo: “Ela me fez comer capim do mato”. Mal sabe a pessoa que é um alimento com propriedade nutritiva, contendo muitas vitaminas. Cariru existe no Japão, mas os japoneses não têm o costume de consumirem dessa folha.

Anos 80: comemoração do título definitivo

Ainda que estabelecidos ali por mais de 15 anos, havia insegurança na posse de terras entre os moradores, pois, mesmo portando escritura de compra e venda coletiva, ainda não dispunham de título definitivo das terras. Assim, com o objetivo de obtenção dos títulos, realizou-se o levantamento da região, elaborando a Memória Técnica, em que se constatou a presença de 38 proprietários, conforme a figura a seguir:

Figura 3. Memória Técnica da Colônia Cachoeira Grande.



Fonte: Acervo pessoal, mar. 2020.

De acordo com a planta do projeto, dos trinta e oito proprietários, vinte e dois eram imigrantes oriundos da Colônia Bela Vista, um empresário construtor com a intenção de explorar areia para suas obras de construção, três imigrantes por chamada para a região do Baixo Amazonas, um imigrante de juta, um imigrante técnico, três imigrantes do estado de Rondônia, cinco imigrantes da Colônia Efigênia de Salles, a Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental, um não

identificado²³. Percebe-se, deste modo, que cerca de 58 % (a maioria, portanto) dos moradores eram oriundos da imigração da Colônia Bela Vista, sendo que alguns já se encontravam na capital trabalhando no comércio. Deduz-se que os fatores desfavoráveis daquela colônia como a dificuldade no escoamento da produção, terras não propícias para a produção agrícola, a existência do rio entre a colônia e a capital Manaus, a inexistência de escolas de nível ginásial em diante induziram os colonos a procurarem novas terras, sobretudo em lugares próximos à capital, sem que houvesse dependência de transporte fluvial.

Assim, em 18 de junho de 1985, o então governador Gilberto Mestrinho assinou a concessão de título definitivo, o qual foi comemorado com festas e dança (*bon odori*) no terreno campal da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental, onde se encontra atualmente estabelecida a Escola Japonesa de Divulgação Cultural. Houve, paralelamente, solução de questões das estradas que ligam a colônia à cidade, especificamente para os moradores da margem direita do rio Goiabinha, de modo que isto possibilitou o deslocamento para o centro da cidade em 20 minutos. A década de 80 representa também a melhoria de vida aos moradores imigrantes que tiveram acesso às linhas telefônicas e energia elétrica. Em 1988, foi palco da visita do príncipe do Japão Akishino, que participou da inauguração do Museu de Ciências Naturais²⁴. (ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1999, p. 130, 132).

Essa facilidade de transportes e as melhorias na infraestrutura trouxeram aos japoneses ali instalados uma alegria momentânea porque, de certa forma, configuraram-se como o início do fim da colônia japonesa.

²³ Informações compartilhadas pelo Presidente da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental, Ken Nishikido, em março de 2020.

²⁴ Inexiste atualmente.

Anos 90: o início do fim da colônia

A urbanização no entorno da Colônia passou a descaracterizar a região rural em que os imigrantes produziam verduras, frutas e trabalhavam em atividades avícolas. O desenvolvimento do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, principal atividade econômica da capital, resulta no crescimento populacional e, por conseguinte, no notório avanço na ocupação de espaços em várias zonas da cidade. A Colônia Cachoeira Grande ocupava um lugar privilegiado próximo de bairros como Parque 10 de Novembro e Cidade Nova, de modo que os arredores estavam sendo ocupados pela massa populacional vinda do interior ou por migrantes de outros estados. A prosperidade e a obtenção de título definitivo, de certo modo, permitiram a valorização daquelas terras, mas ao mesmo tempo os imigrantes sentiram a dificuldade de manter a produção agrícola, por várias razões. Uma delas foi o aumento das despesas tributárias, isto é, antes recolhia-se o Imposto Territorial Rural – ITR, cujo valor era simbólico, mas passaram a pagar o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, o que encarecia a tributação. Somente para exemplificar, em 1995, um proprietário de terras com uma área de 12,3 hectares recolhia para os cofres públicos o valor de R\$23,04 (vinte e três reais e quatro centavos) em 1995, conforme Comprovante de Pagamento de ITR. Em 2019, um proprietário de terras com uma área de 16.933,01m² (16,93ha), recolhe um montante equivalente a R\$6.650,70 (seis mil seiscentos e cinquenta reais e setenta centavos) de IPTU, conforme Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Havia também a insegurança na moradia e as dificuldades de desenvolver a produção agrícola, em virtude de ocorrências de roubos e assaltos. Ademais, os imigrantes ativos no princípio da constituição da colônia encontravam-se com idade avançada e muitos dos seus descendentes não seguiram o trabalho agrícola realizados pelos

seus genitores, optando por outras atividades econômicas. Nesse sentido, alguns japoneses remanescentes ainda residem na colônia, mas praticamente não se observa atuação no desenvolvimento agrícola. Duas das entrevistadas citadas aqui, já na terceira idade, são viúvas que vivem na terra e seus filhos desempenham outras atividades, apenas residindo no local.

Considerações finais

A implantação da Colônia Cachoeira Grande não foi uma concessão do governo federal ou estadual, mas uma aquisição de terras em conjunto pelos colonos que tinham interesse e condições financeiras, dividindo-as em lotes. Vale ressaltar que as terras da colônia foram adquiridas no mesmo ano da criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, o que favoreceu economicamente os colonos que iniciavam a atividade avícola e a produção de frutas e verduras.

Durante aproximadamente 30 anos, os japoneses mantiveram as atividades agrícolas em destaque na Colônia Cachoeira Grande, o que permitia avistar áreas verdes, contribuindo para a preservação do ecossistema. Com o desenvolvimento urbano, as áreas verdes estão sendo tomadas por casas e prédios, condomínios, lojas comerciais e, nesse sentido, há uma perda irreparável da fauna e flora naquela região, além da poluição dos rios e igarapés. Além disso, não raramente se presenciava o lado negativo do desenvolvimento, como roubos e assaltos, que desencorajavam os moradores em continuarem seus trabalhos, resultando em vendas dos lotes de terras. Há ainda alguns japoneses remanescentes no local, a maioria com idade avançada, porém as atividades agrícolas em si são raras, sendo que são por arrendamento aos brasileiros. Outros permanecem, mas loteando parte do terreno.

Assim, embora, de fato, não exista mais a colônia, os nomes das placas “Colônia Japonesa”, os nomes das lojas comerciais, dos condomínios, das ruas e até linha de ônibus em referência aos imigrantes japoneses caracterizam o lugar como “japonês”, identificando um espaço que durante mais de 30 anos foi palco de sua presença. Um passado em que os japoneses se reuniam para conversar, para educar as suas crianças, para praticar a agricultura, cuja produção hortifrutigranjeira abastecia parte da população de Manaus. A “colônia japonesa” pode ter deixado de existir, mas as marcas deixadas são até hoje lembradas, eternizando a presença dos imigrantes japoneses que outrora fizeram a história no espaço conhecido como Colônia Cachoeira Grande.

Referências bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL. **Midori**: Seibu Amazon nihonjin ijūnanajūshūnen kinenshi (1929-1999). São Paulo: Editora Gráfica Topan-Press Ltda., 1999.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. In DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Estudos Migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 87-113.

ESCOLA Professora Josephina de Mello. Disponível em: <http://www.josephinademello.com.br/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MANAUS (AM). Cartório de distribuição 3º. Tabelião Milton Nogueira Marques. **Escritura de compra e venda**. Registro em: 28 mar. 1967.

MANAUS (AM). Cartório do Registro de Imóveis e Protesto de Letras (2º. Ofício). **Certidão de Registro de Imóveis**. Registro em: 04 set. 1970.

PREFETURA DE MANAUS. **IMMU Transportes**. Disponível em: <http://www.manaus.am.gov.br/noticia/linha-073-alteracao-fds/>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CAPÍTULO 3

PERSONAGENS NIPO-BRASILEIROS E A QUESTÃO IDENTITÁRIA

Oscar Fussato Nakasato

Passados 113 anos da chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos (1908), trazendo os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, não há mais que se questionar a integração do *nikkei*²⁵ brasileiro. Essa integração é fruto de um processo difícil, através do qual ele foi elaborando a sua identidade e estabeleceu um espaço significativo na sociedade.

O início foi traumático. Segundo Tomoo Handa²⁶, “não terá havido imigrante que tenha abandonado seus costumes mais que o japonês... Desde sua chegada, teve que morar numa casa sem tatame, tirar o quimono, jogar fora a tigela e o hashi, tomar café invés de chá.” (1973, p. 400). As palavras de Handa servem como metáfora das dificuldades de integração desse imigrante, que também recusou de forma contundente a assimilação. Pertencente a uma cultura muito diferente daquela que encontrou no Brasil e falante de um idioma sem nenhuma afinidade com a língua portuguesa, ele se viu ilhado num país ao qual chegou após mais de um mês de viagem marítima. É importante destacar que o Japão, um arquipélago localizado na Ásia Oriental, distante do mundo ocidental, passou séculos isolado, com pouquíssimo contato com o restante do mundo, o que tornou seus habitantes muitos singulares. Somente no período Meiji (1867-1912)

²⁵ *Nikkei* é o termo usado para denominar o japonês que vive fora do Japão ou o descendente de japoneses nascido fora do país.

²⁶ Tomoo Handa, imigrante japonês e artista plástico, é autor do livro *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*, obra significativa sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes no país.

se iniciou um processo de abertura. Marcado por tradições milenares e um extremado nacionalismo, o imigrante japonês era resistente à integração. O casamento interétnico, por exemplo, foi rechaçado durante décadas por ele e mesmo pelos seus descendentes. Ademais, a maioria dos imigrantes não tinha interesse em fazer parte da sociedade brasileira, pois sua intenção era trabalhar alguns anos e retornar ao Japão. O Brasil era somente um lugar de moradia provisória.

O nipo-brasileiro que a literatura transpõe para as suas páginas reflete, em alguma medida, esse sujeito que demorou para se integrar e que hoje, após mais de um século desde o início da imigração, ainda guarda a presença da cultura japonesa, mesmo quando a nega, mas se apresenta multifacetado.

Neste ensaio, analisarei alguns personagens em obras publicadas a partir da década de 1980 e que retratam períodos que vão dos anos 1960 até a presente década. Nesse percurso, revisitarei a minha tese de doutorado²⁷, no qual investigo personagens nipo-brasileiros em obras literárias, partindo do romance *Amar, verbo intransitivo* (1929), de Mário de Andrade, até *Sonhos que de cá segui* (1997), de Silvio Sam. Obviamente, o distanciamento temporal implicará a inclusão de novas obras e a reanálise de algumas questões.

Entre esses personagens, há aqueles que estão integrados ou se integram no percurso da trama narrada. É o que ocorre na ficção da escritora Ana Suzuki. Brasileira casada com um imigrante japonês, ela mergulha no universo híbrido da cultura *nikkei* em seus romances *O jardim japonês* (1986), *Flor de vidro* (1987) e *A terceira cor da paixão* (1988). De seu lugar privilegiado, já que tem diversa origem étnica e convívio íntimo e cotidiano com nipo-brasileiros, ela observa

²⁷ A tese, publicada posteriormente pela editora Blucher, intitula-se “Imagens da integração e da dualidade: personagens nipo-brasileiros na ficção” e foi defendida em 2002.

o espaço que eles ocupam, rico no trânsito de culturas distintas, e o transporta para a sua obra.

Nos romances de Ana Suzuki, o encontro de culturas ocorre sem grandes enfrentamentos. Através de sua obra, a escritora parece querer mostrar que o resultado desse encontro, embora seja terreno fértil para conflitos, é a superação de diferenças e a construção de um terceiro espaço, que se torna mais rico, pois incorpora elementos dos espaços de origem. Dessa forma, os enredos, com pequenas desordens entre os personagens, sempre se encaminham para um final harmonioso. Nesse contexto, o jardim que o protagonista imigrante Yoneda de *O jardim japonês* constrói na frente de sua casa é emblemático. Nesse espaço, planejado para ser um pedaço do país natal do personagem, com pedras, caminhos de cascalho, ponte e um pequeno lago, a cerejeira não se adapta em função do clima. Sem demonstrar frustração, Yoneda a substitui por um ipê amarelo, árvore-símbolo do Brasil. É a edificação de um terceiro espaço.

A dualidade se expressa de outras diversas formas em *O jardim japonês*. A culinária é uma delas. Para tranquilizar um caboclo que está preocupado com a alimentação de sua filha, que trabalhará em sua casa, Yoneda diz: “Casa meu, comida nunca cem por cento japonesa” (SUZUKI, 1986, p. 77). Sobre essa situação, Tomoo Handa explica que os imigrantes japoneses sofreram bastante com as diferenças relativas à comida: “Também serviram feijão com sal, cozido com gordura. Foi um choque” (1987, p. 25). Em função da dificuldade de se conseguir ingredientes para a preparação de pratos japoneses e o seu elevado preço, os imigrantes se conformavam em comer comida brasileira, “entretanto, nas festas de casamento e nas festividades do Ano-Novo, a alimentação voltava a ser totalmente japonesa” (HANDA, 1987 p. 240). Com o tempo, foram se acostumando, adaptando-se à culinária brasileira, mas criando uma espécie de terceiro prato:

“Podemos dizer que a grande característica dos hábitos alimentares dos imigrantes japoneses no Brasil foi o uso de ingredientes brasileiros, mas preparados à moda japonesa” (HANDA, 1987, p. 541).

Nos três romances de Ana Suzuki, o hibridismo se apresenta de forma insistente em várias situações, em que coexistem sem dissonância o futebol, o samba, o carnaval, o sumô²⁸, o ofurô²⁹ e o ikebana³⁰. Mesmo Akira, filho de Yoneda, avesso às tradições japonesas e que chama o boneco *teru-bôzu*³¹ de feitiçaria, não tem um comportamento de enfrentamento com o pai. Nesse contexto, a miscigenação ganha um destaque especial. Em *O jardim japonês*, Namie, filha de Yoneda, casa-se com Beto, filho de pai italiano. Em *Flor de vidro*, a protagonista Vitória é filha de um imigrante japonês e uma brasileira com ascendentes italianos, espanhóis, portugueses e índios, e sua irmã Marina namora um rapaz descendente de holandeses. E em *Jônetsu, a terceira cor da paixão*³², o casal protagonista é formado por um jovem imigrante de Okinawa, artista plástico, budista, e uma bem-sucedida médica católica, neta de lituanos. Essas relações interétnicas ocorrem naturalmente ou com pequenos percalços.

Os romances de Ana Suzuki, não obstante a sua visão simplista, portanto, redutora das relações humanas, representam uma defesa da mestiçagem, do hibridismo cultural, aspectos que o escritor Jorge

²⁸ Sumô é uma luta de origem japonesa, na qual dois lutadores se enfrentam em um ringue de formato circular.

²⁹ Ofurô é uma banheira japonesa tradicionalmente redonda e feita de madeira, mais profunda que uma banheira ocidental.

³⁰ Ikebana: *ike* (vida) + *bana* (flor). É a arte do arranjo floral que procura dar vida às plantas, as quais representam elementos da natureza.

³¹ *Teru-bôzu* é um boneco do folclore japonês que se pendura em uma árvore em dia chuvoso para que a chuva cesse.

³² *Jônetsu* significa “paixão”, “entusiasmo”.

Amado já considerava importantes na construção da nacionalidade brasileira. São exemplos que vão de encontro ao que o sociólogo e teórico cultural Stuart Hall chama de “fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se instaurar a coesão, o ‘fechamento’ e a Tradição, frente ao hibridismo e à diversidade” (2011, p. 92–93), fazendo referência ao ressurgimento do nacionalismo na Europa e ao crescimento do fundamentalismo.

No conto *Dois tempos* (2010), de Simone Toji, o encontro de crenças também se dá sem desentendimentos. Decasségui³³ no Japão, a *nikkei* Érica, antes de ir a uma clínica para um procedimento de aborto, ganha da amiga Fujiko um *mizuko jizô*³⁴, boneco de uma divindade budista. Após recebê-lo, numa atitude natural, ela retira da gaveta outra estatueta e diz: “Vou deixá-lo junto da miniatura de Nossa Senhora que minha madrinha me deu, Nossa Senhora o levará até o céu” (TOJI, 2010, p. 107).

Enfoque diferente de Ana Suzuki e Simone Toji é dado por Mirian Lee no conto *Arrepio na espinha* (2010) e por Laura Honda-Hassegawa no romance *Sonhos bloqueados* (1991). No conto, o narrador acompanha através de uma onisciência seletiva a protagonista Toshiko, que inicialmente reside com a família humilde numa cidade do interior do Paraná na década de 1960. Ela é a filha mais velha de cinco irmãos e teve que abandonar a escola após a conclusão do curso primário para auxiliar a mãe nos serviços domésticos. O pai é

³³ Decasségui é um termo japonês para designar a pessoa que trabalha temporariamente em outra região ou outro país. No Brasil, geralmente, a palavra faz referência ao trabalhador que vai ao Japão realizar trabalhos que não exigem especialização, mormente em fábricas.

³⁴ *Mizuko jizô* é um boneco de madeira de tradição budista, considerado guardião de crianças. *Jizô* é uma divindade budista e *mizuko* é a junção das palavras *mizu* (água) e *ko* (criança), numa referência ao líquido em que os bebês ficam no período da gestação. No Japão, é comum se presentear mães que abortam com *mizuko jizô*.

caminhoneiro, e a família é subserviente a ele. Nesse cenário, ela se apaixona por Edvaldo, um rapaz *gaijin*³⁵. Para separá-los, os pais de Toshiko resolvem levá-la a cidade de São Paulo para morar na casa de uma família *nikkei* mais abastada, onde seria uma espécie de empregada. Depois ela se torna cabeleireira, recusa as propostas de *miai*³⁶ e nunca se casa.

Kimiko, protagonista de *Sonhos bloqueados*, é uma personagem emblemática para se compreender a mulher nipo-brasileira nascida nos anos 1950/1960. Narradora de sua própria história, ela conta os seus conflitos íntimos e os sonhos desfeitos, num processo de busca identitária que a situa dentro da cultura japonesa: “Embora tenha nascido no Brasil, minha educação foi japonesa e me entendo melhor com os de minha raça” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 134). Daí a sua dificuldade em se desvencilhar das amarras das relações em que se vê enredada. Moradora de uma pequena cidade do interior de São Paulo, cresce obediente ao pai e ao irmão mais velho. Quando a irmã mais velha parte para uma cidade maior para estudar corte e costura, encarrega-se dos serviços domésticos. Alguns anos depois, precisa acompanhar a irmã mais nova a São Paulo, pois ela estudará numa faculdade para se tornar a doutora da família. Hospedam-se num pensionato e, enquanto a caçula frequenta as aulas, Kimiko torna-se cabeleireira. Retorna à cidade natal após alguns anos para se casar por *miai*. Quando descobre que o marido lhe escondeu a existência de uma filha que tivera antes do casamento, cala-se e passa a desprezá-lo, mas não se separa: “Tarde demais, eu não podia fazer mais nada! Nada! Eu havia concordado com o casamento. Ele era meu marido” (p. 23).

³⁵ *Gaijin* significa “estrangeiro”. Era o termo usado pelos imigrantes japoneses e seus descendentes para se referirem àqueles que eram de outras etnias.

³⁶ *Miai* era o termo usado para um costume típico dos japoneses em que os pais, por intermédio de casamenteiros, arranjam matrimônio para os filhos.

Nas obras de Ana Suzuki, Mirian Lee e Laura Honda-Hasegawa, geralmente os personagens *nikkeis* trazem características que denunciam a sua origem nipônica, ainda que, às vezes, tentem se desvencilhar delas. Em *O jardim japonês*, o narrador observa o protagonista vendo o futuro sogro da filha Namie chorando escandalosamente em seu noivado: “Yoneda não entendia de choradeiras de homem, e muito menos daquela infinidade de beijinhos trocados pelos noivos” (p. 83). Mais adiante, quando recebe a notícia de que a filha Namie está grávida, a sua reação ainda indica a sua personalidade: “Yoneda gostaria de abraçar o genro, de fazer um espalhafato à italiana, mas limitou-se a olhar para ele com ternura [...]” (p.115). Tomoo Handa faz referência a essa característica: “Nós, os japoneses, fomos tradicionalmente educados a demonstrar o mínimo possível os nossos sentimentos, seja de alegria, irritação, tristeza ou prazer” (1987, p. 721).

Essa peculiaridade é reiterada em *Sonhos Bloqueados*. Ao se referir ao marido, Kimiko comenta: “com o tempo, fui aprendendo que esse era o seu modo de ser, de se relacionar com o mundo. Essa mania de guardar tudo consigo, raramente desabafando, nunca me pondo a par de seus problemas [...]. Preferia ficar calado, dia após dia, ruminando suas raivas” (p. 19).

Depois, faz uma referência à irmã mais velha: “Sempre fora assim, fechada, impenetrável como uma ostra, impossível adivinhar-lhe o íntimo” (p. 91).

Em *Arrepio na espinha*, ao se relacionar com Edvaldo, Toshiko compara o seu comportamento com o de seus pais:

Ela se apaixonou. Ou assim pensou. Da boca com o dente lascado saíam palavras que ela nunca ouvira o pai dizer à mãe. Amor, te amo. E, às escondidas, ela a abraçava e a beijava, presenteava com doces retira-

dos da venda. Ela nunca tinha visto o pai demonstrar qualquer carinho à mãe e chegou a pensar que, se tudo o que o Edvaldo demonstrava era amor, o pai não devia amar a mãe (LEE, 2010, p. 73).

Em outro trecho: “quando chegava de viagem, o pai não abraçava a mulher nem os filhos. Não dizia “senti saudades”. Nenhuma demonstração de carinho. Sequer perguntava “como vai?” (p. 73).

Quando Toshiko parte para São Paulo, o comportamento da mãe não é diferente: “[...] não a abraçou, nem chorou quando Toshiko subiu no caminhão do pai, na fria manhã, a caminho de São Paulo” (p. 74). Mas na capital, no momento de se separar do pai, ela compreende que a ausência de palavras e abraços não significa desamor ou indiferença:

Assustada, estava prestes a chorar, mas para sua surpresa, sentiu as mãos do pai, ásperas, com graxa sob as unhas, roçar, de leve, o seu rosto. Era o maior gesto de carinho que já havia experimentado, vindo do pai. Edvaldo a acariciava e a beijava, e dizia “amor”. O pai nada disse. Apenas fez um gesto de amor. Um segundo que valeu por mil palavras (p. 77).

De qualquer forma, na observância do comportamento de sua família *nikkei* e de brasileiros que não tinham ascendência japonesa, Toshiko aprende as vantagens de se demonstrar sentimentos. Por isso, muitos anos depois, faz questão de dizer em alto e bom tom para os sobrinhos: “Eu amo vocês” (p. 80). É a última frase do conto.

As obras mais contemporâneas que retratam períodos mais recentes revelam personagens mais desligados da cultura japonesa. É o que se vê em *Rakushisha* (2007), de Adriana Lisboa, e *O sol se põe em São Paulo* (2007), de Bernardo Carvalho.

Em *Rakushisha*, o personagem Haruki, nissei³⁷, ilustrador que trabalha para editoras, recebe uma bolsa para ilustrar a tradução de *Saga Nikki*, o diário que o poeta Matsuo Bashô³⁸ escreveu no período em que visitou *Rakushisha*, a cabana dos caídos. Haruki é ocidentalizado, completamente desligado de suas raízes japonesas, representando um grupo que aumenta consideravelmente no Brasil. Jeffrey Lesser, que realizou uma pesquisa sobre militantes nipo-brasileiros de esquerda nas décadas de 1960–1980, lembra que “Enquanto muitos *nikkeis* viam a si próprios como parte de uma comunidade étnica, outros se desvinculavam das instituições de seus pais imigrantes” (2008, p. 33). No romance de Adriana Lisboa, Haruki lembra que ignorava o pai quando ele tentava falar sobre “essas coisas”. Quando vai ao Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro para solicitar o visto necessário para a sua viagem, depara-se com uma bola colorida de origami:

Haruki sentia-se integralmente desajeitado, como se fosse o antônimo daquela bola colorida de origami. Tão atrasado, tão deselegante e antinipônico, que direito ele tinha de sair por aí usando um par de olhos puxados? (LISBOA, 2007, p. 15).

Haruki não cultivou a herança cultural japonesa, mas, de alguma maneira, ela está presente, e ele percebe que vive numa dualidade, o que está representado em seu próprio sobrenome: Ishikawa. A palavra é formada pelos ideogramas *ishi* e *kawa*, que significam, respectivamente, “pedra” e “rio”:

Haruki sabia que um rio falava de dúvidas. Nunca se atinha a si mesmo. Nunca se cristalizava na pedra que o acolhia. Ao mesmo tempo, a pedra, que parecia

³⁷ Nissei é o *nikkei* da segunda geração, ou seja, filho de japonês.

³⁸ Matsuo Bashô (1644-1694) é considerado o maior poeta japonês do estilo haikai.

eterna, ia se gastando e se deslocando da maneira mais contundente de todas – sem alarde, sem aviso (LISBOA, 2007, p. 33).

Essa contradição em que se vê se relaciona com a sua condição nipo-brasileira. A constância da pedra é a herança cultural que seus pais, seus tios e outros ancestrais lhe deixaram, e a fluidez da água é a sua versatilidade, a sua personalidade informal, o seu modo ocidental de ser. Entretanto, essa água que flui também dá contornos novos à pedra. E a viagem ao Japão é a oportunidade que Haruki tem para buscar uma conexão com as suas raízes.

No romance de Bernardo Carvalho, cuja dualidade é sugerida já no título, pois o Japão é conhecido como o país do sol nascente, o narrador-personagem é um *yonsei*³⁹ que também não tem nenhuma familiaridade com a cultura japonesa. Publicitário frustrado e escritor sem obra publicada, ele é encarregado por Setsuko, uma senhora imigrante octogenária, de escrever uma história que tem início no Japão, no período da segunda guerra mundial, com desdobramentos no presente. Para compreender elementos obscuros dessa narrativa, ele vai ao país de seus bisavôs. Afora essa história repleta de desencontros e conflitos de identidade, o romance vai desvelando a desordem identitária do narrador. No final, ele diz que Setsuko deve ter visto nele “a insatisfação que também a fez correr até onde o sol se põe quando devia nascer e nasce quando devia se pôr [...]” (CARVALHO, 2007, p. 163). Que ela “deve ter reconhecido o desacordo em mim” (p. 163).

Em *O sol se põe em São Paulo* (CARVALHO, 2007), há um detalhamento maior sobre a resistência do narrador-personagem em assumir a sua ascendência. Num romance em que os personagens se fazem passar por quem não são, o narrador sintetiza o mascaramento da identidade. É um escritor que nunca publicou e que nega a sua con-

³⁹ Yonsei: nikkei da quarta geração, ou seja, bisneto de japonês.

dição nipo-brasileira. Ele diz: “Durante muito tempo, eu tentei fugir como o diabo da cruz de tudo o que fosse japonês” (p. 28). Entretanto, esse mundo do qual procura escapar a todo custo também o prende: “Era uma sensação de horror, de não caber neste mundo e de não ter os meios, nem materiais nem imaginários, de escapar a ele” (p. 28). A sua ida ao Japão é a comprovação dessa espécie de maldição. Quando decide partir, ele entende a viagem como um retorno: “Só me restava voltar para onde nunca tinha ido” (p. 104). Em outra passagem, já na cidade de Tóquio, ele sublinha a estranha sensação de reconhecê-la: “Embora eu nunca tivesse pisado ali, tudo era reconhecimento, como se eu estivesse voltando para casa” (p. 122). No entanto, embora tenha características fenotípicas japonesas, Haruki se sente totalmente deslocado, percebe que também não pertence ao Japão:

Eu tentava me aproximar das pessoas, em inglês, e todas fugiam de mim. Desviavam-se, olhavam para o chão, fingiam que não me viam, que não me ouviam. Uma mulher chegou a apertar o passo, como se eu fosse um mendigo bêbado a importuná-la, enquanto eu a acompanhava, repetindo ‘por favor, por favor’. Eu era a lepra.” (CARVALHO, 2007, p. 106).

O personagem-narrador de *O sol se põe em São Paulo* também se sente estrangeiro na capital paulista, onde as ruas “tentam convencer quem passa por elas: que está em outro lugar, num esforço inútil de aliviar a tensão incômoda de estar aqui, o mal-estar de viver no presente e de ser o que se é” (p. 14-15). Assim, ele é um sujeito sem lugar.

Diversas pesquisas apontam a situação de não-pertencimento entre *nikkeis* que vão ao Japão, como se percebe nesse depoimento de um nipo-brasileiro que retornou daquele país: “Aqui eu sou ‘japa’ e lá sou estrangeiro” (DEBIAGGI, 2008, p. 169). Conhecido como o “pai do multiculturalismo”, Stuart, nascido na Jamaica e radicado no Reino Unido desde os dezenove anos, usa a sua experiência pessoal para explicar essa situação da diáspora:

Conheço intimamente os dois lugares, mas não pertenço completamente a nenhum deles. E esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada (HALL 2003, p. 415).

No caso do narrador-protagonista de *O sol se põe em São Paulo*, a ausência do nome próprio é reveladora, também, de seu desajuste no mundo. É um escritor sem obra, um nipo-brasileiro que não se reconhece como tal, que não se sente em casa nem no Brasil e nem no Japão.

O deslocamento também é a realidade da irmã de Haruki, que trabalha como decasségui em Nagoya. Ela lhe diz que “quando não estava na fábrica, estava dormindo” (p. 108) e que conversa somente com as colegas brasileiras, ou seja: está no Japão, mas numa bolha, como se não pertencesse, realmente, à sociedade japonesa.

Tanto para Haruki quanto para o narrador de *O sol se põe em São Paulo*, a inesperada ida ao Japão (nenhum dos dois jamais desejou ou pensou ir àquele país) é um enfrentamento de sua identidade nipo-brasileira, uma lacuna que eles precisam preencher. No romance de Bernardo Carvalho, a visão do monte Fuji, o maior símbolo do Japão, é um momento de revelação:

Na manhã seguinte, quando abri as cortinas do quarto minúsculo, reconheci o que não tinha podido perceber na véspera, à noite: o monte Fuji, diminuto na distância, entre os prédios, detrás da névoa. [...] Era domingo, havia pouca gente nas ruas. O ar frio batia no meu rosto. Embora eu nunca tivesse pisado ali, tudo era reconhecimento, como se eu estivesse voltando para casa (CARVALHO, 2007, p. 122).

Os personagens analisados neste ensaio apresentam a complexidade da construção identitária do nipo-brasileiro. É o resultado de uma ambivalência que permaneceu por mais tempo no seio da comunidade *nikkei* quando comparada a de outros imigrantes e seus descendentes. Se hoje o culto ao imperador é raro, a persistência de *nihonjinkai*⁴⁰, *fujinkai*⁴¹, *seinenkai*⁴² e outras associações comprova a tentativa de se manter uma relativa unidade. Por outro lado, é imprescindível reconhecer que a ideia de homogeneidade nipo-brasileira é um mito. Segundo Stuart Hall, “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas” (2003, p. 27) e “ela (a identidade) permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’ sempre sendo formada” (2011, p. 39).

Embora a segunda citação diga respeito ao indivíduo, a leitura da obra do sociólogo permite estender esse conceito a uma coletividade. A negação da identidade de origem, inclusive, faz parte desse processo. No caso dos personagens *nikkeis*, a sua contínua fluidez demonstra a apreensão por parte dos autores de uma realidade em que houve, no Brasil, uma ressignificação dos valores e tradições trazidos por pais, avós e bisavós do Japão.

⁴⁰ Nihonjinkai é a associações que reúne imigrantes japoneses e seus descendentes.

⁴¹ Fujinkai é a associações de senhoras nikkeis.

⁴² Seinenkai é a associação de jovens nikkeis

Referências bibliográficas:

CARVALHO, Bernardo. **O sol se põe em São Paulo**. Companhia das Letras, 2007.

DEBIAGGI, Silvia Dantas. Nikkeis entre o Brasil e o Japão: desafios identitários, conflitos e estratégias. **Revista USP**, [S. l.], n. 79, p. 165-172, 2008. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i79p165-172. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13702>. Acesso em: 24 out. 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adeline La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HANDA, Tomoo. Senso estético na vida dos imigrantes japoneses. *In*: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p. 386–413

HONDA-HASEGAWA, Laura. **Sonhos bloqueados**. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980**. Trad. Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIE, Mirian. Arrepio na espinha. *In*: KUBOTA, Marília (org.). **Retratos japoneses no Brasil: literatura mestiça**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 69–80.

LISBOA, Adriana. **Rakushisha**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

NAKASATO, Oscar Fussato. **Imagens da integração e da dualidade: personagens nipo-brasileiros na ficção**. São Paulo: Blucher acadêmico, 2009.

SUZUKI, Ana. **O jardim japonês**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SUZUKI, Ana. **Flor de vidro**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

SUZUKI, Ana. **Jônetsu**, a terceira cor da paixão. São Paulo: Clube do Livro, 1988.

TOJI, Simone. Dois tempos. *In*: KUBOTA, Marília (org.). **Retratos japoneses no Brasil**: literatura mestiça. São Paulo: Annablume, 2010, p. 97–107.

CAPÍTULO 4

REFORMULANDO “RELIGIÃO”: A QUESTÃO DA COMENSURABILIDADE E O CASO JAPONÊS⁴³

Renata Cabral Bernabé

Introdução

A definição do conceito de religião provocou por décadas a fio ricas e intermináveis discussões nos círculos acadêmicos pelo mundo. Nos últimos dois séculos, tanto popular quanto academicamente, foi comum a afirmação de que religião se tratava de um fenômeno universal entre as sociedades humanas, parte de uma experiência humana natural. Por mais que se diferenciassem entre si, as religiões seriam algo que encontraríamos em todas as culturas no tempo e no espaço. Contudo, mais recentemente, esse retrato vem sendo criticado por acadêmicos de diversas áreas que observaram a falta de correspondência para o termo em diversas línguas antigas, inclusive nas não ocidentais, ao menos até que suas populações tivessem contato com o ocidente europeu (NONGBRI, 2013). Partindo dessa observação, é possível tirarmos ao menos duas conclusões acerca do conceito de religião: primeiramente, que não se trata de um descritor neutro da realidade, mas de uma categoria construída; segundo, que ele nasceu e se desenvolveu dentro da história do ocidente.

No que tange ao problema do reconhecimento da dimensão do religioso em alteridades culturais, alguns tipos de abordagem são possíveis. Adone Agnolin as separa entre perspectivas fenomenoló-

⁴³Essa pesquisa foi financiada pela Japan Society for the Promotion of Science (JSPS) pelo JSPS KAKENHI (grant number 19F19301).

gica e histórico-religiosa (AGNOLIN, 2013). O problema da definição, por sua vez, é abordado, segundo William Cavanaugh e Kasper von Greyez, a partir de duas perspectivas: a funcionalista e a substantivista (CAVANAUGH, 2009; GREYEZ, 2007). No entanto, o que propomos neste capítulo não é definir religião nem apontar fenômenos supostamente religiosos em alteridades culturais ao longo da história. Tendo em vista nosso objetivo, a divisão que nos interessa é entre as perspectivas êmica e ética⁴⁴. A primeira refere-se a uma descrição na qual o observador se esforça para reproduzir os sistemas de classificação internos de um grupo de pessoas estudado. Não se trata de uma visão nativa, interna ao grupo objeto do estudo, mas há um esforço por parte do observador de utilizar categorias nativas. No segundo caso, aplica-se livremente sistemas classificatórios externos a esses grupos estudados.

Aqui, buscaremos compreender, a partir de uma perspectiva êmica, como a ideia de religião foi sendo construída no ocidente ao longo da história até o início da Modernidade e como o caso específico da missão cristã no Japão dos séculos XVI e XVII contribuiu para mudanças significativas do conceito neste período. Isso porque, como bem coloca Talal Asad, significados são não apenas criados, mas redirecionados e subvertidos (ASAD, 1993). Tal afirmação certamente se aplica ao conceito de religião ao longo da história do ocidente. Por outro lado, se é inegável que os europeus influenciaram significativamente a história dos diversos povos com os quais travaram contato, particularmente após as Grandes Navegações, o contrário também é verdadeiro, ainda que não possamos deixar de pontuar que relações de poder definem em grande medida a extensão dessa influência.

⁴⁴ Também conhecidas em inglês por *descriptive* e *redescriptive*. Ver: Nongbri, 2013.

Religio na história do ocidente cristão

O termo “religião” vem do latim *religio*, cuja etimologia carrega certa controvérsia, ainda que muitos pesquisadores afirmem que o mais provável é que venha do verbo *religare* (religar), ou seja, estabelecer um laço que foi rompido (CAVANAUGH, 2009). Na Roma antiga, *religio* designava a qualidade de ser escrupuloso na performance de um ato. Referia-se, portanto, a um forte requerimento para desempenhar uma ação. Não se relacionava necessariamente àquilo que hoje entendemos por religião, mas a costumes e tradições que reforçavam a ordem social. Não obstante, segundo Nongbri, com o tempo, a palavra foi sendo cada vez mais empregada em contextos que envolviam os deuses (NONGBRI, 2013). Ainda assim, ela permanecia indiferente a doutrinas teológicas.

Isso começou a se modificar com o advento do cristianismo. Este se apropriou do termo para definir-se a si próprio. Agnolin (2013) aponta Tertuliano, no século II, como marco para o início da modificação. Ainda assim, o termo carregava algo de seu significado anterior, já que a ideia de prática ritual – a qual deve ser cuidadosamente executada – permaneceu. Segundo Nongbri (2013), até o século IV, os termos *cultus* e *religio* eram usados paralelamente. Agostinho de Hipona, na virada do século IV para o V, usou o termo com o significado de adoração. Em seu *De vera Religione* ele distinguia a verdadeira adoração, devida a Deus, da falsa.

O período medieval, contudo, introduziu um novo uso para a palavra: designação de vida monástica e das diferentes regras. Esse é o significado mais comum da palavra durante a chamada Idade Média e é o que predominava quando a palavra passou para o inglês, sendo sua definição no dicionário de Oxford de 1200 justamente essa: “uma forma de vida sujeita a votos monásticos” (CAVANAUGH, 2009, p. 64). Com o tempo, o termo passou a incluir membros de ordens não monásticas de

diferentes ordens, como franciscanos, dominicanos, etc.

Tomás de Aquino, em sua monumental *Suma Teológica*, dedicou uma questão à religião (ST II-IIq. 81). Ele definiu o termo como uma virtude moral a qual “implica orientação para Deus” e consta de ações mediante as quais o homem se orienta somente a Deus, como sacrificar ou adorar (ST II-II q. 81 a.1), ou seja, religião seria dar a devida honra a Deus. Tratar-se-ia, portanto, de um substantivo incontável, sem plural. Religião no plural, por sua vez, seria usado no sentido de diferentes ordens religiosas, uso este que se estendeu para além do período medieval.

O que é importante demarcar, no entanto, é que após a adoção do termo pelo cristianismo, religião passou a ser algo que se referia unicamente a este, ou seja, religião não era entendido como um sistema de proposições sobre a realidade nem um gênero do qual o cristianismo seria uma espécie. O cristianismo não era *uma* religião em meio a diversas outras, mas era compreendido como a religião, já que era a única e correta forma de adoração do Deus verdadeiro. Pouco antes de Santo Tomás, Pedro Abelardo (1079-1142), teólogo francês, escrevera um diálogo entre um judeu, um cristão e um filósofo pagão. Ao descrever seus personagens o autor afirmou que eles provinham de três diferentes *fidei secti* (ABELARDO, 1140), não religiões. *Religio*, por sua vez, ele definiu de maneira bastante semelhante a Aquino, ou seja, como a veneração devida que todos dirigem a Deus.

Isso começou a modificar-se no início da Modernidade, após as Grandes Navegações possibilitarem encontros com populações das quais não se tinha nem mesmo notícia. No enorme volume de descrições desses povos do além-mar, a palavra religião (em sua versão nas línguas neolatinas e em latim) aparece aqui e ali para referir-se a determinados conjuntos de crenças e práticas dos povos encontrados. Os exemplos de tal uso não se restringem a uma pessoa ou um lugar

em específico. Nas descrições dos povos americanos o termo aparece, para nomear alguns exemplos, em José de Acosta, no Peru, em sua obra *Historia natural y moral de las Indias*, e em Francisco López de Gómara, capelão de Hernán Cortéz, em sua crônica sobre a conquista do México, *Historia de la Conquista de México*, de 1552. Neste capítulo, contudo, nosso objetivo é focar especificamente no caso japonês, e como ele contribuiu para este processo de reformulação do conceito de religião.

“Religião” e o caso japonês

Em 1548, antes mesmo que qualquer missionário cristão pisasse no Japão, o jesuíta italiano Nicolao Lancillotto (?-1548), reitor do colégio de Goa, escreveu uma relação que intitulou *Información sobre Japón* na qual expunha o que ficara sabendo acerca do arquipélago e seu povo através de seu informante. Este era Anjirô, um japonês que se abrigara no navio do capitão português Jorge Alvarez, e fora batizado em Goa como Paulo de Santa Fé. Nesta relação, ele afirmava: “No primeiro papel que mõeidei a vosa mercê aserqua das emformações de Japão tinha escrito somemte algumas cousas principaes aserqua da relegião e culto devino que naquela terra se usa” (MEDINA, 1990, p. 71).

Nas décadas que se seguiram, inúmeros relatos sobre o Japão e seus habitantes foram produzidos. É certo que, nessas descrições, termos como “leis” ou “seitas” eram mais usuais que “religião”. Ainda assim, não raro o termo foi utilizado pelos diversos missionários que trabalharam no arquipélago. É interessante notar, contudo, que os sentidos empregados eram diversos. Para exemplificar basta observarmos o índice do *Sumario de las Cosas de Japón*, obra de Alessandro Valignano (1539-1606), visitador da Companhia de Jesus das Índias

Orientais. O terceiro capítulo é intitulado “De la religión y secta de los japoneses”, o oitavo “Como no conviene ir a Japón otras religiones”, e, por fim, o décimo sétimo “Cómo los japoneses tienen muy buena disposición para la religión y para dejarse con facilidad gobernar, llevándolos a su modo” (VALIGNANO, 1954). As diversas conotações do termo, como sistema de crenças e práticas (capítulo três), regras e ordens católicas (capítulo oito) e virtude (capítulo dezessete), estão todas presentes. As duas últimas sabemos, pela anterior exposição, que eram correntes no mundo medieval. O que nos interessa é justamente a primeira conotação, a qual de maneira sistemática aparece nos relatos jesuítas do Japão apenas no singular.

Ao fazer uso do termo religião para se referir a crenças e práticas alheias ao cristianismo, os missionários demonstravam compreender haver algum tipo de comensurabilidade entre este e determinadas práticas e crenças que encontraram entre os japoneses. Encontrar diferenças e similaridades, nos lembra William Paden (2005, p. 208), é uma atividade básica da mente humana: “A percepção das relações e dos padrões é a maneira como os indivíduos e as culturas organizam sua experiência de mundo. É um processo sem o qual haveria o caos generalizado, ou no mínimo apenas fatos isolados”.⁴⁵ Mas qual teria sido a base para entender esses sistemas como comensuráveis? Lembrando que, se buscamos uma perspectiva êmica, nosso objetivo não é encontrarmos nós mesmos essa base, mas compreender qual o fundamento que aqueles missionários viam para traçar tais paralelos.

O direito natural e a religião como fenômeno universal

Ao chegar a novos territórios, era bastante comum que os missionários europeus buscassem saber se já havia, entre a popula-

⁴⁵ The perception of relationships and patterns is the way individuals and cultures organize their experience of the world. It is a process without which there would be undifferentiated chaos, or at best only isolated facts. (PADEN, 2005, p. 208).

ção que ali habitava, algum conhecimento acerca do cristianismo. Francisco Xavier, jesuíta que idealizou e deu início à missão cristã no Japão, relata esse processo em sua carta de 1552, dirigida aos jesuítas da Europa. Segundo ele: “Muito trabalhei em Japão de saber se em algum tempo tiverão notícia de Deus e de Christo, e segundo suas espeturas e dito do povo, achei que numqua tiverão notícia de Deus” (MEDINA, 1990, p. 309). Isso não implicava dizer, segundo esses missionários, que a lei de Deus era absolutamente desconhecida no Japão. Na mesma carta Xavier argumentava que, mesmo antes de qualquer lei chegar ao Japão, os japoneses sabiam que “matar, furtar, alevantar falso testemunho e obrar contra os outros dez mandamentos hera mal”, já que “antes que ouvesse ley sprita estava a ley de Deus escrita nos corações dos homens” (MEDINA, 1990, p. 305).

Xavier recorre, portanto, à teoria do direito natural para argumentar que, independentemente do conhecimento acerca da Revelação, a lei de Deus era acessível a todos os homens. Isso está longe de ser algo novo no século XVI. Santo Agostinho já no século V reconhecia que Deus fizera cada homem à sua imagem e dotado, por sua própria natureza, de alguma luz sobre o justo. No entanto, a grande marca do pensamento agostiniano era a ênfase na corrupção humana e como ela impossibilitaria o homem de buscar a verdadeira justiça somente através da luz da razão (VILLEY, 2005). Daí o imperativo da Revelação para guiar o homem em direção ao justo e à verdade. O pensamento medieval será profundamente marcado pelas ideias agostinianas, até que mudanças sociais a partir do século XII (como aumento do número de cidades, emergência de uma incipiente burguesia) e a reintrodução e tradução de obras da antiguidade clássica na Europa forçaram transformações também no pensamento teológico. O mais famoso expoente deste novo pensamento teológico que ficaria conhecido como escolástica é Tomás de Aquino, quem reabilitaria o papel da razão humana e, por consequência, do direito natural. Os jesuítas que estiveram no Japão seguiram em

grande medida o pensamento tomasiano, ainda que ajustes tenham sido feitos. Como bem pontua Michel Villey:

São Tomás teve o privilégio de ensinar teologia numa época de relativa ordem, o que lhe dava a possibilidade de ser puramente especulativo: por isso ele descreve a natureza, a ordem natural, com tanta imparcialidade. Existem mais motivos de angústia no princípio do século XVI (VILLEY, 2005, p. 382).

A fragmentação da cristandade, com as reformas protestantes, bem como os encontros proporcionados pelas Grandes Navegações foi certamente motivo para grandes angústias no século XVI e provocaram importantes mudanças no pensamento escolástico que, em sua releitura, passou a ser conhecido como neoescolástica ou segunda escolástica. O papel do direito natural e da razão, por sua vez, são fundamentais para compreender algumas dessas transformações e, especificamente para nosso interesse aqui, a mudança que o conceito de religião sofreu a partir do XVI.

Em sua obra *Summa contra Gentiles*, de 1265, Tomás de Aquino (2005, p. 33-34) propunha que o homem conhece naturalmente a Deus, graças à luz da razão natural que lhe é implantada por Deus ele mesmo:

O homem conhece a Deus naturalmente enquanto deseja-O naturalmente. Agora o homem deseja-O naturalmente na medida em que deseja naturalmente a felicidade, que é uma certa similitude com a bondade divina. Assim, não é necessário que Deus, considerado em Si mesmo, seja naturalmente conhecido pelo homem, mas certa similitude para com Deus. Assim, o homem deve ser conduzido a um conhecimento de Deus através das semelhanças que se encontram nos efeitos que Ele opera.⁴⁶

⁴⁶ Man knows God naturally as he desires Him naturally. Now man desires Him naturally inasmuch as he naturally desires happiness, which is a certain likeness to the divine goodness. Thus it is not necessary that God, considered in Himself, should be naturally known to man, but a certain likeness of God. Hence man must be led to a knowledge of God through the likenesses of Him that are found in the effects which He works. (AQUINO, 2005, p. 33-34).

O conhecimento de Deus pelo homem, portanto, é natural, mas também é bastante vago e incerto. Daí a afirmação de que não se conhece exatamente a Deus, mas uma certa similitude Dele. Além disso, na *Suma Teológica* Tomás afirmava: “a norma da razão natural exige que a pessoa pratique ações para reverenciar a Deus. Mas que faça isso ou aquilo, não é estabelecido pela norma da razão natural, mas por instituição do direito divino ou pelo direito humano” (ST II-II q. 81 a. 3).

A razão natural, que nos dá acesso à lei natural, nos permite compreender, segundo Aquino, a existência de um Deus – ainda que não exatamente qual – que deve ser adorado – mas não exatamente como. Para que este conhecimento seja alcançado em sua completude pelo homem é necessária a Revelação. Isso ocorre porque, como explica Aquino na *Summa contra Gentiles*:

As verdades que confessamos no tocante a Deus podem ser divididas em dois modos. Algumas verdades sobre Deus estão para além de toda a competência da razão humana, como o fato de que Deus é Três e Um. Há outras coisas que até mesmo a razão humana pode alcançar, como a existência e a unidade de Deus, que os filósofos provaram sob demonstração sob a guia da luz da razão natural.⁴⁷

Aquilo que está para além da capacidade da razão humana é fornecido justamente pelas Escrituras, que nos foram dadas graças à Revelação. É importante ressaltar, no entanto, que a interpretação escolástica do mundo não era a única em voga na Europa do início da Idade Moderna. *A via moderna ou nominalismo*, inaugurado pelo

⁴⁷ “The truths that we confess concerning God fall under two modes. Some things true of God are beyond all the competence of human reason, as that God is Three and One. Other things there are to which even human reason can attain, as the existence and unity of God, which philosophers have proved to a demonstration under the guidance of the light of natural reason.” (AQUINO, 2005, p. 20).

franciscano Guilherme de Ockham (1285-1347) no século XIV, seguia por caminhos absolutamente diferentes, principalmente no que tocava ao direito natural e ao papel da razão na busca pelo bom e pelo justo.⁴⁸

Não obstante, os jesuítas – principais atores da missão cristã do Japão por décadas⁴⁹ – seguiriam em grande medida o caminho trilhado por Tomás de Aquino, a começar pelo método que adotavam na evangelização dos japoneses. Nele, a separação entre um conhecimento acessível à razão humana e outro dependente da Revelação era clara. O jesuíta português Melchior Nunez Barreto (1520-1571), em sua carta de 1558 aos jesuítas de Portugal, expôs brevemente esse programa:

[...] e nisto têm este modo de proceder: que primeiro mostram-lhes todos os enganamentos do demônio. E quando têm isto bem conhecido e entendem que viviam enganados e logos lhes provam que há Deus e que a alma é imortal. E depois que estão instruídos nestas coisas naturais, lhes dão conhecimento da encarnação do Filho de Deus, e como foi coisa necessária e os outros mistérios de nossa santa fé e da Santíssima Trindade.⁵⁰

⁴⁸ Sobre as ideias de Guilherme de Ockham ver: OAKLEY, Francis. "Medieval Theories of Natural Law: William of Ockham and the Significance of the Voluntarist Tradition." *Natural Law Forum*, 6, 1961, p. 65-83. E PLANS, Juan Belda. *La Escuela de Salamanca y la renovación de la teología en el siglo XVI*, Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2000.

⁴⁹ De 1549 até 1593, os jesuítas tiveram o monopólio sobre a missão cristã no Japão. Mesmo após a chegada dos franciscanos, em 1593, e posteriormente dos dominicanos e agostinianos, os jesuítas sempre estiveram em um número significativamente maior que o das outras ordens.

⁵⁰ "(...) y en ello tienen este modo de proceder: que primero les muestran todos los engaños del demonio. Y quando tienen esto bien conocido y entienden que bibían enganados, y luego les pruevan que ay Dios y que el alma es inmortal. Y después que están instruidos en estas cosas naturales les dan conocimiento de la encarnación del Hijo de Dios, y cómo fue cosa necesaria, y los otros misterios de nuestra santa fee, y de la Santísima Trinidad." (MEDINA, 1995, p. 95-96).

Fica claro, portanto, que os ensinamentos contidos na Revelação – encarnação do filho de Deus e mistérios da fé e Santíssima Trindade, como enumera Barreto – só eram expostos aos japoneses após serem “instruídos nas coisas naturais”, ou seja, naquilo que é acessível à razão natural. Essa separação se fazia tão evidente aos jesuítas no Japão que aparecia até mesmo na confecção dos livros dirigidos à evangelização dos japoneses, como revela o padre Baltazar Gago (1518-1583)⁵¹ em carta de 1555: “Saam feitos dous livros scritos en sua letra e língua: hum trata da vida de Christo, o outro trata dos princípios de todas as cousas” (MEDINA, 1990, p. 548). A historiografia convencionou chamar esses livros de catecismos de iniciação ou preparatórios (para as verdades acessíveis à razão natural) e doutrinas (para as verdades reveladas) (GAY, 1962).

Mas, se o conhecimento de Deus estaria disponível a todos os homens pelo direito natural, como explicar a variedade de cultos, crenças e até mesmo de deuses adorados que os europeus encontraram entre as populações com quem passaram a travar contato após as Grandes Navegações? Valignano em seu *Catechismus Christianae Fidei* (Catecismo da Fé Católica), o principal catecismo de iniciação produzido no Japão, expõe com clareza as razões para o suposto “desvio”:

[...] os homens naturalmente reconhecem um único príncipe e senhor do mundo: pois encontra-se naturalmente gravado nos homens um conhecimento pelo qual compreendem um único progenitor e senhor do mundo que possui o senhorio e soberania de tudo quanto existe. Mas porque os homens mortais, corrompidos pelos depravados costumes de uma vida ruim e caídos em muitas espécies de crimes se desviaram da verdadeira lei e norma da reta razão, e assim, cegos por espessas trevas e ignorância, como não tivessem adorado o supremo autor de todas as coisas,

⁵¹ Datas aproximadas.

e muito menos o tivessem conhecido, começaram a prestar honras divinas e culto a coisas criadas por Deus, e transferiram o supremo poder e principado das coisas devidos ao verdadeiro Deus para outras coisas, nas quais viam brilhar algo de extraordinário e excelente. (VALIGNANO, 1586, fol. 37v)⁵²

Portanto, ainda que o conhecimento acerca de um único Deus estivesse “gravado” nos homens, devido à corrupção humana esse conhecimento poderia ser negligenciado ou distorcido e a adoração devida a Deus acabaria dirigida a outros seres. Mais adiante o visitador explica que esse “desvio” ainda seria incrementado pelo demônio que, pelo ódio que sente aos homens, os engana deliberadamente, ocultando-se em estátuas e simulacros para que acreditassem que ali habitava alguma divindade. Daí teria início “o culto e supersticiosa e falsa religião [*falsa religio*] dos ídolos, e se extinguiu, suprimiu e enterrou o conhecimento e veneração do verdadeiro Deus” (VALIGNANO, 1586, p. 39). A corrupção humana e o diabo seriam, portanto, os grandes responsáveis pelos “desvios”.

Nesse sentido, religião seria tudo aquilo que derivasse desse conhecimento natural de Deus e do impulso natural à sua adoração. Tratava-se, portanto, de um fenômeno universal, já que estaria gravada na natureza humana. Foi essa a base de que os missionários católicos se utilizaram para propor uma comensurabilidade entre o cristianismo e outras crenças e práticas e assim poder compará-las, obviamente com o propósito de demonstrar a superioridade do primeiro. Da mesma forma, é nesse sentido que se passou a entender como religião fenômenos alheios ao cristianismo.

⁵² A tradução aqui utilizada é a de Guimarães Pinto, referenciada na bibliografia final desse artigo, com pouquíssimas alterações. A paginação, por sua vez, só é dada da edição em latim, uma vez que só tive acesso a uma versão digital, sem paginação, da tradução para o português. Agradeço, por sua vez, a Pedro L. R. Correia por gentilmente me fornecer essa versão digitalizada.

Nessa lógica, dentro da ideia de religião que se construía naquele momento, somente uma divisão seria importante: aquela que separava o correto do deturpado, o falso do verdadeiro. Valignano no trecho transcrito acima se refere como “falsa religião”, mas em diversos outros trechos ele usa a qualificação “supersticiosa e vã” (*religione superstitiosa & vana*), por oposição à “verdadeira religião de Deus” (*vera Dei religione*).

Essa ideia fica evidente no termo que os jesuítas utilizavam com frequência para se referir às diferentes práticas e crenças religiosas em voga no Japão do século XVI, a saber, “erros”. A primeira obra que buscava sintetizar essas crenças e práticas foi compilada logo nos anos iniciais da missão (finalizada em 1556), pelos primeiros jesuítas que participaram da missão⁵³ e era intitulada “Sumário dos erros em que os gentios do Japão vivem e de algumas seitas gentílicas em que principalmente confiã” (MEDINA, 1990, p. 655–667). Nesta obra, as diversas práticas e crenças existentes no Japão eram reconhecidas como diferentes entre si, mas o termo usado para se referir a cada uma delas era sempre “seita”, não religião. A afirmação de que tais “seitas” eram resultado de enganações e artifícios do demônio, por sua vez, é repetida por diversas vezes ao longo do Sumário, como se pode depreender de trechos como: “adoram-nos por temor, porque o demônio muitas vezes entra nos corpos deles” (MEDINA, 1990, p. 658) ou “como se debaixo disto o diabo não nos tivesse muito enganados” (MEDINA, 1990, p. 660).

A diversidade dentro da religião dos japoneses era, portanto, reconhecida, mas era abordada através da perspectiva de “seitas”, não

⁵³ Há uma discussão acerca de quem seria o verdadeiro autor da obra, uma vez que o manuscrito não chegou completo a nossos dias. O padre português Baltasar Gago a teria escrito, mas segundo Juan Ruiz de Medina não passou de um amanuense, sendo Xavier, Cosme de Torres, Anjirô e Juan Fernandez seus verdadeiros autores (MEDINA, 1990, p. 652-3).

de “religiões”, já que, dentro desta, a única diferença que realmente importava era entre verdade e engano. Essa ideia é desenvolvida com clareza na pena de um missionário dominicano que jamais foi ao Japão, mas cujas ideias podem ser reconhecidas em grande medida entre os jesuítas que se encaminharam ao arquipélago. Refiro-me aqui a Bartolomé de las Casas (1474–1566), o religioso espanhol que ficou famoso pela sua disputa com o teólogo Juan Guinés de Sepúlveda (1494-1573) acerca do direito dos indígenas americanos. Las Casas, em sua obra *Apologética historia sumaria* (1550), defendia que: “pela luz impressa na alma, conhece-se que há Deus e pelo apetite se busca e deseja encontrar e servir Deus” (CASAS, 1909, p. 183).⁵⁵ A religião nasceria, portanto, desse conhecimento e apetite natural que existe no ser humano. Contudo, ao se desenvolver entre os homens, ela poderia se tornar “latría” ou “idolatria”. A primeira ocorreria quando o homem, na sua busca pelo divino, encontrava a verdade primeira, que é a doutrina cristã. Já a idolatria seria o resultado do desvio desse impulso, que faria com que o homem dirigisse sua adoração não ao verdadeiro Deus, mas a ídolos, por reconhecer neles “algum sinal ou aparência de bondade ou excelência” (CASAS, 1909, p. 183).⁵⁶

Invocamos aqui a obra de *las Casas*, pela clareza com a qual o autor expõe a religião como fenômeno universal, pois gravado na natureza humana, o qual pode ser dividido em duas categorias. O dominicano é assertivo ao definir idolatria também como religião, ainda que se trate de um erro. Tal conceito, por sua vez, é essencial para entender a abordagem missionária católica do século XVI. Seguindo a mesma lógica, Valignano também o definiu em seu catecismo: “Chamamos idolatria ao crime pelo qual se transfere para imagens e simulacros de homens mortos ou demónios ou outras coisas a honra e adoração devidos unicamente ao supremo senhor das coisas, Deus

⁵⁵ Por la lumbre impresa en el ánima se cognosce que hay Dios, y por el apetito se busca y desea hallar y servir Dios” (CASAS, 1909, p. 183).

⁵⁶ “Alguna señal ó apariencia de bondad ó excelencia” (CASAS, 1909, p. 188).

Ótimo Máximo” (1586, p. 45). Assim, ao mesmo tempo que a religião era entendida como universal entre os seres humanos, haveria uma cisão fundamental que impedia que se compreendesse a variedade de crenças e práticas rotuladas como religião pelos missionários como “religiões”, no plural. Estas em sua diversidade eram entendidas como idolatrias, todas parte de um paganismo. Nesta perspectiva, o cristianismo não era uma religião que se colocava no mesmo patamar de outras, já que era o protótipo da ideia de religião e a única que carecia de erros e enganos.

A própria estratégia da acomodação adotada pelos jesuítas no Japão e extensamente analisada pela atual historiografia leva em conta essa cisão. Não é nosso objetivo aqui analisar essa estratégia a fundo, mas basta para nosso argumento colocar que jesuítas se propunham a acomodar-se somente aos costumes japoneses que não possuísem um conteúdo marcadamente religioso. Como bem pontua Joan Pau Rubiés, o budismo, tão análogo ao cristianismo em sua organização monástica e seus cultos, se devia rechaçar, pois seu caráter era indiscutivelmente religioso (RUBIÉS, 2012). A despeito de qualquer semelhança que o budismo – ou qualquer outro sistema de crenças e práticas considerado como religião – pudesse ter com o cristianismo, seu conteúdo não poderia ser aceito para a prática missionária, nem mesmo aos praticantes da “acomodação”, uma vez que a diferença entre latria e idolatria era fundamental nesta estrutura de pensamento.

Conclusão

O conceito de religião tem uma longa história de usos e transformações e, a despeito do fato de atualmente possuir correspondente para a maior parte das línguas, é inseparável da história do ocidente e como tal respondeu a problemas e desafios encarados pelo mesmo,

ainda que outros povos e culturas tenham direta ou indiretamente influenciado neste processo. Após as Grandes Navegações, ao entrar em contato com uma enorme quantidade de populações e visões de mundo variadas, o ocidente cristão foi obrigado a reformular a ideia que tinha de religião. No novo uso, que passou a ser feito do termo, o cristianismo deixou de ser seu único objeto, mas se manteve como seu principal referencial. O cristianismo não era mais a única religião existente, mas proveu as bases para se pensar aquilo que estava fora dele. A comensurabilidade foi desenhada a partir da ideia que se tinha do direito natural, um conceito antigo dentro do ocidente, proveniente dos gregos⁵⁷ e adotado pelos cristãos ainda que de maneira marginal pelo papel que o pecado original desempenhou no pensamento cristão medieval, até que Tomás de Aquino o elevasse novamente a um patamar de destaque.

Neste capítulo, buscamos compreender como o direito natural forneceu as bases para que os missionários católicos traçassem uma comensurabilidade entre o cristianismo e outras crenças e práticas existentes entre os povos com quem travaram contato a partir do século XVI, reformulando assim o conceito de religião em voga até então. Para isso, nos utilizamos do exemplo japonês, o qual entendemos como privilegiado para analisarmos esse processo por algumas razões. Primeiramente, pela missão japonesa ter sido liderada pelos jesuítas, grandes tributários do pensamento neotomista e principais expoentes (ainda que os dominicanos também tenham desempenhado um papel de destaque) da Segunda Escolástica. Outra razão se encontra no fato de que a estratégia jesuíta para evangelização dos japoneses se apoiou no direito natural tanto para formular o programa a ser seguido pelos missionários (com uma divisão clara entre catecismos de iniciação e doutrinas), quanto para justificar o fato de

⁵⁷ Michel Villey aponta Aristóteles como pai do direito natural. Ver: VILLEY, 2005.

que os japoneses não tiveram acesso à Revelação por séculos. Como pudemos ver, desde Xavier, os jesuítas afirmavam aos japoneses que a lei de Deus estava inscrita em seus corações e por isso sabiam que matar ou furtrar era errado. No entanto, as práticas e crenças que os missionários entendiam como religiosa, ainda que também derivassem desse conhecimento escrito por Deus nos corações humanos, não podiam ser aceitas como parte da lei de Deus, pois tratava-se de idolatrias e eram, portanto, enganações feitas pelo demônio e erros causados pela corrupção humana.

Referências bibliográficas:

AQUINO, Thomas. **Summa contra gentiles**. Trad. Joseph Rickaby. The Catholic Primer, 2005.

AQUINO, Thomas. **Suma Teológica**. Ed. Joaquim Pereira, São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ABELARDO, Pedro. "Dialogus Inter Philosophum, Iudaeum et Christianum." 1140. Disponível em: https://la.wikisource.org/w/index.php?title=Dialogus_inter_philosophum,_iudaeum_et_christianum&oldid=131046. Acesso: 07 jul. 2020.

ASAD, Talal. **Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam**, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1993.

AGNOLIN, Adone. **História das religiões: perspectiva histórico-comparativa**, São Paulo: Paulinas, 2013.

CASAS, Barlotomé de las. **Apologética Historia de las Indias**. Ed. Serrano y Sanz. Madrid: Bailly, 1909.

CAVANAUGH, William T. **The Myth of Religious Violence: Secular Ideology and the Roots of Modern Conflict**, Oxford Scholarship Online, 2009.

GAY, Jesús López. La "Preevangelización" en los primeros años de la Misión del Japón, **Missionalia hispánica**, año XIX, no. 57, 1962, pp. 239-329.

GREYERZ, Kasper von. **Religion and Culture in Early Modern Europe, 1500-1800**. Trad. Thomas Dunlap, Oxford University Press, 2007.

MEDINA, Juan Ruiz de. **Documentos de Japón 1547-1557**. Roma: Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990.

MEDINA, Juan Ruiz de. **Documentos de Japón 1558-1562**. Roma: Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1995.

NONGBRI, Brent. **Before Religion: A History of a Modern Concept**, New Haven and London: Yale University Press, 2013.

OAKLEY, Francis. Medieval Theories of Natural Law: William of Ockham and the Significance of the Voluntarist Tradition. **Natural Law Forum**, 6, 1961, p. 65-83.

PADEN, William E. Comparative Religion. *In*: HINNELLS, John R. (ed.). **The Routledge Companion to the Study of Religion**, London and New York: Routledge, 2005.

PLANS, Juan Belda. **La Escuela de Salamanca y la renovación de la teología en el siglo XVI**, Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2000.

RUBIÉS, Joan-Pau. ¿Diálogo religioso, mediación cultural, o cálculo maquiavélico? Una nueva mirada al método jesuita en Oriente, 1580-1640, *In*: ROSA, Alexandre Coello de la, BURRIEZA, Javier e MORENO, Doris (eds.). **Jesuitas e Imperios**, Madrid: Sílex, 2012, pp. 33-61.

VALIGNANO, Alejandro. **Sumario de las Cosas de Japón (1583)**. Ed. José Luis Alvarez-Taladriz, Monumenta Nipponica Monographs, Tokyo: Sophia University, 1954.

VALIGNANO, Alejandro. **Catechismus Christianae Fidei, in quo veritas nostrae religiosnis ostenditur, sectae Iaponeses confutantur**, Lisboa, 1586.

VALIGNANO, Alejandro. **Catecismo da Fé Cristã, no qual se mostra a verdade da nossa religião e se refutam as seitas japonesas**. Trad. António Guimarães Pinto, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2017.

VILLEY, Michel. **A Formação do Pensamento Jurídico Moderno**. Trad. Cláudia Berliner, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAPÍTULO 5

TABULA RASA E TERRA ARRASADA: A HISTÓRIA DESCAFEINADA DOS JESUÍTAS NO JAPÃO

Rômulo da Silva Ehalt

No mercado atual, encontramos toda uma série de produtos privados das suas propriedades nocivas: café sem cafeína, creme de leite sem gordura, cerveja sem álcool. E a lista poderia continuar: o que dizer do sexo virtual, ou seja, sexo sem sexo? E da doutrina de Colin Powell sobre a guerra sem vítimas (das nossas fileiras, naturalmente), ou seja, guerra sem guerra? E da atual redefinição da política como arte dos técnicos da administração, ou seja, política sem política? Tudo isso leva ao hodierno multiculturalismo tolerante progressista como experiência do Outro privado da sua Alteridade: o Outro descafeinado.

(ŽIŽEK, 2011).

Na última década, os cursos de mestrado e doutorado no Brasil produziram treze dissertações e teses cujos temas giravam em torno da história da presença jesuíta no Japão. Um nicho da história japonesa, o tema parece ser porta de entrada de muitos pesquisadores para a área, inclusive para este que aqui escreve. Ao que parece, tanto a familiaridade com o tema do jesuitismo como o treinamento profissional recebido nos cursos de graduação e pós-graduação em História e Letras permitiram que estes onze mestrandos e doutorandos explorassem um pequeno nicho da his-

tória do Japão através das lentes dos missionários da Companhia de Jesus que lá missionaram entre 1549 e 1640⁵⁸.

Sem dúvida, o esforço empregado por estes jovens pesquisadores é louvável. Entretanto, faz-se necessário ponderar sobre o tamanho do desafio que é estudar não apenas a história jesuíta no Japão, mas a história japonesa em si estando-se no Brasil. Como se sabe, a área requer muitas habilidades e conhecimentos que não são facilmente acessíveis para quem está longe dos grandes centros de pesquisa deste campo. O pesquisador não pode se enganar: é preciso dominar o idioma japonês. Esta necessidade se dá não somente porque permite o uso de fontes históricas japonesas, indispensáveis para estes estudos, mas também porque permite aproveitar todo o acúmulo de anos de trabalho de pesquisadores da área, japoneses e estrangeiros. Dado o limitado campo de atuação e debate no Brasil, é fundamental que os pesquisadores se apercebam da necessidade de dialogar com questões e tendências historiográficas de fora do país, seja do Japão, dos Estados Unidos, da Europa e outros. É preciso fundamentar argumentos com base em um imenso arcabouço historiográfico fragmentado em publicações de tiragem escassa e revistas muitas vezes inacessíveis no Brasil, mesmo via internet. Somente quando a pesquisa brasileira sobre a história do Japão, e consequentemente sobre os jesuítas no Japão, admitir estes desafios e encará-los com a seriedade necessária é que pesquisas de cunho histórico que tenham o Japão por objeto ou pano de fundo terão alguma chance de contribuir para a ampliação e aprofundamento da área. Além disso,

⁵⁸ Minha análise destes trabalhos encontra-se no seguinte texto: EHALT, Rômulo da Silva. “Do Interesse à Profissionalização: A história dos jesuítas no Japão nas pós-graduações brasileiras (2012-2019)”. CASTRO, Ricardo Figueiredo de, VARGAS, Silvana Bandoli, REIS, Thiago de Souza dos (ed.). **Anais do XIX Encontro de História da Anpuh-Rio** – História do Futuro: Ensino, pesquisa e divulgação científica. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>. Acesso em: 15 out. 2020.

tal esforço levará, em última instância, à consolidação dos estudos de Ásia no Brasil. Enquanto estas questões não forem levadas a sério, o que teremos será apenas uma versão da história do Japão desprovida de sua alteridade, uma história do Japão descafeinada.

Jovens pesquisadores parecem ter consciência deste desafio, mas por inúmeras razões de ordem pessoal ou financeira muitas vezes deixam-no de lado. Ao se escrever sobre a história do Japão sem estudar a historiografia japonesa, conceitos problemáticos passam despercebidos, enquanto outros que já foram discutidos, ressignificados e apropriados pelos estudiosos da área são vistos com desconfiança. A ideia de feudalismo, tão rapidamente apontada por jovens pesquisadores como problemática, na verdade se encaixa no segundo grupo, dado ser um termo que já foi debatido e transformado em um conceito analítico amplamente aceito no Japão, o chamado *hōkensei* 封建制. Entretanto, o *Sengoku Jidai* 戦国時代 (período das Guerras Civis, 1467 ou 1493 até o final do século XVI), que continua sendo aceito como marco descritivo do contexto histórico japonês, merece maior atenção e cuidado. Este ensaio pretende explorar algumas das características historiográficas e teóricas da ideia de *Sengoku Jidai* e os problemas que a sua adoção suscita nos estudos dos jesuítas no Japão. O objetivo é esclarecer os sentidos do uso do termo ao mesmo tempo que se sublinha a necessidade de se discutir e considerar problemas de periodização da história japonesa.

Guerra e chá

Ainda hoje, a periodização da história japonesa depende de fatores como o tema analisado, a região escolhida, o objeto da pesquisa, o enfoque privilegiado e outros. Há mais de três décadas, Beatriz Shizuko Takenaga publicou artigo pioneiro no Brasil sobre as divi-

sões das eras ou períodos da história japonesa, auxiliando no entendimento dos limites cronológicos da área em uma época de difícil acesso a materiais especializados (TAKENAGA, 1987, p. 5–20). Como fica claro já no texto de Takenaga, o final do século XVI é particularmente problemático. Hokkaido passava pelo período de hegemonia da cultura Ainu; as ilhas de Okinawa estavam no segundo período de reinado da família Shô, que também dominava o arquipélago de Amami; e as ilhas de Kyûshû, Honshû e Shikoku eram sujeitadas ao crescente poderio de Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi. A hegemonia dos dois líderes militares, posteriormente passada a Tokugawa Ieyasu, pôs fim à longa fase de desestabilização política iniciada com os onze anos da Revolta de Ônin-Bunmei (1467–1478)⁵⁹. Ao mesmo tempo, a estabilidade trazida pelo encerramento deste conturbado período permitiu o florescimento da chamada cultura Momoyama, caracterizada pelo uso do ouro nas artes e a emergência da cerimônia do chá.

O favorecimento de um ou outro fator afeta profundamente o modo como este período é entendido. A história político-militar do Japão, favorecendo o processo de unificação, encerra em 1573 o período Muromachi (室町時代 *Muromachi Jidai*), do xogunato da família Ashikaga, e declara o início do período Azuchi-Momoyama (安土桃山時代 *Azuchi-Momoyama Jidai*), dominado por Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi. Mais recentemente, o termo *Shokuhô Jidai* (織豊時代), formado pelo primeiro kanji dos sobrenomes dos dois líderes, é mais comumente utilizado, sublinhando os aspectos políticos e estruturais da formação do governo unificado.

⁵⁹ Também chamada de Revolta de Ônin. Sobre a importância deste evento, confira o texto clássico de Naitô Konan “Ônin no Ran ni tsuite”, proferido originalmente em um simpósio acadêmico em 1921. NAITÔ Konan. Tôyô bunkashi. Tóquio: Chûto Kôron Shinsha, 2004, p. 59-84.

Isto não significa que a periodização da história japonesa tenha sempre sido uniforme. Por exemplo, Date Chihiro, no século XIX, propôs uma periodização baseada em características sociais e políticas, dividindo a história japonesa em três períodos (BROWNLEE, 1997, p. 54–56). Depois da Segunda Guerra Mundial, tentativas de se entender a história do Japão com base no materialismo histórico marxista resultaram num longo debate. A polêmica, conhecida no Japão como *Nihon Chûsei Nôdosei Ronsô* 日本中世農奴制論争 (“debate sobre o sistema servil medieval japonês”), foi iniciada pelos trabalhos de Araki Moriaki na década de 1950, que propunha entender as bases econômicas da sociedade e quais períodos se utilizavam de mão de obra escrava, servil e assalariada (NAGAHARA, 1998, p. 241–242).

No entanto, quando o objeto da pesquisa proposta foge da região central do Japão e antecede a emergência de Oda Nobunaga, a adoção do período Muromachi como divisão histórica pouco ajuda a esclarecer o contexto. Neste caso, a grande maioria dos jovens pesquisadores no Brasil parece preferir o termo *Sengoku Jidai*⁶⁰. O período é entendido como “um período de guerras quase incessantes que durou mais de um século”, quando “o Japão se encontrava completamente arruinado” e “os *daimyô* eram obrigados a investir todos seus recursos financeiros e humanos em exércitos particulares” (BERNABÉ, 2018, p. 22–59)⁶¹. Ou ainda, um tempo de ascensão “daqueles que não faziam parte de famílias tradicionalmente prestigiosas”, ao mes-

⁶⁰ Dos treze trabalhos analisados para o encontro de história da Anpuh-RJ de 2020, apenas a dissertação de Tanaka não se utilizou o termo, preferindo chamá-lo de período Muromachi. Ver TANAKA, Rodrygo Yoshiyuki. *Racvyoxv* (落葉集): Apresentação e descrição de um dicionário jesuíta. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Os outros trabalhos reunidos encontram-se listados em EHALT, op. cit.

⁶¹ Todos os trabalhos analisados ecoam a definição dada já na década de 1980 por Takenaga. TAKENAGA, op. cit., p. 10-11.

mo tempo em que se verificava o “enfraquecimento do poder do shôgun que, por conta da Guerra Ônin, teve sua autoridade questionada pelos demais *daimyô*, o que resultou na guerra civil intitulada *Sengoku Jidai*” (HICHMEH , 2018, p. 34).

A nomenclatura *Sengoku Jidai* não é uma criação da historiografia contemporânea. Na verdade, o termo foi usado durante o próprio período que nomeia. Segundo Kitai Toshio, Konoe Hisamichi escreveu em seu diário em maio de 1508 que o tempo em que vivia era “como no tempo das guerras civis” (*Sengoku no toki no gotoshi* 戦国の時の如し), numa alusão ao período entre os séculos V e III antes da Era Cristã na China conhecido já na época como *Zhànguó Shídài* 戦国時代— em japonês, *Sengoku Jidai* (KITAI, 2006, p. 109). Mas apesar do seu uso neste e noutros registros históricos da época, o termo só passou a ser utilizado como período histórico a partir da segunda metade do século XIX.

Tida como característica deste período, a ideia de enfraquecimento do xogunato ou *Bakufu* 幕府 e do fortalecimento de elites militares locais, levando à formação de uma ordem social fundamentada na guerra e na desestabilidade, é entendida nas pesquisas recentes escritas nas pós-graduações do Brasil como um catalisador para a recepção dos portugueses e, por conseguinte, dos jesuítas. Surge aqui uma fórmula histórica consagrada da área, segundo a qual a demanda por armas no Japão, surgida no contexto da guerra civil, é atendida pela oferta portuguesa de armas. Esta equação explicaria o estabelecimento do vínculo histórico entre os dois grupos. A entrada dos jesuítas é, conseqüentemente, entendida a partir da sua sujeição à porção portuguesa desta fórmula.

Com o fortalecimento dos senhores locais, surge então a ideia da impotência política do imperador e do *shôgun*, princípio fundamental para o conceito de *Sengoku Jidai*. Esta noção encontra respal-

do na própria história dos jesuítas no Japão: Francisco Xavier vai a Kyoto tentar se encontrar com o imperador em janeiro de 1551, mas fracassa. O próprio jesuíta explica que, após sua tentativa de estabelecer contato com o regente do arquipélago, foi informado que a figura do imperador não era obedecida pelos senhores locais⁶². Vale lembrar que Xavier tinha menos de dois anos no Japão e dependia quase que exclusivamente de informações obtidas através de intérpretes com pouca experiência, dado o curto tempo passado desde a sua chegada e o início dos estudos do idioma japonês pelos jesuítas. A justificativa que Xavier dá para a sua desistência é então tomada pela historiografia como prova de que não apenas o imperador, mas as duas figuras centrais, o imperador e o *shôgun*, seriam desimportantes e pouco influentes no curso da história do período.

Ainda que a historiografia, em especial de língua inglesa, continue a repetir esta ideia, acadêmicos japoneses vêm revisando as bases que levaram a esta conclusão. Por exemplo, Kuroshima Satoru chama a atenção para a capacidade de adaptação do xogunato japonês na época, dominado pelo clã Ashikaga. Tal maleabilidade política permitiu que o regime durasse mais de duzentos anos, o que levou o historiador a comparar o *Bakufu* a uma ameba (KUROSHIMA, 2020, p. 14). Quanto ao imperador, apesar da noção de que este não teria poder, todos os *daimyô* e outros senhores locais do período mantinham-se estritamente dependentes da hierarquia imperial conhecida como *kan'i* 官位, segundo a qual cada senhor se encaixava de acordo com o seu cargo oficial e posto na corte⁶³.

O que se nota é que a ideia de descentralização precisa ser matizada. Isto ajudaria a entender o porquê de, apesar do fracasso de Xa-

⁶² BERNABÉ, *op. cit.*, p. 65.

⁶³ Para um estudo recente, ver: KINOSHITA Satoru. *Chûsei Buke Kan'i no Kenkyû*. Tóquio: Yoshikawa Kôbunkan, 2011.

vier em 1551 e da sua conclusão de que as figuras centrais de Kyoto não possuíam importância, seu sucessor, o padre Cosme de Torres, não perdeu tempo em montar uma nova empreitada visando fixar uma das bases da missão justamente na capital japonesa a partir da segunda metade da década de 1550. O problema não era que o *shōgun* ou o imperador fossem desprovidos de poder. A dificuldade reside em se entender a complexidade do governo e da estrutura de poder do Japão neste período. A própria historiografia japonesa só vem se dando conta da dificuldade deste problema em tempos mais recentes.

Ao que parece, a ideia de que figuras centrais tinham pouca importância e que o país estaria entregue a uma situação de anomia provocada pelo alegado constante estado de guerra permite, a meu ver, perceber o Japão como uma *tabula rasa* histórica. O resultado prático é que a história da Companhia de Jesus no Japão torna-se possível de ser escrita com o mínimo de interferência de processos históricos locais. Parafraseando Žižek, a perspectiva de que o Japão do século XVI seria uma “terra arrasada” após um século de guerra civil permite, ao cabo, a escrita de uma história “descafeinada”. Permite-se assim analisar o Japão desprovido de sua alteridade. Esta estratégia de pesquisa acaba por esvaziar de sentido e importância não apenas o contexto histórico em si, mas todos os materiais relacionados a ele, como a historiografia japonesa e as fontes históricas japonesas.

Centro e periferias históricas

Enquanto a adoção da ideia de *Sengoku Jidai* pela nascente historiografia brasileira sobre o Japão parece refletir a adoção inconsciente de uma estratégia metodológica que facilita o acesso a um tema tão hermético quanto a história japonesa, a historiografia japonesa vê neste tipo de nomenclatura uma gama variada de questões. A periodi-

zação da história japonesa é, como dito anteriormente, estreitamente ligada aos objetos eleitos para análise⁶⁴. *Sengoku Jidai* é um termo amplamente utilizado no Japão, em especial em publicações de interesse geral, para designar estudos sobre lideranças militares e políticas regionais durante o final do século XV e o final do século XVI. Termos derivados, tais como *Sengoku Daimyô* 戦国大名, *Sengoku Shakai* 戦国社会 (a sociedade do período da guerra civil), *Sengoku-hô* 戦国法 (a lei do período da guerra civil), *Sengoku Nihon* 戦国日本 (o Japão do período da guerra civil) e outros são utilizados para descrever aspectos específicos da conjuntura resultante da Revolta de *Ônin-Bunmei*. No limite, o que se pretende com esta terminologia é reiterar a regionalidade destes objetos de pesquisa, ou seja, chamar a atenção para fontes históricas, tradições historiográficas, monumentos, sítios históricos e outros de áreas específicas do Japão. Em suma, o termo *Sengoku* aparece como contraponto à ideia de Muromachi, Azuchi-Momoyama e, mais recentemente, *Shokuhô*. Assim, é comumente associado a processos históricos localizados, nem sempre necessariamente conectados à história do Japão em seu sentido mais lato. Percebe-se então que a agenda intelectual incluída na adoção do termo *Sengoku Jidai* no Japão e no Brasil é, fundamentalmente, diversa.

Dado que nomes como *Muromachi Jidai*, *Azuchi-Momoyama Jidai* e *Shokuhô Jidai* estão intrinsecamente ligados a uma história política centralizante, que nem sempre engloba todos os processos históricos deste período, a academia japonesa comumente utiliza-se de termos importados e ressignificados para classificar a sua história do Japão. Advém daí a utilização de *kodai* 古代 (antiguidade), *chûsei* 中世 (idade média), *kinsei* 近世 (idade pré-moderna), *kindai* 近代 (idade moderna), *gendai* 現代 (idade contemporânea). Esta periodização nasceu no início do século XX a partir das tentativas de Naitô Konan

⁶⁴ Takenaga já aponta as distinções da periodização de acordo com a história política, cultural e da arte japonesa. TAKENAGA, *op. cit.*, p. 17-18.

e Uchida Ginzô de classificar as fases históricas da China e do Japão. *Kinsei*, especificamente, surgiu como um conceito atrelado ao desenvolvimento de uma tradição confucionista renovada, ao crescimento das cidades, ao desenvolvimento da manufatura, à unificação política do país e outros elementos, tendo como ponto de comparação o renascimento europeu (KISHIMOTO, 2006, p. 831–855).

Desde então, a academia japonesa parece ter adotado de maneira unívoca esta classificação. Atualmente, *kodai* é o termo utilizado para designar, *grosso modo*, o período entre os séculos III e meados do período Heian (794–1185), que por sua vez é visto como um período de transição entre a antiguidade e a idade média. Em seguida, *chûsei*, traduzido como “idade média” ou “período medieval”, é o nome dado ao espaço de tempo entre o final do século XII e o final do século XVI. Apesar de inúmeras críticas, especialmente focadas na insuficiência de conceitos como feudalismo para explicar modos de produção históricos do Japão,⁶⁵ esta nomenclatura se mantém útil devido a dois motivos. Primeiro, à sua capacidade de sintetizar o espaço de tempo entre os períodos Heian e Edo, ambos de forte centralização política. Durante a idade média japonesa, verificaram-se intensas mudanças sociais, econômicas e políticas, além da dinamização dos contatos com o continente asiático e com nações europeias. Em segundo lugar, ao fazer esta equivalência com a medievalidade europeia, o termo reitera que o controle do poder político nesta época estava nas mãos de uma elite militarizada⁶⁶. Em seguida, *kinsei* é o

⁶⁵ Taranczewski aponta algumas das críticas dentro e fora do Japão. TARANCZEWSKI, Detlev. “Kindai Nihonshi no naka de Chûsei to Hôken no Imisuru mono: Fukuzawa Yukichi kara Ishida Shô made”, in: VVAA. *Rekishigaku to Shiryô Kenkyû: Tôkyô Daigaku Shiryô Hensanjo Shiryôshû Hakkan 100 Shûnen Kinen Kokusai Shinpojiumu*. Tóquio: Tôkyô Daigaku Shiryô Hensanjo, 2002, p. 303-315.

⁶⁶ GOBLE, Andrew Edmund. “Medieval Japan”, In: TSUTSUI, William M. *A Companion to Japanese History*. Blackwell Publishing, 2007, p. 47-48. Surge, contudo, uma contradição: como localizar o Japão em sua medievalidade quando a expansão ibérica e as missões jesuítas são parte integrante da história moderna Europeia? Não se pode ignorar o risco de se hierarquizar os dois contextos ao se adotar uma periodização contraditória.

nome dado ao período entre os séculos XVII e XIX, especificamente durante o xogunato do clã Tokugawa. *Kindai* (era moderna) é, então, o nome dado ao processo iniciado com a Restauração Meiji, caracterizado assim pela emergência do capitalismo no Japão e suas profundas mudanças na estrutura social do país. Por fim, tem-se o chamado *gendai*, isto é, a era contemporânea. Contudo, não há consenso para o limite entre o fim do *kindai* e o início do *gendai*, o que leva muitos autores a se apropriarem de um termo misto que engloba as duas periodizações, o chamado *kingendai* 近現代.

Embora se reconheça a impossibilidade de se adotar tais termos na sua forma japonesa em trabalhos fora do âmbito dos estudos japoneses no Brasil, em especial naqueles inseridos no campo dos estudos históricos, não deixa de ser válido se aproveitar de tal periodização para facilitar a inserção de trabalhos produzidos na academia brasileira no campo mundial da história japonesa. Ainda que a área dos estudos da missionação no Japão e das relações luso-nipônicas tenha uma maneira própria de se referir ao período entre a chegada de Francisco Xavier em 1549 e a derradeira expulsão dos portugueses em 1640, o chamado “século cristão”, termo cunhado por Charles Boxer em meados do século XX⁶⁷, vale a pena sairmos deste nicho para não apenas aprofundar nosso entendimento deste momento tão específico da história japonesa como também para permitir que as nossas pesquisas se aproveitem de tradições historiográficas que têm tudo para enriquecer a nossa perspectiva.

⁶⁷ Antes de Boxer, James Murdoch, dando mais ênfase ao comércio, se referiu ao mesmo período como “Século das Primeiras Relações Exteriores” (Century of Early Foreign Intercourse). Boxer, por sua vez, chama atenção para o fato de o mesmo período ter servido de palco para três importantes eventos na história japonesa: a unificação do país, a emergência do governo Tokugawa e a expansão das atividades japonesas no Sudeste Asiático. BOXER, Charles R. *The Christian Century in Japan, 1549–1650*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1951, p. VII e 248.

Conclusão

A questão da periodização já foi motivo de intensos debates na academia japonesa. Nomenclaturas como *Sengoku Jidai*, *Muromachi Jidai*, *Azuchi-Momoyama Jidai* e outras utilizadas para se referir a períodos históricos do Japão, especialmente ao século XVI, carregam cada uma suas particularidades e agendas políticas. É preciso que a pesquisa brasileira sobre a história do Japão e temas relacionados a este contexto histórico parta de um amplo entendimento deste problema. Ao se adotar termos como *Sengoku Jidai*, que parecem esclarecer com uma única nomenclatura todo um contexto de profunda complexidade, o risco de se privar a história japonesa da sua alteridade é grande. A complexidade da história do Japão e, conseqüentemente, da história da Ásia em geral, não pode servir de pretexto para que, através de ideias problemáticas como descentralização, o contexto seja minimizado em prol de um isolamento do objeto pesquisado – neste caso, a história dos jesuítas no Japão, que acaba sendo transformada em um objeto autossuficiente.

A resposta encontrada por pesquisadores japoneses da história dos jesuítas no Japão para o dilema da periodização é variada. Alguns, como Okamoto Yoshitomo, veem no uso da era cristã e sua contagem em séculos a solução (OKAMOTO, 1942). Outros, como Takase Kôichirô, preferem se aproveitar do contexto específico proporcionado pelo conceito de “século cristão” de Charles R. Boxer (TAKASE, 2015). Já pesquisadores como o historiador Kanda Chisato, cujos objetos transcendem os limites tradicionais do estudo da presença missionária no Japão e perpassam por temas caros à história japonesa, preferem se ater ao termo *Sengoku* por realçarem aspectos locais da história do Japão (KANDA, 2010). Em suma, não há consenso sobre o modo como a história dos jesuítas se encaixa na narrativa da história japonesa. O único consenso que se pode ter é que a periodização

depende mais do objeto específico selecionado para análise do que do contexto histórico em si.

Para os pesquisadores brasileiros, é importante considerar que fatores são avaliados e que nível de inserção é necessário para cada pesquisa. Se o trabalho se centrar nas disputas internas ou no contexto global da missão da Companhia de Jesus, então o pesquisador pode escolher usar a contagem de séculos da era cristã. Se o enfoque for dado aos eventuais choques entre os missionários e as elites locais, certamente a ideia de *Sengoku Jidai* parecerá mais esclarecedora. Mas se o propósito for analisar a relação entre os jesuítas e os governantes centrais, como Oda Nobunaga, Toyotomi Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu, será então necessário considerar o impacto que a periodização escolhida tem na pesquisa. Para o pesquisador interessado em adentrar o complexo tema da presença jesuíta no Japão resta refletir sobre o seu objeto de pesquisa e a sua relação não somente com o contexto histórico japonês, mas também com a própria história europeia.

Referências bibliográficas:

BERNABÉ, Renata Cabral. **Fé e prática entre os Kirishitan - jesuítas, franciscanos e as reações japonesas ao cristianismo**. 2018. 438 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

BOXER, Charles R. **The Christian Century in Japan, 1549–1650**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1951.

BROWNLEE, John S. **Japanese Historians and the National Myths, 1600-1945: The Age of the Gods and Emperor Jinmu**. Vancouver e Tóquio: UBC Press e University of Tokyo Press, 1997.

EHALT, Rômulo da Silva. “Do Interesse à Profissionalização: A história dos jesuítas no Japão nas pós-graduações brasileiras (2012-2019)”. *In*: CASTRO, Ricardo Figueiredo de, VARGAS, Silvana Bandoli, REIS, Thiago de Souza dos (ed.). **Anais do XIX Encontro de História da Anpuh-Rio – História do Futuro: Ensino, pesquisa e divulgação científica**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>. Acesso em: 15 out. 2020.

GOBLE, Andrew Edmund. “Medieval Japan”, *In*: TSUTSUI, William M. **A Companion to Japanese History**. Blackwell Publishing, 2007, p. 47-66.

HICHMEH, Yuri Sócrates Saleh. **O Domínio pelos Livros - A Formação da Identidade Japonesa como Parte do Processo de Centralização Política na Era Tokugawa**. 2018. 171 f. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018

KANDA Chisato. **Shūkyō de yomu Sengoku Jidai**. Tóquio: Kōdansha, 2010.

KINOSHITA Satoru. **Chūsei Buke Kan’i no kenkyū**. Tóquio: Yoshikawa Kōbunkan, 2011.

KISHIMOTO Mio. “Chinese History and the Concept of Early Modernities”, *In*: XING Fang (Ed.). **Review on Chinese Economic and Social History**. Pequim: Chinese Social Science Publishing, 2006, p. 831-855.

KITAI Toshio. **Shinkokuron no Keifu**. Kyoto: Hōzōkan, 2006.

KUROSHIMA Satoru. **Tenkabito to futari no Shōgun**. Tóquio: Heibonsha, 2020.

NAGAHARA Keiji. “Jidai Kubun Ron (Nihon no)”. *In*: KABAYAMA Kōichi (ed.). **Rekishigaku Jiten 6: Rekishigaku no hōhō**. Tóquio: Kōbundō, 1998, p. 241-242.

NAITÔ Konan. **Tôyô bunkashi**. Tóquio: Chûtô Kôron Shinsha, 2004.

OKAMOTO Yoshitomo. **Jûroku seikin nichîô kôtsûshi no kenkyû**. Tóquio: Hara Shobô, 1942.

TAKASE Kôichirô. **Kirishitan Jidai no Kenkyû**. Tóquio: Iwanami Shoten, 2015.

TAKENAGA, Beatriz Shizuko. “A Divisão Histórica Japonesa”. *In: Estudos Japoneses*, n. 7, São Paulo, 1987, p. 5-20.

TANAKA, RodrygoYoshiyuki. **Racvyoxv** (落葉集): Apresentação e descrição de um dicionário jesuíta. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014

TARANCZEWSKI, Detlev. “Kindai Nihonshi no naka de chûsei to hôken no imisuru mono: Fukuzawa Yukichi kara Ishida Shô made”. *In: VVAA. Rekishigaku to shiryô kenkyû*: Tôkyô Daigaku shiryô hensanjo shiryôshû hakkân 100 Shûnen Kinen Kokusai Shinpojiumu. Tóquio: Tôkyô Daigaku Shiryô Hensanjo, 2002, p. 303-315.

ŽIŽEK, Slavoj. “O estrangeiro descafeinado”, 15 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/502857-o-estrangeiro-descafeinado-artigo-de-slavoj-iek>. Acesso em: 29 set. 2020.

CAPÍTULO 6

A REVISTA **MANGAJIN** COMO RECURSO PARA O ENSINO DE LÍNGUA A PARTIR DA CULTURA JAPONESA

Michele Eduarda Brasil de Sá

Introdução

Lembrando-me dos meus primeiros semestres como estudante de língua japonesa na universidade, surge na memória uma revista que recebi como presente da minha *sensei* na época: *Mangajin* (em português) era uma publicação que trazia lições e dicas de língua japonesa com exemplos extraídos de mangás. Infelizmente, foram poucos os números lançados no Brasil. Na sua versão original em inglês, foram lançados apenas setenta; não sei quantos em português. Lamentei bastante que a revista tenha sido descontinuada, pois era uma excelente ferramenta para aprender não apenas a língua, mas também a cultura japonesa, de forma dinâmica e descontraída. O próprio nome da revista é engraçado, pois contém um jogo de palavras: *manga*, termo genérico relativo aos quadrinhos japoneses, com *jin*, que quer dizer “pessoa”, soa parecido com *magajin*, “revista”, do inglês *magazine*.

Mesmo com a inserção de novas colunas ao longo do tempo em que foi publicada, o estilo da revista varia pouco desde os primeiros números até o último, mas nem por isso deixa de instigar os leitores, trazendo artigos atrativos e relevantes para quem estuda japonês, podendo ser apreciado também por japoneses que estudam inglês. Contendo de vocabulário a construções sintáticas, de gíria a linguagem honorífica, para alunos iniciantes ou avançados, a revista cativa os leitores, mesmo aqueles que resistem ao mangá por

considerá-lo gênero menor – o que, felizmente, mudou bastante nos últimos vinte anos.

Sônia Bibe Luyten (2000, p. 40) escreve que “os mangás se solidarizam com o leitor”, ao tratar do processo de identificação entre leitores e personagens. Essa solidarização, na verdade, é tratada pela autora em relação ao aumento do consumo de mangá, não necessariamente em japonês e nem como ferramenta na aula de língua japonesa. No entanto, sua frase pode ser bem aplicada ao nosso contexto, se considerarmos que os estudantes se mostram mais receptivos ao mangá do que se mostrariam, em geral, a alguns textos de livros didáticos, em sua maioria artificiais, escritos com o objetivo de ensinar estruturas X e Y da língua, por exemplo, ou a lista de vocabulário de uma lição. A solidarização leitor-personagem é um dos motivos pelos quais o conteúdo aprendido através de um mangá se torna mais atraente e contextualizado e, deduz-se, mais propenso a fixar-se.

Além disso, é importante apontar ainda que o trabalho com mangá, gênero textual bastante atrativo não apenas para crianças, mas também para jovens e adultos, obedece a uma tendência atual crescente, em especial após releituras da teoria de Bakhtin feitas por Marcuschi, Rojo e Barbosa, entre outros, aplicando a teoria à prática da sala de aula. Esquivamo-nos de definir “gênero textual” porque, como diz Marcuschi (2002, p. 22–24), os gêneros são inúmeros, e disso decorre que sua noção seja propositalmente vaga. Para este trabalho, porém, mais importante que delimitar o que seja um gênero textual é reconhecer a potencialidade do gênero mangá em aulas de língua japonesa, entendendo que este gênero é um instrumental riquíssimo para ensinar/aprender mais do que apenas a língua – especialmente porque é um gênero emblemático da cultura japonesa.

Pode-se também aplicar ao mangá o que Bari diz a respeito das HQs (histórias em quadrinhos):

A apropriação da linguagem das histórias em quadrinhos pelos leitores, principalmente os leitores novatos, aumentam o repertório de conceitos e significações construídos, uma vez que se mesclam os aspectos linguísticos com os aspectos plásticos. As diversas possibilidades de leitura crítica, que os leitores novatos podem desenvolver mais facilmente, incluem a compreensão das personagens e as mensagens ideológicas subjacentes, já que as histórias em quadrinhos reforçam naturalmente a informação “contextual”. (BARI, 2008, p.121)

Através do mangá, ao ter contato com a língua e praticá-la dentro de um contexto que lhe seja significativo, o aluno lê mais que *hiragana, katakana ou kanji*: ele lê as imagens, os tamanhos, as disposições de tudo no papel. Ou, como escreve Eisner (2010, p. 2), ler quadrinhos “é um ato de percepção estética e de esforço intelectual”.

Voltando à nossa revista, embora ela possa ser muito bem utilizada em um estudo autônomo (quero dizer, sem o auxílio de um professor, já que há explicações e notas para cada texto em japonês), é possível também aproveitar as suas lições para uso em sala de aula. Dessa forma, são apresentados neste texto alguns exemplos extraídos da revista *Mangajin* (em inglês), na intenção de que tragam novas ideias para o uso de mangá como ferramenta no ensino de língua japonesa. Cada professor pode desenvolver seu próprio material a partir de mangás atuais, pensando também no seu público-alvo (interesse, faixa etária, nível de proficiência etc.) e no conteúdo a ser ministrado.

Usando o *yonkoma manga*

Dentro do gênero mangá existe um subgênero chamado *yonkoma manga*, que quer dizer literalmente “quadrinhos de quatro

cenar” ou “mangá em quatro quadros”.⁶⁸ Este subgênero foi provavelmente criado a partir das “tirinhas” de jornal surgidas no fim do século XIX, mas a diferença entre eles vai além apenas da orientação (o *yonkoma manga* é vertical e a tirinha, horizontal) e do número de quadros (a tirinha não tem um número de quadros predeterminado). Cada um de seus quadros corresponde a um dos passos na construção narrativa tradicional chinesa e japonesa, o *kishôtenketsu*.⁶⁹

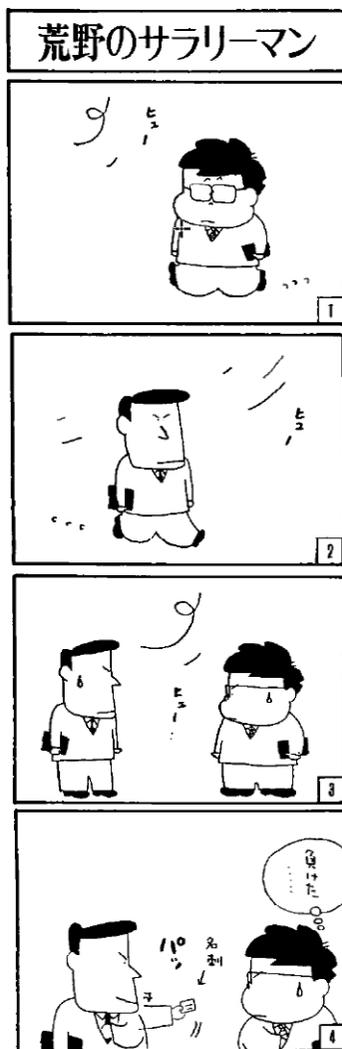
O *yonkoma manga* é curto e completo e só isso já é um ponto positivo para sua utilização na aula de língua japonesa. É possível prever o uso de um *yonkoma manga* em uma aula sem precisar dispor de muito tempo. Ele pode ser usado tanto como atividade de aquecimento quanto como atividade de fixação.

⁶⁸ Para Ramos (2009, p. 20), mangá seria um gênero inserido no hipergênero histórias em quadrinhos, mas o mangá se torna hipergênero em relação a categorias específicas divididas mormente quanto aos temas ou público-alvo (ficção, *shônen*, *shôjo*, infantil, didático, literário etc). A nosso ver, esta subcategorização é um tanto problemática, pois deixa de levar em conta a forma, no que o *yonkoma manga* se distingue visivelmente das demais; no entanto, admitindo que estas categorias podem se opor umas às outras em mais de um quesito, identificando-se por vezes uma com outra em outros aspectos, o estabelecimento de critérios rígidos dentro de uma subcategorização prova-se uma tarefa difícil.

⁶⁹ Este termo complicado é formado por quadro ideogramas, cada um significando uma parte da história: *ki* (“introdução”), *shô* (“desenvolvimento”), *ten* (“reviravolta”, “complicação”) e *ketsu* (“conclusão”).

Vejamos alguns exemplos:

Figura 1. *Fastest meishi in the West*, “O cartão mais rápido do Oeste”



Fonte: MANGAJIN, v. 1, n.1, jun. 1990, p. 31.

Geralmente o *yonkoma manga* possui um título, não raramente dotado de um trocadilho. No exemplo acima, o título é *Kôya no sarariiman*, fazendo um jogo de palavras com *Kôya no shichi-nin* (nome em japonês para o filme “Sete homens e um destino”). A palavra *kôya* significa “terra deserta”, “descampado”, e refere-se aqui ao Oeste norte-americano. *Sarariiman*, “homem assalariado”, é uma expressão japonesa que designa uma ampla categoria de funcionários burocratas, que devem “mostrar um compromisso total com a companhia para a qual trabalham, constituindo assim o grupo mais conservador do Japão moderno” (FRÉDÉRIC, 2008, p. 1008).

Figura 2: Fastest meishi in the West (explicações na revista)

	<p>Title: <i>Kôya no Sarariman</i> Salary-Man in the Wasteland</p> <ul style="list-style-type: none"> • The title is a parody of the movie <i>The Magnificent Seven</i>, which was entitled <i>Kôya no Shichi-nin</i> in Japanese.
1	<p>Sound FX: <i>Hyyu</i> (sound of the wind blowing)</p>
2	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Hyyu</i> is frequently used as the sound of the wind to create a desolate, forlorn feeling, especially in “samurai” comics or comics depicting the American West.
3	
4	<p>“Sound” FX: <i>Pa!</i> (a quick or sudden action, in this case, pulling out a <i>meishi</i>, or business card)</p> <p>Tanaka-kun: <i>Maketa</i> (PL2) “I lost.”</p>

Fonte: MANGAJIN, v. 1, n.1, jun. 1990, p. 31.

Embora este exemplo de *yonkoma manga* pareça não ter tantos elementos a serem explorados – apenas duas onomatopeias, um verbo (*maketa*), duas palavras escritas em ideogramas (*kôya* e *meishi*) e o estrangeirismo *sarariiman* – há muitas informações a serem levantadas: a lealdade do *sarariiman* à empresa (o jogo com o nome do filme “Sete homens e um destino” não é gratuito), o uso cultural do *meishi* (o “cartão de visita”), importante para os japoneses, as acepções do verbo *maketa* (que significa literalmente “perdi”, como numa disputa ou jogo, mas também “fiquei em uma situação difícil, da qual não parece haver escapatória”).

Na revista, ao lado do *yonkoma manga*, estão posicionados os comentários com a tradução e um parágrafo explicando a questão cultural envolvida na troca de cartões de visita. Elas são colocadas aqui a pretexto de ilustração, pois trata-se de um exemplo extraído de um número da revista *Mangajin* em inglês, estando as observações e traduções escritas nessa língua. Ainda sobre o cartão de visita, os alunos podem elaborar o seu, pois as informações necessárias são básicas (nome, telefone, profissão) e podem ser trabalhadas desde os primeiros níveis.

A título de sugestão, o professor pode trazer exemplos de *yonkoma manga* e, depois de fazer a tradução e os comentários, pedir aos alunos que elaborem legendas como as mostradas na revista. Como trabalho de casa, cada aluno pode levar uma folha contendo um *yonkoma manga* e preparar os comentários e as legendas para serem posteriormente compartilhados em classe. Dependendo da turma, as possibilidades se multiplicam. Pedir aos alunos que criem (individualmente ou em grupo) um *yonkoma manga* com anotações semelhantes às do exemplo apresentado também pode ser uma atividade interessante, contudo esta ideia dependerá muito do perfil dos alunos e do planejamento do professor.

Do português ao japonês

A partir de um determinado número da revista, aparecem tirinhas americanas famosas, como as de Calvin e Haroldo (*Calvin and Hobbes*), para as quais apresenta-se tradução para o japonês (incluindo também a versão romanizada), anotações de sintaxe e comentários. Um exemplo:

Figura 3: *Calvin and Hobbes*



<p>Calvin: "There's a new girl in our class." → 僕たちの クラスに新しい 女の子 が 入ったんだ。 <i>Bokutachi no kurasu ni atarashii onna no ko ga haitta nda.</i> we/us 's class in new girl (subj.) entered (explan.)</p>
<p>Hobbes: "Well! What's her name?" → あっそう! 何 ていう 名前? <i>A! sō ran te iu nanme?</i> oh really what (quote/is called) name</p> <p style="text-align: center;">+</p> <p>Calvin: "Who knows?" → 知る か! <i>Shiru ka!</i> know ?</p> <p>• Who knows? は疑問形だが、相手に聞いているわけではなく、「誰が知るもんか」「そんなこと知らないよ」の意。I don't know の少し皮肉っぽい表現方法。</p>

Fonte: MANGAJIN, n. 24, mar. 1993, p. 30.

Note-se entre os comentários a justificativa da escolha de tradução de *Who knows?* por *shiru ka*: o tradutor escreve que a pergunta não é feita na intenção de saber realmente quem conhece a nova aluna – é uma pergunta retórica, para a qual não se espera resposta alguma. Ele aponta ainda que é uma forma um tanto sarcástica (*sukoshi hinikuppoi*) para dizer que não sabe.

Embora as tirinhas sejam em inglês, a tradução e os comentários são em japonês e é possível aprender muita coisa com a sua leitura. Já para a aplicação em uma sala de aula de língua japonesa, o professor pode trazer tirinhas em português (Armandinho, Turma da Mônica, por exemplo, dependendo do público-alvo); é preciso levar em consideração que é desejável um nível mais avançado de conhecimento da língua. Os alunos podem tentar traduzir individualmente o conteúdo das tirinhas para o japonês e depois comparar as traduções entre si. Na mesma atividade é possível desenvolver competências linguísticas no âmbito da pragmática, das estratégias de tradução, do léxico, enfim, são muitas habilidades interrelacionadas a serem aprendidas em uma só atividade. Ainda na mesma tirinha:

Figura 4: Comentários a Calvin and Hobbes

Hobbes:	"Do you like her??"
→	その子 が 好き なの? <i>Sono ko ga suki na no?</i> that child/girl (subj.) is liked (explan.)
Calvin:	"NO!"
→	違う! <i>Chigau!</i> different/no

Fonte: MANGAJIN, n. 24, mar. 1993, p. 30.

Imagino que não seria incomum que boa parte dos alunos traduzisse o inglês *no* ("não") por *iie* (tradução literal de "não" para o japonês). A tradução na revista, porém, é *chigau*. Os mesmos alunos, vendo a tradução já feita, compreenderiam certamente o significado da palavra, mas acredito que poucos pensariam em *chigau* como primeira tradução para "não" – seguindo a tendência a traduzir sempre pelo mais geral ou pelo que é mais próximo. Traduzir da língua materna para o japonês é mais difícil por causa das nuances da língua

para as quais nem sempre se está atento. É uma questão de exercício e, como tal, cremos que o mangá pode auxiliar bastante no aprendizado dos alunos.

Outro ponto interessante é o uso de linguagem coloquial, muito comum nos mangás. Quando se estuda japonês, nas primeiras lições se aprende a forma interrogativa dos verbos – forma *masu* acrescida das partículas *ka* ou *ne* (esta última utilizada quando se pede a confirmação do interlocutor). A frase elaborada seguindo o registro formal deveria ser *Sono ko ga suki desu ka*, mas o que se vê é *Sono ko ga suki na no*, seguido de um ponto de interrogação. Trata-se de uma construção coloquial, que não costuma aparecer nos livros didáticos a não ser em níveis avançados, mas que é bastante frequente.

Os alunos que já são leitores de mangá em língua japonesa poderão provavelmente apresentar outros tipos de expressões coloquiais comuns em mangás e apontar como são úteis, bem como explicar para qual contexto. O professor pode pedir ainda que os alunos transformem determinadas frases elaboradas na forma *masu* em frases coloquiais, como se fossem escritas em um mangá.

Lendo e compreendendo charges

Um pouco mais difícil que trabalhar com a tradução para o japonês é interpretar charges, dado o seu caráter satírico, acrescido de sua relação com personagens que, apesar de famosos (figuras políticas, na maioria das vezes), nem sempre são conhecidos dos alunos. Uma das vantagens de se trabalhar com charges é que podem inclusive proporcionar aos alunos informações sobre questões políticas envolvendo o Japão. Vejamos um exemplo:

Figura 5: Do jornal japonês *Asahi Shinbun*



お互い 大変な船出だけれど……
山田 紳

Fonte: MANGAJIN, n. 36, jun. 1994, p. 11.

Na charge acima, Hata Tsutomu, o Primeiro-Ministro à época, aparece entristecido diante da imagem de Nelson Mandela, recém-empossado na África do Sul. Hata também havia assumido o governo havia pouco tempo, mas contava com bem menos apoio no Japão do que Mandela teve na África. A legenda (*Otagai taihen-na funade da keredo*) diz “ambos estão no mesmo barco, mas...” O uso de *keredo* é bastante comum na língua japonesa, e colocado no fim da frase per-

mite uma ideia adversativa suspensa no ar. Ambos estão no comando há pouco tempo, mas... As condições são diferentes para cada um. Nos balões, lê-se *sukunaku to mo achira ni wa yume mo kibô mo aru mon naa*, que quer dizer “ao menos ele pode ter sonhos e esperanças”. Aspectos gramaticais como as diferentes compreensões para a partícula *mo* podem ser trabalhados mesmo a partir de uma charge tão simples.

A limitação que temos com os números disponíveis de *Mangajin* é que são antigas e suas charges são referentes a eventos da política e da economia do Japão que não são atuais. Por esta razão, as charges da revista em sua maioria tornam-se pouco atrativas. Algumas mais simples, porém, podem ser utilizadas como exemplos a fim de que os alunos pesquisem charges atuais em outras fontes.

Haikai e mangá

Em alguns dos números, existe a seção *Humorous Haiku – poems submitted by our readers* (“Haikais humorísticos – poemas enviados por nossos leitores”), com ilustrações de um dos membros da equipe. Junto ao desenho aparece o texto em japonês e inglês. Veja-se:

Figura 6: Humorous Haiku.



Fonte: MANGAJIN, n. 53, mar. 1996, p. 15.

Além da possibilidade de trabalhar o haikai como um gênero textual à parte, talvez pedindo aos alunos que escrevam um haikai (após explicar as características deste tipo de poema e exemplificar com textos em português e japonês), é possível aqui também apresentar expressões específicas da língua japonesa, como *shigoto-hajime*, que é o primeiro ato de trabalho após o Ano Novo. A revista traz a tradução para o inglês – como ficaria a tradução para o português? Ainda existe o aspecto humorístico: se o primeiro ato é pedir demissão, então, que trabalho? Há múltiplas atividades que podem surgir de um exemplo como este.

Considerações finais

Como diz Marcuschi (2005, p. 35), “o trabalho com gêneros textuais é uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia a dia”. O mangá, como gênero apreciado entre os estudantes de língua japonesa, muitos dos quais buscam aprender a língua justamente porque se interessam pelo gênero, pode se tornar um material rico, atual e interessante, ajudando alunos e professores.

Como fonte de tipos variados de mangá (ou subgêneros), a revista *Mangajin* oferece vários exemplos de como o mangá pode ser utilizado em sala de aula, que podem ser aplicados em diversos níveis e voltados para qualquer público-alvo. Alguns apresentam certas limitações, como as charges, que se referem a situações do passado desconhecidas para a maioria dos estudantes, por serem muito específicas e dizerem respeito a personagens políticas que já nem se encontram mais na ativa hoje. No entanto, estas limitações podem ser superadas se as charges forem bem selecionadas e utilizadas como uma introdução para outras atividades.

Todas as ideias levantadas neste breve capítulo são apenas sugestões que podem ser aproveitadas e adaptadas pelos professores para o seu próprio ambiente. Deve-se levar em conta o interesse, os gostos, a idade dos alunos para que os objetivos elaborados para uma aula de língua japonesa com uso de mangá sejam alcançados.

Referências bibliográficas:

BARI, Valéria Aparecida. **O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores**. 2008. 250. f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes- ECA/USP, São Paulo.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**: princípios e práticas do lendário cartunista. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRÉDÉRIC, Louis. **O Japão**: dicionário e civilização. São Paulo: Globo, 2008.

LUYTEN, Sonia Bibe. **Mangá**: o poder dos quadrinhos japoneses. 2. ed. São Paulo: Hedra, 2000.

MANGAJIN. Mangajin, Inc., **Atlanta**, v. 1, n.1, jun. 1990.

MANGAJIN. Mangajin, Inc., **Marietta**, n. 24, mar. 1993.

MANGAJIN. Mangajin, Inc., **Marietta**, n. 36, jun. 1994

MANGAJIN. Mangajin, Inc., **Marietta**, n. 48, set. 1995.

MANGAJIN. Mangajin, Inc., **Marietta**, n. 53, mar. 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, Angela Paiva *et al.* **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19–36.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

CAPÍTULO 7

BANANA YOSHIMOTO PARA ALÉM DE *KITCHEN*: UMA APRESENTAÇÃO DAS TRADUÇÕES E DA FORTUNA CRÍTICA DA AUTORA

Joy Nascimento Afonso

Este capítulo tem como objetivo apresentar as obras traduzidas de Banana Yoshimoto, premiações recebidas, fortuna crítica desenvolvida nos últimos anos e adaptações de seus romances para o cinema. Embora a autora japonesa tenha atingido em 2019 a publicação de seu quinquagésimo romance, e mais de 30 romances traduzidos para vários países, ainda não encontramos com facilidade estudos sobre suas obras, assim como maior aceitação de suas publicações pelo cânone literário japonês.

Sobre a autora e traduções de suas obras

Banana Yoshimoto é uma das primeiras vozes da literatura de autoria feminina japonesa pós II Guerra Mundial, no período em que o Japão se tornava uma das grandes potências econômicas mundiais. Segundo Leclercq (2006, p. 240), diferentemente dos jovens da geração *baby-boom*, “que se empenhou em reconstruir o país e fazer com que ele voltasse a crescer, a que nasceu na década de 1960 chega aos 20 anos num país próspero, em plena bolha financeira”. Isso significa que esses jovens têm acesso a uma educação mais formal, têm alto poder aquisitivo e podem escolher de forma mais livre o casamento ou continuar morando com seus pais.

Essa geração representa a primeira a assumir tendências individualistas num país cujas relações sociais,

tradicionalmente, se basearam no confucionismo e, portanto, onde o interesse maior é o grupo, não o indivíduo. Essa mudança histórica de comportamento faz-se ainda mais evidente no caso das mulheres, uma vez que a sociedade, tradicionalmente, oferecia-lhes um leque de opções extremamente reduzido (LECLERCQ, 2006, p. 240).

A produção literária de Banana Yoshimoto é reconhecida mundialmente pelas muitas traduções feitas, para mais de vinte idiomas, além de ser ganhadora de prêmios nacionais, como o *Kaien* em 1987, pelo conto *Kitchen (Kicchin)*, para novos escritores e o Prêmio Izumi Kyoka em 1988, pelo conto *Moonlight Shadow (Munraito shadô)*, que seria publicado juntamente com *Kitchen* (1988) nesse mesmo ano já como romance. Em 1989, pelos romances *Kitchen* e *Utakata/ Santuário (Utakata-Sankuchuari)* recebe o Prêmio do Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia para novos escritores. No mesmo ano, recebe o prêmio Yamamoto Shūgoro por *Tsugumi* (1988), que se havia tornado seu segundo best-seller após o boom do “Bananamania” entre os jovens por meio de *Kitchen*. Em 1995, recebe um dos maiores prêmios de literatura de autoria feminina: o Prêmio Literário Murasaki Shikibu pelo romance *Amrita (Amurita)*, (1994). Em âmbito internacional, além das muitas traduções e adaptações para o cinema, que elencamos a seguir, sua produção também foi reconhecida com o prêmio Literário Italiano Scanno em 1993; em 1996 recebe o Prêmio Italiano de Literatura Fendissime “Under 35”; e em 1999 recebe o Prêmio Italiano *Maskera Dargent* na categoria Literatura. Na França, em 2000 recebe o 10º Prêmio *Dumago* de Literatura, pela coletânea de contos *América Latina: Traição e outras viagens (Furin to Nambei - Sekai no Tabi 3)*, (2000). Em 2011, ano em que o romance *Kitchen* chegou à marca de tradução para 30 idiomas, tornando-se a primeira obra literária em língua japonesa a alcançar

esse feito, a autora recebe o Prêmio Italiano da Ilha de Capri por sua produção literária.

Os prêmios internacionais da autora são também a comprovação de sua boa recepção, graças à tradução de suas obras. Segundo o site oficial da autora na Europa, o romance *Kitchen* (*Kicchin*, 1988) possui tradução para 28 países, como Rússia, Holanda, Itália e Suíça, em suas respectivas línguas. O romance *Triste Pressentimento* (*Kanashii Yokan*, 1988) foi traduzido apenas para o italiano como “Pressagio Triste”. *Tsugumi* (*Tsugumi*, 1989) foi traduzido dez vezes, sendo que duas das reedições foram feitas para a Espanha, em anos diferentes. *N.P* (*N.P*, 1990) traduzido para treze países, teve dezoito edições com duas reedições para Suíça/ Alemanha (foi a mesma edição para os dois países), Itália, Inglaterra, Grécia, França e Espanha respectivamente. *Lagartixa* (*Tokage*, 1993), com dez edições e traduzido para seis idiomas, teve três reedições para a Inglaterra como *Lizard*. *Amrita* (*Amurita*, 1994), traduzido para seis países, teve duas reedições na Inglaterra, Suíça e Espanha respectivamente, e três para a Itália. *Sly* (*SLY*, 1996) foi traduzido para Itália e Suíça, com duas edições em italiano. *Última Amante de Hachiko* (*Hachiko no Saigo no Koibito*, 1996) teve uma tradução para português de Portugal e para a Itália, respectivamente. *Lua de Mel* (*Hanemûn*, 1997) com tradução para Portugal e Itália, teve duas reedições para a língua italiana. O romance *Hardboiled & Hard Luck* (*Hâdoboirudu / Hâdorakku*, 1999) traduzido para cinco idiomas, teve duas reedições para Itália, França e Suíça, respectivamente.

A coletânea de contos *América Latina: Traição e outras viagens* (Furin to Nambei - Sekai no Tabi 3, 2000) foi traduzida para o francês e o italiano, dos quais teve duas reedições para a Itália. O romance *Conheço todo o seu Corpo* (*Karada ga zenbu shitte iru*, 2000) teve tradução para dois idiomas, italiano e sueco, com duas reedições para a

Itália. *Arco - Íris* (Niji, 2002) foi traduzido apenas para a língua italiana, e teve duas reedições naquele país. *Andrômeda Heights (Ôkoku sono 1 - Andromeda Haitsu, 2002)* teve sua tradução feita apenas para o italiano com duas reedições. *Mariposa* (Hagoromo, 2003), traduzido para alemão-sueco e italiano, teve duas reedições da obra na Itália. *Lembranças do Final da Vida (Dêdo endo no omoide, 2003)*, teve tradução para Espanha e Itália, com duas reedições da obra em ambos os países. *A Tampa do Mar (Umi no Futa, 2004)*, embora traduzido apenas para a língua italiana, teve duas reedições. *High and Dry - Primeiro Amor (High and Dry (Hatsukoi), 2004)* da mesma forma que o romance citado há pouco, foi traduzido apenas para a língua italiana, com duas reedições da obra. Seu romance *O Lago (Mizuumi, 2005)* foi traduzido em cinco países: Lituânia, Itália, Suíça, Espanha e Rússia. *Golfinho (Iruka, 2006)* foi traduzido apenas para o italiano, com duas reedições da obra naquele país. *Chie chan e Eu (Chie chan to watashi, 2007)* foi traduzido apenas para o italiano, com duas reedições da obra. O romance *Sobre a Garota (Kanojo ni tsuite, 2008)* foi traduzido para a língua italiana, sueca, alemã e russa. A obra *Alô, Shimokitazawa (Moshi, Moshi Shimokitazawa, 2010)*, traduzido na Itália e Suíça, teve duas reedições da obra em italiano. *Doce Depois (Suiito Hiaafutâ, 2011)* foi traduzido apenas na Suécia. Diferentemente dos romances, a seleção de ensaios sobre viagem *Uma Viagem chamada Vida (Jinsei no tabi wo yuku, 2006)* foi traduzida apenas para a língua italiana.

Nos Estados Unidos e na América Latina, entre as traduções de obras da autora temos *Kitchen (Kicchin, 1988)*, que foi traduzido para o inglês estadunidense e teve três reedições, e para a língua portuguesa do Brasil o romance teve apenas uma edição, traduzido da versão italiana. O romance *Tsugumi (Tsugumi, 1989)* foi traduzido para as línguas portuguesa do Brasil e inglesa, tendo duas reedições nos Estados Unidos. *Dormindo Profundamente (Shirakawa Yobune, 1989)* foi traduzido apenas para a língua inglesa estadunidense. Os romances

N.P (N.P, 1990), *A Lagartixa (Tokage, 1993)*, *Amrita (Amurita, 1994)* e *O Lago (Mizuumi, 2005)* foram traduzidos apenas nos EUA, e tiveram duas reedições cada um. *Hardboiled & Hard Luck (Hâdoboirudu / Hâdorakku, 1999)* e *Alô, Shimokitazawa (Moshi, Moshi Shimokitazawa, 2010)* foram traduzidos somente para a língua inglesa estadunidense, com apenas uma publicação cada.

Na Ásia e no Oriente Médio as obras de Banana Yoshimoto também tiveram boa recepção; o que comprova esse fato são as muitas traduções de suas obras, inclusive os romances mais recentes, que listamos a seguir. *Kitchen (Kicchin, 1988)*, seu primeiro e mais conhecido romance, foi traduzido para Indonésia, Turquia, Taiwan, Hong Kong, Tailândia e Israel, tendo uma edição para cada idioma respectivamente. Na China o romance teve quatro reedições, para a Coreia do Sul, três, e para o Vietnã, duas reedições. O romance *Triste Pressentimento (Kanashii Yokan, 1988)*, traduzido para a língua chinesa de Hong Kong, teve apenas uma edição; entretanto, para China, Taiwan e Coreia do Sul a obra teve duas reedições respectivamente. A obra *Tsugumi (Tsugumi, 1989)*, um dos romances mais famosos da autora, teve traduções para China, Vietnã, Tailândia, Turquia, Egito, Taiwan e Hong Kong; para a Coreia do Sul, a obra teve três reedições. *Dormindo Profundamente (Shirakawa Yobune, 1989)* foi traduzida para Coreia do Sul, Israel, Taiwan e Hong Kong com uma edição respectivamente; para a China, a obra teve uma tradução com duas reedições. *N.P (N.P, 1990)*, com traduções para Vietnã, Taiwan, Hong Kong e Israel, teve duas reedições para a Coreia do Sul. *A Lagartixa (Tokage, 1993)* com traduções para Hong Kong, Vietnã, Israel, teve duas reedições para Taiwan e Coreia do Sul, respectivamente. *Amrita (Amurita, 1994)* teve uma tradução para a China, e duas reedições para Taiwan, Coreia do Sul e Hong Kong. *A Última Amante de Hachiko (Hachiko no Saigo no Koibito, 1996)* teve duas reedições da tradução da obra, apenas para a Coreia do Sul. O romance *Lua de Mel (Hanemûn, 1997)* teve tradução e duas reedições da obra para Taiwan, Coreia do Sul e China.

Hardboiled & Hard Luck (*Hâdoboirudu / Hâdorakku*, 1999) foi traduzido para Taiwan e Coreia do Sul, e teve duas reedições apenas para a China.

A coletânea de contos *América Latina: Traição e outras viagens* (*Furin to Nambei - Sekai no Tabi 3*, 2000) foi traduzida para Taiwan, Coreia do Sul e China e teve duas reedições para os três países respectivamente. *Conheço todo o seu Corpo* (*Karada ga zenbu shitteiru*, 2000), traduzido apenas para Taiwan e Coreia do Sul, teve duas reedições para o coreano. O romance *Vida de Girassol* (*Hinamawari no Jinsei* (*Kyôcho Nara Yoshitomo*), 2000) feito em colaboração com a ilustradora Nara Yoshitomo, teve traduções para Taiwan, Coreia do Sul e China, e teve duas reedições para a língua chinesa. O romance *Arco-íris* (*Niji*, 2002) para a China, Coreia do Sul e Taiwan, teve duas reedições para o taiwanês. A coletânea de contos *Outro País* (*Ôkoku*, 2002, 2004 e 2005) foi traduzida para a Coreia do Sul, com seis reedições, e para Taiwan, com quatro reedições. O romance *a Tia Argentina* (*Aruzenchin Babâ*, 2002), que também foi adaptado para o cinema pela diretora Naoki Nagao como “Argentine Hag”, foi traduzido para a China com duas reedições, Taiwan e Coreia do Sul. O conto *Mariposa* (*Hagoromo*, 2003) foi traduzido para a Tailândia e Taiwan. *Lembranças do Final da Vida* (*Dêdo endo no omoide*, 2003) foi traduzido para a China e Taiwan. O romance *A Tampa do Mar* (*Umi no Futa*, 2004) foi traduzido apenas para o coreano da Coreia do Sul. Um dos romances mais conhecidos da autora, *O Lago* (*Mizuumi*, 2005), na Ásia, foi traduzido para a Tailândia e no Oriente Médio, para Israel. *A Sombra* (*Hitokage*, 2006) foi traduzido apenas para a Tailândia. A coletânea de ensaios *Muito Curta* (*Berî Shôtsu*, 2006) foi traduzido apenas para a Coreia do Sul. O romance *South Point* (*Sausu Pointo*, 2011), escrito quando da viagem da autora ao Havaí, tem como título alusão ao maior ponto a sudoeste da ilha, conhecido como Ka Lae; a obra foi traduzida apenas para a Coreia do Sul.

A coletânea *100 conversas sobre cozinha e algo mais* (*Gohan no koto bakari 100 hanashi to chotto*, 2013) é uma seleção de memórias da autora com sua filha e seu pai Taaki Yoshimoto, contendo receitas de família e poesias do pai da autora e crítico literário; a obra foi traduzida para o chinês, coreano e taiwanês. O romance *Sobre a Garota* (*Kanojô ni tsuite*, 2008) foi traduzido apenas para o coreano. *Alô, Shimokitazawa* (*Moshi, Moshi Shimokitazawa*, 2010) e *Irmãs Abóbora* (*Donguri Shimai*, 2010) foram traduzidos para Coreia do Sul, Taiwan e China. A coletânea de contos *Chiando* (*Jûjû*, 2011) foi traduzida para China e Coreia do Sul. *Doce Depois* (*Suito Hiaafutâ*, 2011) foi traduzido apenas para o coreano e chinês de Taiwan. As coletâneas de ensaios *Sonhando com o Havá* (*Yume miru Hawaii*, 2012) e *Se tornar um adulto, que tipo de coisa é isso?* (*Otona ni narutte donna koto?*, 2015) foram traduzido apenas para a Coreia do Sul. O romance *Os pássaros* (*Toritachi*, 2015) foi publicado apenas em israelense, e *Snack Chidori* (*Sunakku Chidori*, 2016) traduzido apenas para o chinês de Taiwan.

Fortuna crítica da autora

Após essa longa exposição de traduções das obras de Yoshimoto, atestando a recepção e premiação da produção, apresentaremos brevemente alguns estudos e pesquisadores que se debruçam sobre o repertório da escritora. No Japão, embora país de origem de Banana, e sendo a produção da autora ainda profícua, alcançando a marca de publicação de seu 50º romance em 2019, Banana Yoshimoto ainda não é vista pela crítica literária japonesa canônica como uma escritora à altura de seus grandes nomes literários. Segundo Kawasaki (2010), uma das poucas estudiosas que analisa produções contemporâneas, a linguagem utilizada pela autora em suas obras e o fato de ela não citar autores clássicos japoneses como influenciadores de sua produção são os maiores fatores de crítica literária negativa, tendo em vista ser a autora a filha do famoso crítico literário e poeta Taaki Yoshimoto.

Banana simplesmente não é tratada de maneira justa. Os assim chamados “profissionais”, por exemplo, não fazem nenhum esforço para entender o que em seu trabalho agrada a tantos leitores. Eles parecem alheios ao fato de que o surgimento de um estilo narrativo como o de Banana era inevitável. Além disso, eles não percebem que a chave do seu trabalho está na linguagem maravilhosa que ela cria para transmitir o próprio advento desse novo estilo de narrativa. (KAWASAKI, 2010, p. 50).⁷⁰

Em um dos poucos estudos panorâmicos sobre a produção de Banana, da década de 80, a estudiosa Kenko Kawasaki escreve em japonês, que posteriormente é traduzido para a língua inglesa por Tomoko Aoyama e Barbara Hartley, o capítulo *The Climate of the Girl in Yoshimoto Banana*, para a coletânea de ensaios *Girl Reading Girl in Japan*, onde a literatura contemporânea feminina é analisada sob a perspectiva de estudiosas japonesas da área. Em seu trabalho, Kawasaki retoma os vários artigos e resenhas escritos sobre os romances mais famosos de Banana na época, *Kitchen* (1988), *Tsugumi* (1989) e *Utakata -Santuário* (1988), e é importante deixar anotado que após esse trabalho minucioso da autora não houve mais nenhuma pesquisa ou artigo sobre a obra de Banana Yoshimoto. De início Kawasaki retoma as falas de Enaka (1990), que define os diálogos das personagens do romance “Santuário” (1989) como “inverossímeis” e, apesar das muitas resenhas em revistas elogiando a linguagem jovem e acessível da autora, para o crítico, a construção de seu enredo, “a história em si é um absurdo *nonsense*” (ENAKA, 1990 *apud* KAWASAKI, 2010, p. 51). Outro crítico citado é Chizuko Ueno, que analisa “Kitchen” (1989) e, segundo a estudiosa, nos romances de Banana o ato sexual é

⁷⁰ Banana is just not treated fairly. So-called “professionals”, for example, make no effort to understand what it is about her work that appeals to so many readers. They seem oblivious to the fact that the emergence of a narrative style like Banana’s was inevitable. Furthermore, they fail to realize that the key to her works lies in the wondrous language she creates to convey the very advent of this new style of narrative (KAWASAKI, 2010, p. 50).

substituído pela comida, pelo ato de cozinhar e comer; para essa afirmação ela se baseia em uma das cenas do romance, onde a personagem Mikage vai ao encontro de Yuichi, apenas para levar uma tigela de *katsudon*, após uma cena com alta tensão sexual. Para Kawasaki (2010) a postura de Chizuko, em seu artigo, diminui os sentimentos mais profundos que são discutidos naquela cena, nas palavras de Kenko “até Ueno admitiria que deve haver espaço em um romance para coisas “mais fáceis do que um beijo” ou “mais difíceis do que o sexo” (p. 51). Logo adiante, a pesquisadora aponta ainda a crítica feita por Ôtsuka, em novembro de 1989, na revista *Subaru*, sobre “Kitchen”, onde ele define a linguagem de Banana como superficial, comparado aos mangás escritos para moças (*shojo*), afirmando que ela “apenas fornece um resumo conservador do que os quadrinhos das garotas produzem de maneira muito mais radical” (ÔTSUKA, 1989 *apud* KAWASAKI, 2010, p.51), sugerindo que a autora sempre propõe personagens salvadores, como Yuichi para Mikage, que surge milagrosamente, em sua porta, para ajudá-la após o falecimento da avó da moça. Para Kawasaki (2010) o que incomoda os críticos da obra de Yoshimoto é a maneira como ela trata e questiona as normas e padrões sociais contemporâneos no Japão, não exaltando o pensamento tradicional, mas ao contrário, trazendo a foco a perspectiva do jovem japonês criado em uma bolha econômica e social tão “perfeita” que o impede de ser ele mesmo, e todos esses sentimentos são “ditos” muitas vezes por meio do silêncio. Nas palavras da estudiosa:

O significado da escrita de Banana excede em muito o que está implícito nas alegações de adjetivos comuns e discussões limitadas da paisagem. Seus narradores não se preocupam com os detalhes tediosos do cenário vistos em suas linhas de visão. Críticos que respondem a adjetivos como “deslumbrante” ou “belo”, sem esse entendimento não apreciam o fato de esses descritores agirem com o silêncio. (KAWASAKI, 2010, p. 55).

A partir de 2004, Yoshiaki Watanabe, da Universidade Feminina Showa, passa a escrever uma série de artigos sobre a produção de Yoshimoto Banana. No primeiro artigo, debruça-se sobre a relação dos "sentimentos leves e pesados" dos jovens; no segundo, o pesquisador observa apenas a tristeza melancólica no discurso das personagens; no terceiro artigo, em como as personagens demonstram amor; no quarto artigo ele se debruça sobre as cenas em que os sentimentos virtuais se misturam às sensações reais, e no último artigo escrito por Watanabe, de 2008, o foco é a relação dos sentimentos de medo discutidos na obra de Banana. Embora o professor e pesquisador tenha se voltado para a obra da autora em vários aspectos, não são artigos de teor aprofundado, e, além disso, são de difícil acesso. Apesar disso, Watanabe descreve de maneira acessível a linguagem e estrutura narrativa utilizada por Yoshimoto, tendo em vista seu público leitor: os jovens. O objetivo dos artigos escritos pelo professor é apresentar aos seus estudantes suas impressões de leitura das obras mais famosas de Banana, como *Kitchen*, *Tsugumi*, *Santuário* e *O Lago*.

Tomoko Aoyama, professora honorária da University of Queensland – Austrália, outra estudiosa de literatura contemporânea feminina, que cita alguns romances de Banana Yoshimoto como exemplo de liberdade do corpo feminino, escreve em 2006 um artigo que tem como título “The Girl, the Body, and the Nation in Japan and the Pacific Rim: Introduction” (Asian Studies), em que discorre sobre como a literatura contemporânea de autoria feminina é reveladora da relação do corpo feminino com o conceito de nação. A estudiosa demonstra que as normas sociais podem estar associadas a formas de domínio do corpo feminino. Sob tais normas regulariza-se a imagem de jovens sempre belas e virginais, reforçando o estereótipo da mulher submissa e misteriosa. A literatura contemporânea, em específico as primeiras obras da década de 1980 de Banana Yoshimoto, têm como personagens principais jovens que fogem a esse padrão

de beleza e comportamento, aproximam-se da vivência das mulheres modernas de qualquer grande cidade e, em meio ao boom econômico do Japão, essas moças podiam formar-se e escolher seus próprios caminhos, diferentemente da nação ainda submissa aos estadunidenses.

Michihiko Hagami, professora adjunta de língua inglesa e literatura comparada na Keiai University, volta o seu olhar para as traduções de *Kitchen* (1989), *Amrita* (1997) e *Asleep* (2000) para a língua inglesa. Em seu longo trabalho a pesquisadora traz excertos e compara não apenas os vocábulos utilizados na tradução, mas também analisa a potencialidade e recepção da tradução da obra. Segundo Hagami, a cultura da jovem moça nas obras de Banana destoa da visão da mulher japonesa "exótica", o foco das narrativas não é o relacionamento amoroso e, especialmente, o modo de certas mulheres encararem suas próprias vivências é valorizado na escrita de Banana. Hagami ressalta ainda como a autora mescla a ideia da narrativa clássica a um enredo moderno. Dessa forma, ao trazer o texto da autora japonesa para a língua inglesa, além de fomentar a cultura japonesa, a obra de Banana também reafirma novos conceitos sobre o feminino no Japão.

Fuminobu Murakami, professor de literatura japonesa na Universidade de Hong Kong, em sua obra *Postmodern, Feminist and Postcolonial Currents in Contemporary Japanese Culture* (2005) analisa a obra crítica e ficcional de quatro escritores contemporâneos japoneses: Murakami Haruki, Yoshimoto Banana, Yoshimoto Takaaki e Karatani Kōjin. Sobre Banana Yoshimoto, ele compara a sua escrita com a de Haruki Murakami, afirmando que, diferentemente de Murakami, Yoshimoto "descobre a diferença na totalidade ou o comum na individualidade pela mudança da forma do desejo" (p. 58). O foco de Fuminobu também é analisar *Kitchen* (1988), entretanto, assim como Chizuko Ueno, também citada no trabalho de Kawasaki (2010), o ensaísta, baseando-se na teoria de Michael Foucault (1926–1884), afir-

ma que Banana desconstrói ou substitui o desejo sexual pelo desejo de comer. Para ele, essa desconstrução “transfigura uma imagem negativa associada ao desejo sexual” (MURAKAMI, 2005, p. 61), para algo mais “aceitável” socialmente pelo discurso cultural, num meio em que uma mulher falando de sexo abertamente talvez não seria bem aceita. Embora concordemos com Kawasaki, acima citada, vale deixar anotado o trabalho de Murakami como uma análise que se baseia em teorias estrangeiras, como a de Fredric Jameson (1990) que entende a diminuição do afeto como um sintoma da pós-modernidade, por isso, segundo Murakami (2005), as personagens de *Kitchen*, representações da pós-modernidade japonesa, demonstrariam afeto não mais por meio do toque, mas sim pelo desejo de comer. Ainda segundo Murakami (2005) “a transfiguração do desejo sexual em desejo alimentar implica a emancipação de um desejo, que até agora foi subsumido pelo sexo” (p. 61), ou seja, ao comer ou cozinhar o indivíduo expõe abertamente seus desejos sexuais. O estudioso japonês também se baseia no pensamento de Edward Westermarck (1968), que, “de uma perspectiva ligeiramente diferente, aponta a relação entre a ausência de sentimentos eróticos entre os membros da família e a proibição do incesto, e considera o primeiro como o fundamento deste último” (p. 63). Dessa forma o “não ato sexual” entre o casal Mikage e Yuichi se dá devido à relação fraterna criada entre eles, tendo como figura materna Eriko. Sobre a desconstrução da heteronormatividade e o binarismo sexual na obra de Yoshimoto, Murakami se apoia nos estudos de Gayle Rubin (1975) e Judith Butler (1990) argumentando que, “se é verdade que as mulheres podem encontrar com mais facilidade amizade na conduta sexual, elas deveriam ter maior potencial para romper as oposições binárias modernistas que os homens” (MURAKAMI, 2005, p.64)⁷¹ e, sendo assim, o relacionamento

⁷¹ And furthermore, if it is true that woman can more easily find friendship in sexual conduct, they should have greater potential to break through the modernist binary oppositions that men (MURAKAMI, 2005, p.64).

fraterno – amoroso entre Mikage e Yuichi, ao se afastarem do ato sexual, firmam uma conduta pós-moderna de relacionamento que se baseia em amizade e compreensão intelectual. Embora Murakami se apoie em bases críticas interessantes e aplicáveis à obra, vale lembrar que são estudos estrangeiros, observando o corpo e o erótico, sobre a obra de uma escritora japonesa.

Lucy Fraser, professora leitora de língua e cultura japonesa na University of Queensland – Austrália, em seu artigo “Reading and Retelling Girls Across Cultures: Mermaid Tales in Japanese and English” (2014), analisa as personagens do romance “Santuário”, em que a protagonista Mermaid evoca paradigmas lendários dos contos de fadas europeus. O próprio nome da protagonista, ao fazer alusão a um ser mítico que se “transforma em peixe”, traz ao leitor um modo de recontar a história retomada de contos clássicos pela perspectiva moderna e japonesa. Fraser, que pesquisa as adaptações dos contos tradicionais europeus para mangás, animês e jogos de vídeo game, ressalta que na obra de Banana suas personagens não são sugadas pelo mar, mas sim por si mesmas, por suas palavras.

Na mesma linha de comparação, o trabalho de Robert Kellerman (2010) (“A Room of Her Own in Banana Yoshimoto’s Kitchen”), compara o ensaio *Um quarto todo seu* (1929) de Virgínia Woolf a *Kitchen* (1993) de Banana Yoshimoto. Para o crítico, ambas as autoras criam para suas personagens um lugar de conforto e amadurecimento. A cozinha funcionaria como um lugar de tensão, representando as regras de uma identidade nacional, afinal para Kellerman “essas várias regras são promulgadas na cozinha, jogadas nas várias escolhas que a jovem mulher japonesa enfrenta” (2010, p. 54). Kellerman finaliza retomando ambos os espaços de escrita como um espaço de recomeços e segurança para as escritoras.

No Brasil, temos o artigo “Kitchin e o Fenômeno Banana” (*Estudos Japoneses*, 1990), de Luiza Nana Yoshida, em que Banana Yoshimoto e sua obra mais famosa são apresentadas aos estudiosos brasileiros. A obra, que já contava com traduções para muitos idiomas, ainda não havia sido traduzida ao Brasil (chegaria quatro anos depois, versado da tradução italiana), porém no Japão a febre do “Bananamania” ainda se mantinha. O artigo que analisa o romance *Kitchen* faz alusão à formação da autora e seu discurso moderno de que “a conquista e o amadurecimento são os registros do espírito individual” (p. 58). Segundo Yoshida essa seria a filosofia cristalizada da autora que deu origem à obra que aborda melancolia, esperança, morte e recomeço.

Em língua portuguesa temos ainda o artigo de Laurence Leclercq (2006), que consta nos Anais do XVII Encontro Nacional de Professores Universitários, de Língua, Literatura e Cultura Japonesa e IV Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil, com o título de “As mulheres na produção literária japonesa contemporânea: uma atuação de destaque”. O artigo, conforme sugere o título, traz a apresentação e breve análise de várias autoras contemporâneas japonesas, que possuem uma produção de destaque ao redor do mundo, com adaptações para cinema, televisão e muitas traduções, uma das quais é Banana Yoshimoto. Segundo Leclercq (2006), as personagens de Banana Yoshimoto,

[...] embora suas heroínas sofram de solidão, sempre há esperança. A literatura de Yoshimoto fala de desencanto, não de desespero. Ela lança mão de temas tradicionalmente usados no Japão, como os fantasmas ou acontecimentos sobrenaturais, por exemplo, ao mesmo tempo em que conta histórias altamente contemporâneas (2006, p. 242).

As autoras apresentadas pela pesquisadora não reivindicam mudanças nos antigos modelos por não pertencerem à geração femi-

nista, contudo, “denunciam o vazio da perda de referências de uma juventude ociosa, consumista, desencantada, [...] e o paradoxo da sociedade contemporânea” (p. 245).

Em 2013, na revista de *Estudos Japoneses*, propomos uma breve discussão, com o título de “Reflexões sobre a literatura contemporânea em sala de aula: da tradução ao ensino comunicativo da língua”, sobre o uso da literatura contemporânea japonesa no ensino de língua, em que citamos o romance *Kitchen* como exemplo desse uso. Ainda sobre o romance *Kitchen* publicamos os artigos “Amor e transgressão de gênero em *Kitchen*, de Yoshimoto Banana” (2014), nos Anais do VI Colóquio Mulheres em Letras Literatura e Diversidade – UFMG. Em 2018, na revista de *Estudos Japoneses*, publicamos o artigo que tem como título “A escrita feminina japonesa: um breve panorama das produções clássicas às contemporâneas”, em que, ao focalizarmos apenas as produções de autoria feminina, trazemos além de *Kitchen*, *Tsugumi* como outra obra representativa da produção de Banana Yoshimoto traduzidos para a língua portuguesa de Portugal, sendo apresentados e analisados. Baseando-nos em nossa pesquisa de doutorado publicamos na revista *Ipotesi* (2019) uma breve apresentação e análise dos contos da coletânea “América Latina: Traição e outras viagens” (2000), sob o título “Entre Memória e Viagem, Tradição e Contemporaneidade: Proposta de leitura para 'América do Sul: Traição e outras viagens' (*Furin to Nanbei- Sekai no Tabi* 3), de Banana Yoshimoto”, onde apresentamos a coletânea e temáticas abordadas pela autora, assim como as possíveis conexões com a literatura clássica japonesa do século XII.

De Malas Prontas

Conforme pudemos observar, os estudos sobre a produção de Banana Yoshimoto giram em torno, principalmente, de seu romance de estreia, dando talvez a falsa impressão de que a autora não mais publicou desde a década de 1980. Por isso, vale mencionar não apenas a pesquisa sobre a obra da autora para ratificar sua imensa produção, mas também o valor literário que esta possui. Em nossa pesquisa de doutorado escolhemos a coletânea de contos *América Latina: Traição e Outras Viagens* (2000) pela forma como a autora constrói a narrativa, mesclando temas atuais à estrutura clássica dos diários de viagens, datados do século XII no Japão.

Embora as narrativas sigam o fluxo de um diário de memórias, no qual para os sete contos as sete narradoras contam suas memórias durante uma viagem à América Latina, não existe a marcação de entrada de datas e nem os nomes dessas narradoras são citados. Banana Yoshimoto traz para a estrutura moderna dos contos curtos o modelo do narrar para falar de si mesma, assim como faziam as damas da Corte de Heian, ao criarem uma escrita para suas próprias narrativas, dando origem ao gênero *Monogatari* (“narrativas”) e *Nikki Bungaku* (“literatura de diários”).

Da seleção de contos de Yoshimoto, apresentamos aqui o enredo do quarto conto da coletânea: *O Plátano* (*Puratanasu*, 2000), em que a narradora, uma moça de trinta e sete anos, casada com um homem mais velho, vai passar sua lua de mel na cidade de Mendoza, Argentina. Durante a viagem, a narradora se dá conta de que, apesar da diferença de mais de vinte anos, ela tem melhor entrosamento com o marido do que com seus namorados antigos. Rememora as desavenças que teve com a família do marido, no Japão, devido ao seu casamento, visto que, segundo a irmã mais nova de seu marido, ela teria se casado com ele apenas para se beneficiar de seu dinheiro. A narradora, que renunciou à fortuna do marido em testamento, buscava se aproximar da cunhada por meio dessa atitude. Durante

sua estadia em Mendonza, o casal vive dias de tranquilidade, longe da correria da cidade grande e das cobranças da família e amigos. Passam os dias passeando pela cidade e observando a grande árvore em frente ao hotel, um Plátano, que faz alusão às memórias familiares da moça. Em meio às memórias da narradora, retornamos ao Japão em um momento no qual ela convida a cunhada para irem juntas ao Festival de Fogos de Artifício, no verão. Após assistirem à queima de fogos, as duas vão juntas comprar *takoyaki* e, ao caminhar de volta para casa, se deparam com uma árvore grande no parque; a cunhada sugere sentarem-se ali para comer os bolinhos. Embora a narradora desejasse levar os bolinhos para o marido que ficara em casa, com gripe, ela permite-se, assim como em Mendonza, aproveitar o momento a sós com a irmã do marido, a fim de criarem um momento só delas, buscando construir uma amizade sólida. Para ela, o plátano simbolizaria a força da amizade capaz de enlaçá-las.

Embora a crítica literária não afete diretamente a produção da autora, que claramente escreve com um público leitor em mente, julgamos apropriado, nesse momento em que a produção de autoria feminina representa a voz da mulher na sociedade atual, propormos a análise de uma escritora contemporânea simbolizando o rompimento do silêncio feminino estabelecido por normas da crítica literária criadas por e para homens. Nas palavras de Audre Lorde, em seu ensaio “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, se não falamos de nossa história, de nossas memórias e consequentemente de nossas dores por nós mesmas, “a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não. Podemos ficar eternamente caladas pelos cantos enquanto nossas irmãs e nós somos diminuídas, [...] e ainda assim nosso medo não será menor” (2019, paginação irregular). Dessa forma, ao propormos a observação da produção de Yoshimoto, mais do que a valorização das obras da autora, estabelecemos uma perspectiva analítica para a produção

de autoria feminina.

No Brasil, Yoshimoto tem dois romances traduzidos: *Kitchen* (1995), pela Editora Nova Fronteira, e *Tsugumi* (2015), pela Estação Liberdade. Embora no Japão ambos os romances tenham sido publicados com apenas um ano de diferença, a tradução para a língua portuguesa tem um vácuo de aproximadamente 10 anos, dando a falsa impressão ao leitor que a autora tenha parado de escrever na década de 1980 e que suas obras continuam girando em torno da vida adolescente das moças da mesma época, o que é um pensamento equivocado. A sua última obra *Fonte de Histórias Misteriosas – Episódio 2 Donburi (Fukiage Kitan - Dani Banashi Donburi, 2019)*, traz histórias de terror e suspense, que se passam à beira mar. O título da obra em língua japonesa (*Fukiage*) também faz referência ao nome do *serial killer* Sataro Fukiage (1889–1926), que assassinou sete mulheres e violentou outras tantas. Nos contos, uma menina busca encontrar respostas, agindo como detetive, para as mortes acontecidas em uma bela cidade turística. Na coletânea a autora também reverencia uma de suas influências literárias, o escritor estadunidense Stephen King.

Adaptação para o cinema: Tsugumi

Retornando a um dos seus romances mais antigos, *Tsugumi* (1989) aborda fatos para além da perspectiva de Maria, a narradora do romance, que descreve seu último verão ao lado dos tios e das primas Tsugumi e Yoko, sob uma visão mais melancólica e delicada da mudança dos tempos em uma nova sociedade que se estabelecia. A autora manteve como enredo a vida adolescente, ainda em desenvolvimento e transformação, frente à morte súbita, que pode atingir qualquer um. A protagonista do romance, embora jovem e ávida por viver, tem uma saúde frágil e vive no limite entre a vida e a morte

diariamente e, embora cercada de cuidados pelos familiares, responde a todos com violência e crueldade. Sua prima, Maria, a narradora do romance, vive com sua mãe e os tios (os pais de Tsugumi) e a prima Yoko, irmã mais velha, em uma pequena pousada litorânea, que é o sustento e negócio da família.

O pai de Maria vive em Tóquio, longe da família devido a um casamento do qual não havia conseguido se separar, pois naquele momento no Japão o divórcio só era possível em caso de separação consensual, e se o marido pagasse uma taxa para a esposa, uma espécie de multa de divórcio. No momento em que a trama é narrada, após anos de acordos malsucedidos, o pai de Maria consegue se divorciar da primeira esposa, e pode finalmente viver com a segunda família, trazendo-as para Tóquio e podendo oferecer à filha a chance de estudar em uma universidade reconhecida. É nesse momento de transição e despedida de várias fases e vivências – o primeiro amor, a cidade da infância, o lugar em que as meninas foram criadas, pois a família decide fechar a pousada por não ter mais a ajuda de Maria e de sua mãe – que a obra se desdobra em profundas reflexões sobre o processo de formação dos jovens japoneses da década de 1990, e em especial das mulheres.

A pousada familiar, conhecida como *ryōkan* em japonês, remete a uma tradição familiar passada de pai para filho. O conceito do *ryōkan* perpassa desde a arquitetura do edifício com divisórias em *fusuma*, quartos com tatame e banhos em banheiras com águas termais, vindas de fontes aquecidas por vulcões próximos a esses prédios, até formas de servir, em que os hóspedes são servidos em seus quartos, por empregados vestidos tradicionalmente, com chás e pratos típicos da região e da estação do ano. No romance, a autora reforça a ideia de que a atividade principal dessa família está ligada, no seu dia a dia, à tentativa quase hercúlea de fazer a tradição permanecer viva na contemporaneidade, o que se mostra impossível. As

dificuldades aparecem não somente no meio de vida, na labuta diária, mas no processo de transformação da sociedade que, embora lento e imperceptível para os olhos estrangeiros, causa reviravoltas profundas em várias gerações.

Ao final do romance, como vingança sobre um grupo de rapazes que mataram seu cachorrinho de estimação, Tsugumi resolve cavar um buraco para enterrar os jovens. É encontrada desfalecida dentro da cova que teria feito para seus inimigos. Às pressas é levada para o hospital, e enquanto Tsugumi recebe tratamento, Maria precisa retornar à rotina em Tóquio. O verão das primas termina de forma brusca.

O título da obra faz também uma alusão a essa mudança de ares, pois *tsugumi* é o nome em japonês dado ao tordo escuro, um pássaro comumente encontrado em países do leste asiático. O pássaro, uma espécie de pequeno pardal, embora pareça frágil, ano após ano retorna na primavera japonesa. São aves fortemente migratórias, que sobrevoam desde a Índia, China e países vizinhos. Sendo assim, não é à toa a escolha do nome da protagonista ser a um de pássaro frágil aos nossos olhos, mas que consiga voar por longas distâncias.

Jun Ichikawa, embora já houvesse dirigido filmes premiados como *Bu-su* (1987) e *Kaisha Monogatari: Memories of You* (1988), escolheu *Tsugumi* para sua primeira obra adaptada de um romance. Assim como em seus outros filmes, a trilha sonora foi produzida por Bun Itakura, que já havia participado dos outros premiados filmes do cineasta, em que mesclava jazz ao enredo dos filmes. Em *Tsugumi* não é diferente: a ambientação de verão em uma pequena cidade litorânea (a obra foi filmada em várias ilhas do sul do Japão), somada a uma trilha sonora suave com entremeios de suspense, reforçam a melancolia do “último verão” em família, do “último verão” adolescente de Tsugumi. Após o sucesso do filme, que ganhou vários prê-

mios, entre os quais nas categorias melhor atriz para Riho Makise que interpreta Tsugumi, e melhor atriz coadjuvante para Tomoko Nakajima no papel de Maria, no Festival de Cinema de Yokohama, e prêmio de melhor direção pelo Jornal *Hôchi*, para Jun Ichikawa, o diretor também adaptou para o cinema o conto de Haruki Murakami “Tony Takitani”, em 2004.

O *casting* principal traz a atriz Riho Makise, que acabava de vencer uma competição promovida por uma agência de atores, mas nunca havia atuado no cinema, e Tomoko Nakajima, que, embora já houvesse estreado no cinema, havia feito apenas uma “ponta” no filme *Tokei - Adieu l'hiver* (1986), de Sô Kuramoto. A atuação em “Tsugumi” rendeu a Riho Makise o prêmio de melhor atriz iniciante da Academia Japonesa de Cinema, em 1991, e a Tomoko Nakajima (Maria), o prêmio de melhor atriz coadjuvante no 12º Festival de Cinema de Yokohama, em que Riho também ganhou prêmio de melhor atriz iniciante, em 1991.

A obra filmográfica, a nosso ver, ressalta a força feminina por vezes vista apenas pelo viés ocidental como mulheres submissas e frágeis. Tanto no romance como no filme o foco são as mulheres e como elas lidam com as mudanças naturais e necessárias da vida, entretanto, acreditamos que no filme, talvez por conta da forma como o diretor dispõe a câmera e com o auxílio da trilha sonora, podemos depreender uma profundidade maior da protagonista e das mulheres que a rodeiam. Embora o diretor mantenha o enredo do romance, Tsugumi deixa de ser apenas a menina mimada por causa de sua saúde frágil e passa a ser vista como a adolescente que cansa de ser cercada e “sufocada” com tanta proteção dos pais, lutando por ser aceita como é, não por suas faltas (saúde, por exemplo), mas por seu espírito livre, como o pássaro a que seu nome faz referência. No enredo do texto literário, é o primeiro amor que Tsugumi nutre por Kyoichi,

um rapaz da capital que vem passar as férias de verão no litoral, que a liberta das “amarras da família”. No filme, esse romance não é o mote da obra, mas ressalta uma mudança natural da vida infantil para a juventude de qualquer indivíduo.

Maria, prima de Tsugumi e narradora do romance, que por vezes representa a voz de lucidez e seriedade da juventude, na adaptação de Ichikawa se revela uma jovem mais leve, que sente medo da nova vida que viverá na capital, longe de seu espaço de conforto e tranquilidade. Os medos da adolescência são mais claros na personagem fílmica. Outra personagem, que a nosso ver mais se destaca na tela, se comparamos ao romance, é a irmã de Tsugumi, Yoko, interpretada pela atriz Yasuyo Sarashima, que já havia trabalhado com o diretor em “Bu-su”. No romance, enquanto a personagem é apenas alvo das crueldades da irmã mais nova, no filme sua figura se iguala ao protagonismo da prima e da irmã, visto que suas mudanças pessoais também são evidenciadas.

Assim, mais do que apenas uma “cópia” literal do enredo de Banana, Jun Ichikawa, permite em sua obra observarmos não apenas as mudanças naturais da adolescência, no corpo e na mente, mas também na sociedade japonesa, principalmente para as mulheres. No filme, todas as mulheres não apenas são independentes dos homens financeiramente, mas também psicologicamente. Suas vidas não giram em torno deles; mesmo a mãe de Maria, que passou a vida sendo a “outra”, vista talvez como uma mulher dissoluta, pois teve uma filha e mantinha um relacionamento com um homem casado, além de não ter sido expulsa do seio familiar, é vista como persistente, pois, apesar da distância do marido, não desistiu do relacionamento, e não se envergonhava dele. O que ressalta a modernidade dos temas tratados nos romances de Banana é a problematização de assuntos que, embora pareçam banais (e, de fato, não deixam de ser), ainda são tabus na

sociedade, como a questão do divórcio e dos relacionamentos extra-conjugais, como é o que acontece com os pais de Maria. Em nenhum momento as personagens servem ao cunho moralista, ao contrário, elas são a personificação dessa nova sociedade que se desenhava.

O filme, ao ressaltar essa independência feminina alcançada ao longo das décadas, reflete a mudança social que vivia o país, com mais mulheres estudando e trabalhando fora, uma perspectiva menos estereotipada da mulher japonesa, que, assim como no ocidente, precisou lutar por seus direitos básicos. Enquanto a obra por vezes mantém o foco apenas nas transformações adolescentes, a visão de Ichikawa vai além, delineando toda uma transformação social. A obra de Banana Yoshimoto, considerada como um todo, é uma representação detalhada de vários níveis de mudanças na sociedade. Tal qualidade a levou direto para a preferência do público leitor: desde o início do século XX uma escritora não era tão ou mais popular que um escritor. Dessa forma, *Tsugumi* – o filme, a nosso ver, enquanto entremeia a melancolia e delicadeza, tão comuns nos filmes orientais, fontes de atrativo para os espectadores ocidentais, aborda questões mais profundas da sociedade japonesa e provoca o público que se vê representado na tela.

Outro enfoque que tanto o romance quanto o filme ressaltam é a relação das mulheres com o mar, principalmente para quem vive ou viveu em um país rodeado pelo mar. Em várias cenas do filme notamos como essa relação com a água é evidenciada por meio dos diálogos, que relembram o passado de Maria e das primas vivendo na antiga pousada, ou ainda na liberdade em se vestir e agir, que Maria não tem mais ao viver na capital. Assim como o passarinho, que voa livre e não é percebido na grande cidade, Maria se sente distante de seu espaço de liberdade. O mar não é só o mar em si, mas no início do filme ele representa o mar de gente da cidade, o mar de prédios, o

mar de mudanças. No meio dessa imensidão, Maria, que possui um nome comum no ocidente, se perde em meio a tantas ondas, envolta em tanto mar de mudanças. Para se reencontrar, ela vai para o mar profundo, ou o Japão pouco conhecido dos ocidentais, longe das luzes de neon e da tecnologia: o seu recanto íntimo, o seu *furusato* em japonês, que, mais do que cidade natal, pode representar lugar de início de si mesmo, o seu interior.

O mar sendo representado como a única ligação da grande cidade com a pequena vila litorânea é ressaltado no filme com os movimentos que a câmera faz, nos levando para dentro e depois para fora da cidade, até o porto, e do porto até o povoado litorâneo onde vive Tsugumi. Podemos dizer que essa maneira como a câmera é posicionada, nos levando em movimentos como a onda do mar, faz referência ao íntimo do Japão, pouco lembrado ou já esquecido – engolido pela grande cidade, que olha com desprezo para as comunidades que ainda vivem da pesca, em contraposição aos grandes navios e mercado de peixe, ou vê os jovens dos lugares pequenos como menos felizes por estarem longe dos grandes centros. A grande reflexão proposta, com esse jogo de imagens, é percebermos que dentro de nós ainda temos resquícios da nossa cidade natal, do nosso “interior” (longe da cidade) e que isso precisa ser mantido. A melancolia é propiciada por cenas defronte ao mar, com a praia ao fundo, e tardes ensolaradas de despedida, enfatizando uma visão nostálgica do diretor quanto à adolescência, e uma posição crítica diante da sociedade da grande cidade que não tem tempo para perceber essas pequenas mudanças propiciadas pela natureza, pois já se encontra envolvida pelo universo capitalista de grandes arranha-céus e tecnologia.

De acordo com a obra cinematográfica, enquanto a cidade e a sociedade japonesa caminham e correm, a pequena sensibilidade permanece no cerne daqueles que ainda têm tempo de olhar e lembrar

a sua juventude, como o passarinho que voa longas distâncias. Tsugumi é a impulsividade juvenil e Maria é a inquietude do mar que, de certa forma, em todos nós habitam.

Conclusão

Dos muitos trabalhos e traduções aqui apresentados, nossa perspectiva sobre a produção de Yoshimoto chama a atenção para a originalidade e linguagem única da autora. Em meio a tantas dificuldades que a figura feminina encontra diante da sociedade, ela ainda consegue contar a sua própria história, à sua maneira. Apesar de os estudos sobre a produção da autora girarem em torno de seus primeiros romances publicados, notamos, por meio da quantidade de traduções das obras de Banana Yoshimoto, como continuam despertando leitores ao redor do mundo. Por isso, nossa proposta com esse trabalho foi principalmente apresentar um recorte maior dos trabalhos da escritora, assinalando as pesquisas em desenvolvimento, reiterando a qualidade de produções contemporâneas femininas, não por serem parte de uma minoria ainda não tão aceita pelo cânone crítico, mas por conseguir levar a cultura japonesa por outra perspectiva para um público que se conecta, muitas vezes, pela memória coletiva e individual.

Referências bibliográficas:

AOYAMA, Tomoko. The Girl, the Body, and the Nation in Japan and the Pacific Rim: Introduction. *In: Asian Studies Review*, vol. 32, 2008 – Issue 3, pp. 285–292.

FRASER, Lucy. Reading and retelling girls across cultures: mermaid tales

in Japanese and English. In: **Japan Forum**, vol. 26, 2014, Issue 2 – Geographies of Childhood, pp. 246–264.

HAGA, Michihiko. A Recepção de Banana Yoshimoto na América - Traduzibilidade da Cultura Feminina (Amerika ni Okeru Yoshimoto Banana no Juyô – Shôjo karuchâ no hôn'yaku kanôsei). In: **Pesquisas de Literatura Comparada da Universidade de Chiba** (Chiba Daigaku Hikaku Bunka Kenkyû) (1) Chiba: Chiba University, 2013, pp. 89–121.

ICHIKAWA, Jun. **Tsugumi**. Tóquio: Shochiku-Fuji Company, 1990.106min.

KAWASAKI, Kenko. The Climate of the Girl in Yoshimoto Banana, Trad. Tomoko Aoyama e Barbara Hartley. In: AOYAMA, Tomoko & HARTLEY, Barbara (org.). **Girl Reading Girl in Japan**. Londres: Routledge, 2010, pp. 50–63.

KELLERMAN, Robert. A Room of Her Own in Banana Yoshimoto's *Kitchen*. In: **Pacific Asia Inquiry**, Volume 1, Number 1, 2010, pp. 54–63.

LECLERCQ, Laurence. As Mulheres na Produção Literária Japonesa Contemporânea: Uma atuação de destaque. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa** (ENPULLCJ), São Paulo: USP – Casa de Cultura Japonesa, 2006, pp. 239–255.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: **Irmã Outsider**. Trad. Stephanie Borges. 1ª. ed. por 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (E-Book).

MURAKAMI, Fuminobu. Yoshimoto Banana's feminine Family. In: **Post-modern, feminist and postcolonial currents in contemporary Japanese culture**. New York: Routledge, 2005, pp. 58–94.

WATANABE, Yoshiaki. A Coexistência da "leveza" e do "peso"- O produto da mente jovem de Yoshimoto Banana (1). In: **Gakuen / Boletim do Corpo Docente das Ciências Humanas**, nº 761, Tóquio: Showa Women's

University, 2004, pp. 137–143.

YOSHIDA, Luiza Nana. *Kitchin* e o Fenômeno Banana. In: **Revista de Estudos Japoneses**, n° X, São Paulo: USP – Casa de Cultura Japonesa, 1990, pp. 57 – 68.

YOSHIMOTO, Banana. **Kitchen**. Trad. Julieta Leite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

YOSHIMOTO, Banana. **Tsugumi**. Trad. Lica Hashimoto. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

YOSHIMOTO, Banana. Hachi Honey. In: **Furin to nambei** – Sekai no tabi 3 (Traição e América Latina – Viagem ao mundo parte 3 [literalmente]) - Tóquio: Gentosha, 2000.

CAPÍTULO 8

O OUTRO, O ALIENÍGENA E A MÍDIA JAPONESA

Janete Oliveira

A reportagem “Pós-apocalipse: por que o Japão está se preparando para contatos com OVNIs”, da jornalista Juliana Sayuri, atualmente radicada na cidade de Toyohashi (província de Shizuoka) no Japão, cita um objeto avistado em 17 de junho de 2020 nos céus da região de Sendai, na província de Miyagi, cuja propriedade e uso foi prontamente negada pela Agência Meteorológica do Japão. Juliana cita também uma bola de fogo que iluminara o céu da região de Kantô (onde se localiza a capital, Tóquio), que, depois, descobriu-se ser o rastro de um meteorito. Mas o fato é que, como a jornalista relata, o Japão mantém os olhos voltados para os céus, tanto que o Ministério da Defesa do Japão decidiu traçar protocolos para lidar com discos voadores. Juliana evoca a palavra *bôtsai* (= prevenção de algum prejuízo resultante de um desastre natural) pensando na cultura que os japoneses têm de se antecipar a possíveis desastres, uma vez que o arquipélago tem um longo histórico de terremotos, tufões, entre outros fenômenos naturais causadores de grandes prejuízos materiais e humanos.

Tomando este acontecimento como ponto de partida para nossa discussão, este capítulo pretende seguir um rumo diferente da temática da precaução, prevenção, e ressaltar a representação midiática das visitas de habitantes de outros planetas ou satélites ao Japão e quais seriam as influências numa aparente tradição de lidar com o “outro” num arquipélago que nunca foi “formalmente invadido”, a exemplo de outros países asiáticos colocados sob o domínio e regras

de outra nação, e um país que também se orgulha de uma homogeneidade do seu povo. Propõe-se aqui a questão da relação aparentemente paradoxal com o “outro”, através da metáfora do alienígena, analogia também encontrada no ocidente, como citaremos mais adiante. Podemos traçar o desenvolvimento dessa trajetória começando na literatura com o *Conto do Cortador de Bambu* (*Taketori Monogatari*), como o citado em artigo de nossa autoria em julho de 2017 na revista eletrônica de jornalismo científico *ComCiência*, seguindo pela lenda/narrativa de *Utsuro Bune* e chegando às representações no cinema e na animação japonesa. Essa alegoria do extraterrestre difere frequentemente da ocidental, o que pode revelar aspectos interessantes sobre essa relação com o estranho e, talvez, pensar sobre uma possível distopia que esse contato traria ao caso ocidental e japonês.

A narrativa de *Utsuro Bune* aparece como um registro que antecede o “primeiro ano do UFO” o que, pelos registros americanos, seria em 1947 (23 de junho, especificamente) no estado de Washington perto do monte Rainier, na costa oeste. A história em questão, conforme narra Shôichi Kamon⁷² no livro *The Mystery of Utsuro-Bune: Ancient UFO Encounter in Japan?*, é uma lenda que data do início do século XIX (1803), ainda no período Edo, e traz uma riqueza de detalhes sobre esse “encontro” com o estrangeiro antes mesmo de se cogitar vida extraterrestre e mesmo o advento das teorias alienígenas. Como Kamon também sugere, as narrativas têm influência das tecnologias disponíveis no período, pois não podem imaginar algo do qual não têm referência, o que daria um tom mais fantasioso, uma vez que as descrições dos OVNI's acabavam sendo uma metáfora das

⁷² Professor de engenharia da universidade Kunitachi e envolvido com fenômenos paranormais, conselheiro-chefe de ciência e tecnologia e pesquisador da lenda *Utsuro Bune* há mais de 10 anos.

aeronaves já existentes à época. Por isso a existência da narrativa japonesa ganha mais destaque na argumentação do pesquisador.

Portanto, as pessoas poderiam basear sua imaginação nas informações acima, ou seja, uma combinação do dirigível GrafZeppelin e o planador de Otto Lilienthal. Em 1897, as pessoas não podiam imaginar que uma nave do mundo exterior seria em forma de disco ou esférica. Este exemplo mostra que a imaginação humana é fortemente afetada pela tecnologia da época (KAMON, 2019, p. 19).⁷³

Por conta disso, a lenda surpreende exatamente pelo desconhecimento dos povos da época sobre o imaginário de discos voadores que povoam a mente da contemporaneidade e pelas repercussões literárias/folclóricas, da qual falaremos mais adiante, que os símbolos impressos na narrativa nos dizem sobre o contato com o “outro” na tradição japonesa.

Surpreendentemente, alguns registros em materiais literários japoneses antigos descrevem eventos que ocorreram muito antes dos incidentes UFO. Esses registros parecem ser mais persuasivos em comparação com a evidência desleixada fornecida pelos exemplos anteriores neste capítulo. Um deles é o artigo intitulado *Utsuro-bune no Banjo* (“Uma mulher estrangeira no barco vazio”) no livro *Toen Shosetsu* (“Romances no jardim do coelho”) editado e publicado em 1825 por Bakin Takizawa, um famoso escritor do período Edo (figura (A) no capítulo de introdução). Outro é o artigo intitulado *Utsuro-bune no koto* (“Sobre o Barco Oco”) no livro *Umeno Chiri* (“Poeiras de Ameixa Ja-

⁷³ Therefore, people could base their imagination on the above information, that is, a combination of GrafZeppelin airship and the glider of Otto Lilienthal. In 1897, people could not imagine that a craft from the outer world would be disk shaped or spherical. This example shows that the human imagination is strongly affected by technology of the time.

ponesa”), publicado em 1845 por Matajiro Nagahashi, sobre o qual pouco se sabe (foto (B) no capítulo de introdução) (KAMON, 2019, p. 20).⁷⁴

O livro de Kamon traz à baila uma discussão sobre o estrangeiro que, na contemporaneidade, evoca esse imaginário “alienígena” presente nessa narrativa da literatura japonesa, registrada em variados documentos, como o autor aponta durante o livro e vamos listar adiante.

No entanto, estamos surpresos que as imagens apresentadas em *Toen Shosetsu* e *Utsuro-bune* mostrem algumas estruturas que se parecem muito com os OVNI's modernos. Particularmente, a ilustração em *Umeno Chiri* mostra uma espécie de anel em torno de um recipiente esférico. A estrutura desta nave é definitivamente semelhante à dos OVNI's em forma de Saturno frequentemente relatados nas lendas modernas de OVNI's (KAMON, 2019, p. 21).⁷⁵

Por que um relato da descoberta de uma estrangeira dentro de um barco causaria tanto interesse? Observando as imagens de diferentes manuscritos da época, como o da figura a seguir que cita o incidente, pode-se perceber claramente como o objeto/barco que

⁷⁴ Surprisingly, some records in ancient Japanese literary materials describe events that occurred long before UFO incidents. These records seem to be more persuasive compared with the sloppy evidence provided by the previous examples in this chapter. One is the article titled *Utsuro-bune no Banjo* (“A foreign Woman in the Hollow Boat”) in the book *Toen Shosetsu* (*Novels in the Rabbit Garden*) edited and published in 1825 by Bakin Takizawa, a famous writer of the Edo Period (picture A) in the introduction chapter). Another is the article titled *Utsuro-bune no koto* (“Concerning the Hollow Boat”) in the book *Umeno Chiri* (*Dusts of Japanese Plum*), published in 1845 by Matajiro Nagahashi, about whom little is known (picture B) in the Introduction Chapter).

⁷⁵ However, we are surprised that the pictures presented in *Toen Shosetsu* and *Utsuro-bune* show some structures that resemble the modern UFOs very closely. Particularly, the illustration in *Umeno Chiri* shows a kind of ring around a spherical vessel. The structure of this vessel is definitely similar to that of the Saturn-Shaped UFOs often reported in modern UFO legends.

teria trazido a estrangeira à costa japonesa assemelha-se à descrição contemporânea dos OVNI.

Figura 1: *Utsuro Bune*.⁷⁶



Fonte: Arquivo Nacional do Japão – Imagem do registro Hirokata Zuihitsu.

Quais seriam os documentos que comprovariam o incidente da “mulher estrangeira do navio fantasma”? Ao longo de vinte e três capítulos, Kamon aponta os indícios da veracidade ou não da lenda através de referências aos seguintes documentos: *Toen Shōsetsu*, *Hirokata Suihitsu*, *Umeno Chiri*, *Funabashi Print*, *Ōshuku Zakki*, *Hyoryūki*

⁷⁶ Imagem em domínio público. Disponível em: http://www.archives.go.jp/exhibition/summer_15.html. Acesso em: 19 jan. 2021.

-shû, *Gaikoku Hyoryû Zensho*, *Mito document*, *Hitachi document*, *Yaji-kita document*, *Banke document*, *Inoke document*. Segundo Kamon, as duas primeiras obras citadas (*Toen Shôsetsu* e *Hirokata Zuihitsu*) são as duas mais conhecidas na literatura, inclusive *Toen Shôsetsu* foi editada por Bakin Takizawa (1825), o primeiro novelista profissional famoso no Japão. Bakin é o autor da famosa obra *Nansô Satomi Hakkenden* (*Lenda dos oito heróis cachorros do clã Satomi de Nansô*). Essa obra conta com quatorze volumes ao todo e o artigo sobre *Utsuro Bune* encontra-se no volume dez do conjunto. Em cada manuscrito as versões diferem entre si, mas a história base narra a chegada de uma bela jovem alva, com feições estrangeiras (uma vez que eram diferenciadas dos habitantes locais), longos cabelos negros e dentro de um barco de formato esférico, cujo interior continha caracteres de uma língua estranha aos japoneses, alguma comida e a mulher, que carregava uma caixa da qual não se separava. Ao final, os locais a mandam de volta para o mar, acreditando ser uma princesa estrangeira que fora banida de seu próprio país.

A narrativa de *Utsuro Bune*, que significa “navio/barco vazio ou fantasma”, pois *utsuro* é vazio e *bune* (com a sonorização de *fu*) significa “barco ou navio”, tem crescido na categoria de “lenda”, conforme cita Kamon referindo-se ao folclorista Kunio Yanagita. Este publicou um artigo intitulado *A discussion about Utsuro-bune* em 1925. Baseado nessa análise de Yanagita, o folclore de *Utsuro Bune*, segundo Kamon, teria passado de geração em geração em várias regiões do Japão, especialmente na região oeste do país.

Folclore ou mitos semelhantes podem ser encontrados em todo o mundo, como a história da arca de Noé. Diz-se que a origem de *Utsuro-bune* pode ser rastreada até a antiga memória nacional da imigração japonesa. Nos tempos antigos, as pessoas imigraram para as ilhas japonesas de várias partes da Ásia usando abrigos ou barcos. Depois de chegar a uma ilha japonesa, algumas famílias dominantes criaram o folclore com base

na memória e mito nacional para reforçar a legitimidade política de seu governo (KAMON, 2019, p. 45).⁷⁷

A história típica do folclore seria a de alguém que teve como ancestral uma mulher nobre estrangeira que viajava pelo mar de barco. Kamon cita que “No folclore, um barco (abrigo) foi chamado de *Utsuro-bune* ou *Utsubo-bune*. *Utsuro* significa ‘vago’ ou ‘oco’, enquanto *Utsubo* se refere a uma espécie de saco de flechas oco guardado pelos samurais no Japão antigo” (KAMON, 2019, p. 45)⁷⁸ Então, a tradução de *Utsuro Bune* também pode ganhar nuances diferenciadas dependendo da localidade.

As conclusões de Yanagita que o fazem sugerir que a história não seria verdadeira seriam as seguintes, citadas por Kamon (2019, p. 45):

- (1) Como as pessoas tinham ouvido histórias semelhantes em outros lugares porque havia sido transmitido por gerações em diversos folclores convencionais, as pessoas tenderiam a acreditar com mais facilidade;
- (2) Nenhuma língua estrangeira à época era similar aos caracteres apresentados no barco da mulher estrangeira;
- (3) A história tinha como desfecho o envio da mulher estrangeira de volta ao mar, logo não havia como confirmar a sua veracidade;

⁷⁷ Similar folklore or myths can be found throughout the world such as the story of Noah's ark. It is said the origin of *Utsuro-bune* can be traced back to the ancient national memory of Japanese immigration. In ancient times, people immigrated to the Japanese islands from various parts of Asia by using dugouts or boats. After arriving at a Japanese island, some dominant families created the folklore based on the national memory and myth in order to bolster the political legitimacy of their rule.

⁷⁸ In the folklore, a boat (dugout) has been called *Utsuro-bune* or *Utsubo-bune*. *Utsuro* means “vacant” or “hollow” while *Utsubo* refers to a kind of a hollow-type bag arrows were kept by the samurai in old Japan.

(4) As características físicas da mulher eram similares às demais mulheres brancas ocidentais. E, naquele período, os japoneses sentiam tanto medo quanto interesse em países ocidentais tais como Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Yanagita então aponta aqui uma leitura de certa forma mítica desse contato com um “outro”, uma vez que é uma leitura que privilegia leituras regionais de um contato com povos estrangeiros que, de fato, estava acontecendo, como menciona Kamon sobre invasões ao Japão por volta de 1800, e, por isso, a inferência sobre Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Embora haja essa discussão suscitada pelo inusitado do formato do “barco” nos documentos da narrativa em questão, ela não é objeto principal deste capítulo para debater ou aprofundar especificamente sobre a existência ou não de OVNI/UFOs ou sobre a veracidade da história de *Utsuro Bune*, mas sim como a literatura japonesa nos traz esse contato com o “outro” muito antes da narrativa ocidental e como uma relação paradoxal de medo e, ao mesmo tempo, uma curiosidade acolhedora foram transportadas para a representação midiática desse alienígena em animações e filmes.

Essa aproximação é feita também no cinema americano, com outros enfoques. Lindsay Ellis, cineasta e crítica de cinema, no seu texto *O conceito de representação do ‘outro’ em alienígenas no cinema sci-fi* (2020), tem sua análise corroborada por uma matéria de Guilherme Barros no jornal *A Gazeta do Povo*. Guilherme cita o professor João Eduardo Hidalgo⁷⁹, que diz: “Os alienígenas são uma representação clássica do desconhecido” e ainda “Nos filmes esse outro pode vir do espaço, mas no mundo real ele vem de outro país, religião, raça ou cultura” (BARROS, 2016). Também na lista de alguns filmes que o

⁷⁹ Professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp.

jornalista apresenta (quinze no total), em apenas quatro os *aliens* aparecem como “aliados” e nos demais como inimigo, tendência confirmada se expandirmos para um universo maior de filmes. Note-se, por exemplo, que nos casos de *E.T., o extra-terrestre* de Steven Spielberg, a figura do alienígena aparece como amigável, um filme quase infantil que visa criar mais empatia; em *Cocoon* o ambiente também é familiar e gentil com os idosos que o protagonizam. Em *Inimigo Meu* é uma aliança forçada, longe dos olhos da sociedade e constrangidos a conviver no mesmo planeta. Também em *Transformers* (que começou como uma franquia de brinquedo da empresa Hasbro), o estereótipo é de um grupo de heróis alienígenas, mas que luta contra outros robôs malignos igualmente de fora do planeta, também mais voltado para um público infanto-juvenil. Não foge da dicotomia presente em filmes infantis e adultos do maniqueísmo entre bem e mal, algo que encontramos em filmes japoneses também como a franquia *Ultraman, Super Sentai*. No entanto, esse tipo de filme com alienígenas nos defendendo de outros alienígenas, como aliados, é raro na cinematografia americana.

Como Ellis e Barros destacam, o medo do inimigo desconhecido que, dependendo do momento, pode ser o comunismo, o islamismo, entre outros inimigos de ocasião, esse “outro” destruidor da paz e valores do grupo/ideologia dominante do país produtor da mídia pode adquirir várias nuances representadas nas telonas do ocidente. Pode ser um *Alien, o oitavo passageiro*, um *Predador* ou um *Independence Day* com alienígenas de aparências distintas da humanoide e, em sua maioria, grotesca. Em poucos casos (*ET, o extraterrestre, Cocoon, Transformers*, entre outros poucos), seres de outros planetas possuem uma aparência amigável. Há uma predisposição do mundo ocidental de incutir o medo mais intenso do “outro” que seja conveniente a uma ameaça a seus domínios. No entanto, o contraponto das duas culturas ou leituras de mundo entre, especificamente, o Japão (outros

países da Ásia apresentam um contexto diferenciado) e Hollywood que tomaremos como elemento de comparação aqui, sem passar pelo cinema europeu, aparece exatamente na relação dicotômica que Kunio Yanagita indica nos itens que tornaram a lenda de *Utsuro Bune* popular: ligações com a imigração e com a relação dúbia com os povos estrangeiros à época.

Como expusemos anteriormente, a literatura japonesa já apresentava o contato com um “outro” fora dos parâmetros terrenos. E, como já citamos, um “marco” desse pensamento “alienígena”, na cultura japonesa, está registrado na literatura na celebrada obra literária do século X que ganha ao longo dos anos uma variedade de denominações, como *O conto do cortador de bambu* ou o *Conto da princesa Kaguya* (*Taketori Monogatari/Kaguya Hime Monogatari*). Além disso, conta com versões para o cinema em que, inclusive, aparece um disco voador (diretor: Kon Ishikawa, 1987) e, mais recentemente, para o cinema de animação, dirigido pelo falecido Isao Takahata (2013). Nessa narrativa, a princesa do título era uma alienígena que vinha da lua para trazer fortuna ao pobre cortador de bambu. Contudo, essa aproximação celeste contém mais uma aproximação do divino, como veremos adiante na relação com os deuses japoneses.

A partir daí, também podemos perceber uma forte ligação da cultura japonesa com a lua, tanto que temos a lenda do coelho batendo *mochi* (bolinho com massa feita de arroz) na lua e, por conta do pó de arroz que subiria durante essa atividade, a lua seria branca. Há também um anime famoso, *Saylor Moon*, que reforça essa admiração e fonte de inspiração. Seria um primeiro “afeto” a um corpo celeste, por isso ela aparece em muitos poemas, pois no Japão, as poesias clássicas usavam sempre uma palavra representativa da estação do ano, chamada de *kigo*, tradição essa que ainda perdura em haicais. Isso se deve muito ao uso do calendário lunar até o início da Era Meiji (1868-1912), herdado da influência chinesa.

Segundo o site do escritor e professor Shin'ya Ichijô, em livros ancestrais como o *Kojiki* (“Registro de fatos antigos”) ou *Nihon shoki* (“Crônicas do Japão”), a lua adquire protagonismo como um deus da lua na mitologia xintoísta, Tsukiyomi, cujo nome também aparece na primeira coletânea de poemas japoneses, o *Man'yôshû* (“Coletânea das dez mil folhas”), além de citar também outros romances nos quais a beleza da lua é exaltada, como *Heike Monogatari* (“As Narrativas de Heike”) e *Genji monogatari* (“As Narrativas de Genji”). Temos assim uma admiração pela lua e pelos possíveis seres que nela habitem – um sentimento que já está há muito tempo na cultura japonesa –, principalmente através da literatura que serve até hoje de inspiração para produções da mídia japonesa e constituem a tradição daquele país na ficção científica.

Segundo o pesquisador de ficção científica Yasuo Nagayama (2009), a tradição literária da ficção científica pode ser rastreada a partir do século XIX, do *Bakumatsu* (últimos anos do período Edo), e acredita-se que teve início com a chegada do Almirante Perry e o contato com os artefatos industriais do ocidente. Nagayama ainda pontua que, a partir de 1959, quando começou a ser publicada a revista *SF magazine*, traçou-se um novo limite para classificar a ficção científica japonesa que, segundo ele, teria até mesmo como englobar contos históricos e clássicos, como o *Kojiki* e o já citado *Conto do cortador de bambu*, por lidarem com seres de fora do planeta. Antes, esse limite era fixado no final da guerra (1945), e tudo que podia ser classificado no gênero antes dessa data era comumente chamado de “SF clássica”. Autores como Unno Jûza e Ôshita Udaru⁸⁰, representantes dessa época, permaneceram ativos mesmo depois da guerra, e seus sucessores imediatos (Tezuka Ossamu, Kayama Shigeru, entre

⁸⁰ Unno Jûza é considerado o pai da ficção científica japonesa e Ôshita Udaru também foi um dos pioneiros do gênero, misturando aos romances de detetive que também escrevia.

outros), apesar de terem recebido influências da ficção científica estrangeira, antes disso já tinham sido fortemente influenciados pela chamada ficção científica clássica japonesa, de antes da guerra. Por este motivo, podem também ser enquadrados no conceito de ficção científica clássica, pois, mesmo sendo escrita em um período no qual o gênero ainda não estivesse definido, a ficção clássica está presente nas obras desses novos autores (Tezuka, Kayama) e trazem em si a força que recorda os autores mais antigos, de um tempo em que ficção científica ainda era um “conceito inexistente”.

No caso japonês, ainda segundo Nagayama, a ideia de ficção científica está muito atrelada ao desenvolvimento da literatura, dos romances de ficção futuristas da Era Meiji, dos romances de aventura, dos romances de detetive das eras Taishô e Shôwa, passando pelos romances científicos até chegar no renomado escritor de ficção científica do Japão Yasutaka Tsutsui, autor de livros que basearam sucessos de animação, como *A Garota que Conquistou o Tempo/Toki o kakeru Shôjo* (Diretor: Mamoru Hosoda, 2006) e *Paprika* (Diretor; Satoshi Kon, 2006). Por conta disso, a metaforização de um futuro ou da construção de “suspense” como podemos perceber no filme de Kiyoshi Kurosawa do qual falaremos mais adiante, é mais presente nas produções japonesas do que nas produções americanas, que são mais explícitas na sua intenção de criar um desconforto e medo com relação ao “outro” metaforizado na figura do alienígena.

Casos emblemáticos no que tange a símbolos alienígenas encontram uma grande representação em séries *Tokusatsu* (abreviação de *tokushu kôka satsuei* = filmagem com efeito especial), como *National Kid* (1960), *Ultraman* (1966) ou *Ultraseven* (1968) na década de 60. Destacamos principalmente a série *Ultraman*, franquia que perdura até os dias de hoje ainda com muito sucesso em contraponto a *National Kid*, personagem criado a pedido da empresa National para

divulgação dos seus produtos e fez mais sucesso no Brasil do que no próprio Japão. Mas o que é comum aos dois (*Ultraman* e *National Kid*) é o fato de os dois heróis serem alienígenas que vêm ajudar a Terra a combaterem outros alienígenas. Então, temos alienígenas do bem e do mal. Essa temática repete-se em outro gênero de *Tokusatsu* que é o *Super Sentai* (“Super Esquadrão”, em tradução livre), como *Change-man* (1985), *Flashman* (1986), entre outros títulos que perduram até os dias atuais, pois a franquia continua ativa e exitosa no Japão, mas citamos esses que tiveram grande repercussão no Brasil. Também temos a franquia *Kamen Rider* (1971), no qual o herói apresenta-se normalmente, mas nem sempre (*Kamen Rider Den-O*, *Decade*, *Wizard*), com uniforme que se parece com um inseto, muito notadamente na série *Kabuto*, cujo nome inclusive também pode significar a espécie de “besouro rinoceronte”, e defende a Terra de inimigos extraterrestres, mas todos possuem forma humana, mesmo os inimigos durante a maior parte dos episódios, até se transformarem em monstros gigantes.

Nesse primeiro momento de produção pós-guerra, os *aliens* aparecem como inimigos/invasores, mas, ao mesmo tempo, são os próprios *aliens* que tomam a frente do combate aos inimigos da terra, tendência que ainda pode ser percebida em animes atuais de sucesso, como *Dragon Ball* (1986). Isso ilustra a ambiguidade ancestral em relação a estrangeiros já registrada em contos folclóricos japoneses.

Essa é uma tendência em várias produções seja de animação ou *live action*, embora menos frequente nesse último. Contemporaneamente há muitas séries de comédia (*Level E/2011*, *Tsuritama/2012*, *Gintama/2006-2010*) nas quais há um *alien* que ajuda, fica amigo, torna-se terráqueo, apaixona-se, como no clássico *Urusei Yatsura* (1981), ou num mais recente, *Onegai Teacher* (2002). Há casos em que o alienígena vem para destruir a Terra, mas muda de ideia, ou um deles

resolve ajudar como em *Parasyte (Kiseijū, 2014-2015)*, o *live-action* do mangá homônimo, no qual um adolescente também tem que lidar com uma invasão de seres que tomam os corpos dos humanos, mas consegue um “aliado” *alien* que coexiste com ele em sua mão. Ambiguidade do que vem de “fora” atuando novamente. Talvez um mangá/anime/filme *live-action* que sintetize melhor isso seja *Inuyashiki (2017)*, pois um mecanismo alienígena cai na terra e funde-se com duas pessoas: um idoso e um jovem. O jovem quer destruir e o idoso quer salvar. A dicotomia *alien* no contexto japonês, em sua essência, não propõe enredos maniqueístas em sua maioria, mas sim uma narrativa de um embate entre os dois, como no conceito de *yin-yang*.

Temos também *Antes Que Tudo Desapareça (Sanpo suru shinryakusha, 2017)* dirigido por Kiyoshi Kurosawa, cuja menção já foi feita anteriormente, e que conta a história de três extraterrestres que tomam corpos de seres humanos para uma invasão em massa na Terra. Podemos citar também o emblemático anime (o mangá é escrito por outra pessoa e veio depois) *Evangelion (1995-1996)*, dirigido pelo celebrado e controverso diretor Hideaki Anno. Em *Evangelion*, os elementos bíblicos (anjo, o título que vem de Evangelho, cruzes, entre outras coisas) misturam-se a uma invasão alienígena que traz também os elementos de combate a eles, pois os EVAs (mistura de robôs e elementos biológicos) têm sua origem exatamente no segundo impacto causado pelos “anjos”, pois só podem ser pilotados por crianças cujas mães morreram durante esse evento. A ideia apresentada parece ser a de que não somos “outros”, e sim “os mesmos”, guardando também uma camada divina que permeia muitas das produções da mídia japonesa, o que nos propõe uma discussão sobre a conexão entre estas duas camadas de contato com o “outro”. A aparência do *alien* raramente é algo grotesco que “assuste” os espectadores como um inimigo desconhecido. Talvez, porque o “desconhecido” para os orientais, e especificamente para os japoneses, não é algo a ser temido, mas

sim algo com que conviver. É importante abrir uma rápida discussão sobre essa relação com um “outro” mundo, com o desconhecido.

Sobre essa questão, há um vasto material que aborda o assunto. Nossa tese de doutorado foi sobre, principalmente, os elementos mitológicos presentes em *A Viagem de Chihiro* (2001) de Hayao Miyazaki. No entanto, uma outra produção recente do diretor Makoto Shinkai, *Kimi no na wa* (2016), também esbarra nessa temática de dois mundos que se entrelaçam e a questão dos visitantes ou estrangeiros.

Há uma crença de que existe um mundo do outro lado do mar, o *Tokoyo*, que seria o local de moradia dos deuses (*kami*) e esses viriam visitar o mundo dos homens através de um barco – o que se relaciona com outra lenda, a dos *Marebito*. Essa é uma lenda dos visitantes do outro mundo porque os homens não podem fazer o caminho inverso e pagam um preço alto por atravessar o limite entre os dois mundos, como o relatado no *Kojiki* entre Izanami e Izanagi, lenda similar à de Orfeu e Eurídice. Nessa crença do xintoísmo, há marcadores da fronteira entre os mundos, que podem ser detectados nas duas produções citadas: *torii* (portal de templos xintoístas), *ishi no hokora* (pequenos templos de deidades menores colocadas à frente de templos de deidades maiores), *dosôjin* (estátuas que indicam deuses protetores na viagem). Esse “outro mundo” seria o lugar de moradia dos deuses e espíritos ancestrais no período Heian (794 a 1185); no período Edo (1603-1868), incluem-se os *mononoke/yôkai* e, por influência do budismo, as almas dos falecidos também. Modernamente *ikai* passou a se chamar *anoyo* e acredita-se que existe no céu, no fundo do oceano ou dentro de altas montanhas. Por isso, na crença xintoísta, viajantes e estrangeiros que viessem pelo mar poderiam ser bem vistos. Por exemplo, citando um artigo de Teigo Yoshida, temos nas ilhas Amami (parte do arquipélago de Ryūkyū na província de Kagoshima, localizado na região de Kyūshū) o ritual do *hamaori*

(literalmente: descida para a praia) que acontece anualmente na ilha de Tokunoshima e, de certa forma, confirma essa relação entre um outro mundo para “além do mar” e pode ser chamado na região de *neriya*, *neria* ou *nera* (*nirai* ou *nirai-kanai* em Okinawa). Esse festival acontece logo depois do tradicional *Obon*, o festival dos mortos, em agosto e, mais ou menos no mesmo formato, os habitantes se reúnem na praia e celebram os deuses do mar por três dias (YOSHIDA, 1998, p. 131).

No entanto, na seção “Ambiguidade e o poder dos estranhos/ estrangeiros” de outro artigo do mesmo Teigo Yoshida, discute-se como a chegada de pessoas de “fora” desperta sentimentos ambíguos na cultura folclórica japonesa, permeada por crenças xintoístas que atribuem poderes mágicos àquilo que não entendem. Como citamos anteriormente, o que vem de “fora”, principalmente pelo mar, pode ser confundido como um sinal de fortuna, por causa da crença no deus Ebisu, o qual acredita-se que teria vindo pelo mar e trazido sorte e ensinamentos de pescaria para o arquipélago japonês. No entanto, o mesmo Ebisu possui uma ambiguidade de atitude, oscilando entre benesses e males. Há vários contos budistas ou folclóricos no Japão nos quais, ao ajudar um estrangeiro viajante, o anfitrião recebe algum presente, benção, entre outras recompensas, como o conto da razão do mar ser salgado (*Umi no mizu naze shio karai?*) ou do chapéu para as estátuas de Jizô (*Kasa no Jizô*). Por outro lado, no xintoísmo também acredita-se que o espírito do mal que traz doença ou mau agouro para os moradores pode vir na forma de estrangeiros. Há vários relatos que envolvem raposas que se disfarçam de humanos para prejudicar os moradores. Como o Japão sempre manteve pouco contato com pessoas de fora do arquipélago, muitas dessas histórias perduram até o início da era Meiji e depois, no pós-guerra, quando a questão das ameaças externas se torna uma realidade, temos os filmes de *kaijû* (monstros gigantes), como o monstro *Camera*, de 1965, pensado pe-

los estúdios Daiei para concorrer com o grande sucesso de *Gojira* e cuja forma é de uma tartaruga que, quando voa, assemelha-se muito a um disco voador. Também há outros similares que trazem esse novo imaginário de inimigos externos que querem destruir o Japão como metáforas de China, Coreia do Norte, entre outros.

Percebemos, a partir da narrativa de *Utsuro Bune*, alguns aspectos importantes da relação nipônica com o estrangeiro: o “outro” torna-se mais notável. A descrição do acontecimento por Shōichi Kamon, assim como a de Kunio Yanagita apresentando as características folclóricas da narrativa adquiridas ao longo do tempo, revelam a dualidade dessa relação. Ao mesmo tempo que há um interesse pelo estrangeiro, pois há relatos de tentativa de ajudar a mulher no barco, a descrição de uma língua nunca vista, a curiosidade de olhar o “barco” e o fato de a lenda ter associado a estranha a uma “princesa”; concomitantemente há um medo de que algo ruim pudesse acontecer aos habitantes/vilarejo por ação da mulher, tanto que ela é enviada de volta ao mar. Essa duplicidade é um reflexo da própria dubiedade do explanado durante todo este texto acerca dos estrangeiros e os deuses que chegariam pelo mar, algo ambíguo no sentido de que pode ser bom ou mau – ambiguidade que é transmitida através da literatura como em *Taketori Monogatari* ou *Utsuro Bune* e é representada na mídia utilizando alienígenas que chegam para ajudar os seres humanos a enfrentarem outros inimigos. Ao contrário do cinema americano que cria, na maioria das vezes, automaticamente, uma realidade distópica trazida por extraterrestres e a narrativa desenvolve-se tentando restaurar uma utopia sem os *aliens*, a narrativa japonesa recorre a uma outra distopia que convive com a utopia.

A distopia nasce desse descolamento de que nada está acabado, que você se separa deste mundo, mas ele está em eterna transformação, acontece em ciclos nos quais há sempre um pouco de mal no bem

e bem no mal (*yin-yang*), como o demonstrado em tantas produções japonesas de diretores como Hayao Miyazaki. A distopia sintoniza melhor com a imperfeição do mundo que a filosofia oriental abraça. Logo, num mundo que é perfeito (aparentemente) há equivalentemente imperfeições, como no anime “Psycho-pass” (2012), no qual a sociedade parece controlar potenciais criminosos, mas durante a série descobrimos que, por sob a aparente ordem, temos um cérebro criminoso, logo, do crime nasce a ordem. Ou o anime “Ergo Proxy” (2006), no qual a utopia de um mundo controlado após um apocalipse ambiental é ameaçada por um vírus que contamina os robôs e eles adquirem consciência de si. A imperfeição está contida na perfeição.

Um exemplo atual é a pandemia do coronavírus que se inicia em 2019 e explode em 2020: a estratégia japonesa é conviver com o vírus e não tentar isolá-lo ou contê-lo à imagem dos outros países. Então o Japão tenta harmonizar o mundo em camadas – citamos “camadas”, porque elas podem acontecer simultaneamente compondo um quadro geral, podendo apenas ser organizadas segundo preferências, dependendo da conveniência. Essa leitura do mundo em camadas é uma análise comum quando se trata da sociedade japonesa, utilizada por autores como Haruo Shirane e Hayao Kawai, que propõem mundos que “convivem”, este e um “outro mundo” ou as realidades naturais (a natureza da literatura e a natureza dos desastres e intempéries). Na metaforização de um outro por meio da literatura, esta por sua vez se metamorfoseia em midiática, comunicando essa leitura dúbia do papel do outro na sociedade japonesa, mesclada com uma questão imigratória – isso porque até hoje não existe uma teoria clara e aceita sobre a formação do povo japonês –, a qual se liga também à relação geopolítica por inserir a discussão de povos estrangeiros com os quais os japoneses lidavam à época e os ameaçavam ao mesmo tempo que ofereciam novas tecnologias desconhecidas das quais eles poderiam se apropriar. Logo, morfologicamente, as produções midi-

áticas refletem essa diferenciação do ocidente na medida em que os *aliens* do Japão não apresentam, na maioria dos casos, uma diferença mórfica dos humanos, coisa que não é observada com tanta frequência no cinema americano, como bem ressalta Lindsay Ellis (2020) na sua análise: quanto mais distante dos humanos, mais tempo leva para construir uma relação empática com o espectador e percebe-se a nítida intenção visual de se moldar o alienígena como ameaça; e, em segundo lugar, a adaptação/absorção do *alien* pela sociedade/planeta é algo mais frequente e ele acaba se tornando aliado ou parte da raça humana.

Toda ficção é metáfora. Ficção científica é metáfora. O que a diferencia de outras formas de ficção parece ser seu uso de novas metáforas, tiradas de certos grandes dominantes da nossa vida contemporânea – ciência, todas as ciências e tecnologia, e a perspectiva relativista e histórica entre elas. A viagem espacial é uma entre essas metáforas; então é uma sociedade alternativa, uma biologia alternativa; o futuro é outro. O futuro, em ficção é uma metáfora (LE GUIN, 1979, p. 159).

Como a escritora americana Ursula Le Guin ressalta no trecho acima, a ficção científica, assim como as outras ficções, é metáfora; a diferença é que a científica vai nos falar de algo que ainda não é, mas que é baseado no que já somos, no que projetamos como distopia ou utopia, mas sempre fundamentado naquilo que a sociedade/ideologia contemporânea nos apresenta. Como Kamon aponta nos trechos citados no início deste texto, o imaginário humano não pode criar aquilo do qual não tem referência ou nunca imaginou, por isso a literatura é o grande veículo para metaforizar e fazer conhecer o que fomos, somos e poderemos vir a ser através de seus vários suportes, sejam eles papel, telona ou telinha. Por isso, para pensar o Japão, onde literatura e mídia possuem uma ligação visceral, é bom sempre ter em perspectiva que as obras literárias em várias épocas podem dar

pistas sobre as representações e metáforas que nos são apresentadas e podem nos dizer tanto sobre seu povo, sua cultura e sua história.

Finalmente, é importante ressaltar que normalmente os estudos japoneses pelo mundo tomam muito como parâmetro inicial de análise (incluímo-nos também nesse grupo) as raízes de formação literária, linguística e religiosa do Japão que geram um estereótipo cultural “atraente” no ocidente. No entanto, o Japão contemporâneo já é bastante diferente. Os jovens foram muito mais expostos a produções estrangeiras, principalmente americanas, e a uma ideologia individualista diferente do coletivismo “tradicional”. Muitos se declaram ateus, muitos não têm mais segurança no seu futuro profissional depois da administração liberal de Jun’ichiro Koizumi (2001-2006), há a insegurança e a solidão de idosos, entre outros movimentos que se distanciam muito do Japão “exótico” do passado. Muitos jovens não entendem ou não conhecem o contexto que envolve a bomba atômica e suas consequências, o estouro da bolha dos anos 90 ou mesmo as histórias admiradas no ocidente sobre xogunato, samurais, ninjas, entre outros. Por isso, o olhar nas produções japonesas deve estar sempre contextualizado ao que acontece na sociedade. A visão de “alien/estrangeiro” dos tempos de *National Kid* e *Gojira* hoje mudou e as produções já englobam personagens afáveis, engraçados ou que são assimilados pela sociedade e aprendem com ela, ainda que bebendo de uma narrativa que veio evoluindo através dos tempos. A produção japonesa é muito vasta sobre o assunto, e esta foi uma pequena parte restrita ao que temos estudado e acompanhado ao longo do tempo. No entanto, não há como cobrir tudo e é sempre aconselhável a contextualização da produção, enxergar não o estereótipo de Japão, mas tentar entender de que país e metáforas estamos tratando.

Referências bibliográficas:

BARROS, Guilherme. E.T's representavam a ameaça comunista. Agora são o reflexo do nosso medo da globalização. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/cultura/ets-representavam-a-ameaca-comunista-agora-sao-o-reflexo-do-nosso-medo-da-globalizacao-d2kxitrezwxeodk2bp5amqam5/>. Acesso em: 12 out. 2020.

ELLIS, Lindsay. **O conceito de representação do “outro” em alienígenas do cinema Sci-Fi**. Blog NA-NUTFLIX. Disponível em: <https://nanu.blog.br/alienigena-cinema-sci-fi/>. Acesso em: 12 out. 2020.

ICHIJYO, Shin'ya. **Heartful Moon**. Disponível em: <https://www.ichijyo-shinya.com/message/2003/11/post-35.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

KAMON, Shôichi. **The Mystery of Utsuro Bune: ancient encounter in Japan?** West Yorkshire, England: Flying Disc Press, 2019.

LE GUIN, Ursula K. **The language of the night: essays on fantasy and science fiction**. Nova York: Ultramarine Publishing, 1979.

NAGAYAMA, Yasuo. **SF Seishin-shi: bakumatsu/meiji kara sengô made**. Tóquio: Kawade, 2009.

OKUYAMA, Yoshiko. **Japanese Mythology in Film: a semiotic approach to reading Japanese film and anime**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2015.

OLIVEIRA, Janete. **Por entre mitos e fadas: diálogos metafóricos com a literatura midiática japonesa da obra de Hayao Miyasaki**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado em Letras)–Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Janete da Silva. A Utopia Distópica da Ficção Científica Japonesa. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico ComCiência - Unicamp**, Campinas, Dossiê Ficção Científica, n. 190, jul-ago 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-utopia-distopica-da-ficcao-cientifica-japonesa/>. Acesso em: 12 out. 2020.

SAYURI, Juliana. Pós-apocalipse: por que o Japão está se preparando para contatos com OVNI's. **Revista eletrônica TAB UOL**, 20 de julho de 2020. Disponível em <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/20/pos-apocalipse-por-que-o-japao-esta-se-preparando-para-contatos-com-ovnis.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

TAKETOMO, T. **Nihon shisô ni okeru yûtopia**. Nihongo Gakushûsha no tame no Nihon Kenkyû Shirisu 1. Tóquio: Kuroshio shuppan, 2014.

YOSHIDA, Teigo. The Stranger as God: The Place of the Outsider in Japanese Folk Religion. **Ethnology**, v. 20, n. 2, 1981, p. 87-99. JSTOR. Disponível em: www.jstor.org/stable/3773058. Acesso em: 12 out. 2020.

YOSHIDA, Teigo. Gods, ancestors and mediators: a Cosmology from the southwestern archipelago of Japan. *In*: YOSHIDA, T.; Hendry, J.; Webber, J. (Eds.). **Interpreting Japanese Society**. Abingdon, UK: Routledge, 1998. p. 131-46.

CAPÍTULO 9

DEBATES SOBRE ESTUDOS DE ÁREA E OS ESTUDOS JAPONESES NOS ESTADOS UNIDOS

Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki

Introdução

De forma ampla, estudos japoneses podem se referir a pesquisas e estudos cujos temas sejam relacionados ao Japão, portanto, são estudos de área, tanto no sentido de área do conhecimento, quanto de região geográfica, podendo abarcar as duas.

Entretanto, há discussões sobre o conceito de área, assim como da interrelação entre área e disciplina, de forma que a primeira seção deste capítulo é dedicada à revisão da literatura, restrita aos trabalhos em língua inglesa, com debates e definições do que vem a ser estudos de área.

A segunda seção é um breve histórico da evolução dos estudos de área nos Estados Unidos. Os estudos de área foram incentivados pelo governo americano primordialmente para conhecer os países inimigos, passando para a fase de que era necessário, não somente obter informações aprofundadas sobre os países rivais, mas também de países parceiros para promoção de alianças geopolíticas ou econômicas.

A terceira seção consiste numa análise sobre os estudos japoneses nos Estados Unidos, particularmente na *Harvard University*. Há diversas e diferentes instituições e universidades que pesquisam Ja-

pão nos Estados Unidos, uma vez que é considerado como o mais importante aliado na Ásia e figura entre os seus principais parceiros comerciais.

1. Estudos de área: debates e definições

Debates a respeito dos estudos de área têm sido intensos, moldados pelas transformações geopolíticas e pelas fontes de financiamento ao longo do tempo. Poder-se-ia definir estudos de área aqueles que são confinados em pesquisar determinadas regiões do globo, nações ou territórios, entretanto, no aspecto cultural e mesmo econômico, se pode transcender as fronteiras políticas, de forma que não há uma definição única.

Segundo Schwartz (1980, p. 15), “Uma área é [...] um componente de experiência transdisciplinar dentro da qual se pode discernir complexas interações econômica, social, política, religiosa e de outras esferas da vida” em alguma parte da Terra, habitada por humanos. Lambert (1990, p. 712) define o “especialista em área como alguém que devotou toda ou substancial porção de sua carreira profissional para estudar um outro país ou região do mundo. Estudos de área são o que os especialistas de área fazem”. Para Rafael (1994, p. 91), ao “falar de culturas dos estudos de área nos Estados Unidos, pode-se pensá-los como conjuntos de conhecimentos e práticas fundamentados em competências linguísticas específicas e formuladas dentro, assim como através dos limites disciplinares”.

Há também as definições de Bates (1997) e de Szanton (2002) no que concerne aos estudos de área:

A audiência profissional de especialistas em área consiste em pesquisadores de muitas disciplinas, que tem

devotado sua vida acadêmica para trabalhar sobre a região ou nação... [e os] ...estudos de área enfatizam a importância das diferenças culturais. Culturas são marcadas pelas suas instituições... por suas histórias e crenças (BATES, 1997, p. 166 e p. 168).

Estudos de área são melhor compreendidos como um termo abrangente para uma família de campos e atividades acadêmicas unidas por um compromisso comum para (1) estudo intensivo da língua, (2) profunda pesquisa de campo na língua local; (3) atenção a histórias, pontos de vista, materiais, e interpretações locais; (4) testar, elaborar, criticar ou desenvolver fundamentos de teoria a partir de observação detalhada e (5) conversações multidisciplinares frequentemente atravessando as fronteiras das ciências sociais e humanidades (SZANTON, 2002).

Uma definição bastante abrangente sobre estudos de área é dada pela Leiden University, (2012, p. 1) :

Os estudos de área são uma abordagem do conhecimento que parte do estudo de lugares no mundo humano desde a antiguidade até o presente, por meio de relevantes fontes de línguas, com consideração central para questões de posicionamento. É uma síntese dinâmica da área de especialização e disciplinas das ciências humanas e sociais, apoiando-se na sensibilidade e na reflexão crítica sobre a situação do conhecimento científico, dando destaque às áreas estudadas não apenas como fontes de dados, mas também como fontes de teoria e método, que desafiam afirmações disciplinares de universalidade. Deve ser inerentemente interdisciplinar, testando os limites das disciplinas; e ativamente, mas cuidadosamente, comparativo, tratando o porquê, como e o quê da comparação, como qualquer objeto menos evidente”.

Dentro dos debates, há autores que discutem a contraposição e interrelação entre estudos de área e campos do conhecimento, como Johnson (1974) – no que se refere aos estudos de área, especificamente do Leste Asiático, na ciência política – e como Bates (1997, p. 166), que menciona que os especialistas de área na ciência política são multidisciplinares, pois, além da política, procuram conhecer a história, literatura e línguas. Sharp (2019) ressalta a importância em relacionar o campo disciplinar de geografia com os estudos de área, com enfoque nos estudos do Oriente Médio. De acordo com Ben-Ari (2020), os artigos de estudos japoneses em antropologia publicados em língua inglesa têm referenciado cada vez mais trabalhos teóricos.

Cumings (1997) ressalta a colaboração entre as universidades, as fundações, agências de inteligência e militares dos Estados Unidos nos estudos de área durante a Guerra Fria. Enquanto Harootunian (1999) afirma que, no pós Segunda Guerra Mundial, o conhecimento proveniente dos estudos de área possibilitariam políticas públicas e estratégias empresariais dos Estados Unidos para moldar o mundo, Szanton (2002) afirma que os estudos de área desafiam a hegemonia intelectual dos Estados Unidos, uma vez que os pesquisadores americanos colaboram com parceiros de culturas diversas, portanto, com visões diferentes das americanas. Engerman (2015) enfatiza a importância dos estudos de área, uma vez que trouxe inovações no ensino superior dos Estados Unidos, colocando aos americanos a perspectiva em conhecer países diferentes com línguas diversas. Há, portanto, visões diferentes no que se refere aos estudos de área: a que ressalta a dominação norte-americana no mundo por meio dos estudos de área e a de que os estudos de área são benéficos para a academia dos Estados Unidos.

2. Evolução dos estudos de área nos Estados Unidos

É considerado como o nascimento dos estudos de área nos Estados Unidos o período da Segunda Guerra Mundial, quando surgiu a necessidade de lidar com países culturalmente diferentes (Harootunian, 1999, p. 131 – 132; Lambert, 1990, p. 714; Schwartz, 1980, p. 15), apesar da *University of Washington* em Seattle possuir um dos mais antigos centros de estudos de área, fundado em 1909 (Cumings, 1997, p. 16; University of Washington, 2020). Os poucos especialistas de área na época da Segunda Guerra Mundial foram concentrados em algumas universidades para treinar estudantes, que eram militares, para se tornarem, por sua vez, especialistas de área.

A *Association for Asian Studies* (AAS) foi a primeira associação que surgiu com o objetivo de congregar os pesquisadores de estudos de área nos Estados Unidos, fundada em 1941 como *Far Eastern Association* (Cumings, 1997, 8; AAS, 2020). Coube ao Serviço de Informação de Guerra dos Estados Unidos recrutar pesquisadores da academia, assim como nipo-americanos com proficiência na língua japonesa, para elaborar relatórios para melhor entender o seu então inimigo, o Japão, sua cultura e o comportamento do seu povo, além de auxiliar em interrogatórios no período da Segunda Guerra Mundial (Harootunian, 1999, p. 131 - 132; Lambert, 1990, p. 714; Tansman, 2002). De um dos relatórios desse órgão, derivou-se o livro *The Chrysanthemum and the Sword* (Benedict, 1946), que ainda hoje consta em referências bibliográficas de disciplinas em universidades, para que os estudantes conheçam a cultura japonesa.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o advento da Guerra Fria houve a expansão dos estudos de área. Um marco nessa expansão foi o lançamento do satélite artificial Sputnik pela União Soviética (Harootunian, 1999, p. 132; Lambert, 1990, p. 715), antes, portanto, de os Estados Unidos terem lançado o seu, de forma que esse aconte-

cimento despertou o governo americano para a importância estratégica em conhecer outros países. O governo americano, assim como fundações como a Rockefeller, a Carnegie e a Ford, começaram a incentivar, por meio de apoio financeiro, a abertura de programas em universidades para formar especialistas de área (Harootunian, 1999, p. 131 - 132; Lambert, 1990, p. 715; Rafael, 1994, p. 96). Segundo Bates (1997, p. 8) os estudos em relação ao Leste Asiático eram predominantemente sobre o Japão e nos trabalhos acadêmicos “de 1950 até o final dos 1980 eram quase uma heresia palavras de crítica sobre o Japão”.

Entretanto, com o final da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, e o colapso do comunismo no Leste Europeu, além da preocupação com os déficits governamentais, diminuíram os recursos provenientes do governo americano para estudar áreas (Bates, 1997, 167). Os Estados Unidos tornaram-se a única potência mundial e, com o advento da globalização, as fundações também diminuíram os financiamentos para os estudos de área, enquanto aumentaram para os temas transversais, o que ocasionou uma redução do enfoque de estudos de área (Cumings, 1997, p. 16; Katzenstein, 2001, Sil, 2018)

Todavia, após o ataque surpresa às torres gêmeas em Nova Iorque em setembro de 2011, ressurgiu a importância dos estudos de área nos Estados Unidos (Sil, 2018; Szanton, 2002). Nos últimos anos, pode-se destacar que está havendo um grande crescimento nos estudos da China, pela sua relevância econômica e por ter emergido como potência mundial que rivaliza com Estados Unidos.

De forma geral, os estudos de área nos Estados Unidos também possuem um lado instrumental, pois podem ter o objetivo em formar mão de obra qualificada que tenha competências para conduzir as relações externas com as domésticas (Rafael, 1994, p. 97). Há dois aspectos a ressaltar quanto aos especialistas de área nos Estados

Unidos: o primeiro é de que realizam visitas periódicas ao país ou região que pesquisam, para coletar dados e informações, ainda que seja num período de tempo curto (Lambert, 1990, p. 719 – 720 ; Rafael, 1994, p. 104). O segundo é a importância do conhecimento da língua do país em que se especializam para pesquisar, principalmente nas humanidades (Harootunian, 1999: p. 137; Lambert, 1990, p. 720).

3. Estudos japoneses nos Estados Unidos

Atualmente, há diferentes instituições e universidades que pesquisam Japão com temáticas diversas nos Estados Unidos, uma vez que é considerado como o mais importante aliado na Ásia e figura entre os seus principais parceiros comerciais.

A tabela 1 mostra que o número de pesquisadores em estudos japoneses nos Estados Unidos teve uma tendência crescente de 1970 a 1995, houve uma expressiva redução em 2005, vindo a crescer novamente.

Tabela 1 – Número de pesquisadores em estudos japoneses na América do Norte*.

Ano	Quantidade
1970	332
1984	841
1989	1224
1995	1638
2005	1284
2012	1434
2015-2016	1730 **

Fontes: Japan Foundation, s.d.-b; Steinhoff, 2013, p. 23 – 24.

* Inclui pesquisadores dos Estados Unidos e do Canadá.

** 1624 pesquisadores + 106 recém Ph.D. (*Philosophiae Doctor*, equivalente ao doutorado).

Os cursos e programas de pós-graduação em que é possível realizar estudos japoneses nos Estados Unidos são de diversos graus acadêmicos, desde um curso superior técnico até a possibilidade de obtenção de um Ph.D., passando pela graduação e mestrado; as pós-graduações *stricto sensu* podem ser disciplinares ou interdisciplinares, cuja quantidade é mostrada na tabela 2. Os números são expressivos na graduação (em 175 cursos há a possibilidade de ter a concentração em estudos japoneses) e também na pós-graduação, pois em 45 programas de Ph.D., entre os interdisciplinares e os disciplinares, há a possibilidade de defender uma tese sobre assuntos relativos ao Japão.

Tabela 2 – Número de cursos e programas de pós-graduação que contemplam estudos japoneses nos Estados Unidos.

Grau acadêmico	Quantidade
Superior técnico	1
Graduação com menor concentração*	76
Graduação com maior concentração*	99
Mestrado interdisciplinar	25
Mestrado disciplinar	20
Ph.D. interdisciplinar	8
Ph.D. disciplinar	37
Graduação em Direito	3
MBA**	1

Fonte: Japan Foundation, s.d.-a

* Nos Estados Unidos, o estudante de graduação pode escolher entre áreas de concentração, que são um conjunto de disciplinas, sendo a área mais preponderante denominada de major, e a outra menos, denominada de minor.

** *Master in Business Administration*

São variadas as ofertas de programas de doutorado nos Estados Unidos; há aquelas que possibilitam os estudos japoneses mais específicos, tais como em Literatura Japonesa, em Língua Japonesa, em

Arte Japonesa, em História Japonesa, e outras em que se pode cursar com ênfase em Japão.

Especificamente sobre a *Harvard University*, a seguir, apresenta-se algumas informações gerais sobre os estudos japoneses.

Em 2016, havia cerca de 55 professores, educadores (professores de língua japonesa), bibliotecários e funcionários vinculados aos cursos de graduação, programas de pós-graduação e centros vinculados à temática japonesa. Foram ofertadas 52 disciplinas relativas à língua japonesa ou com temática sobre Japão, entre as de graduação e de pós-graduação (*Japan Foundation*, s.d.-c).

Há a possibilidade de fazer a graduação com concentração em Leste Asiático, a graduação, mestrado e doutorado pelo Departamento de Línguas e Civilizações do Leste Asiático, o mestrado interdisciplinar em Estudos Regionais do Leste Asiático, o Ph.D. com concentração em Leste Asiático, Ph.D. em História e Ph.D. interdisciplinar em Línguas e Civilizações do Leste Asiático com outra concentração, com ênfase em estudos japoneses. Além do Departamento de Línguas e Civilizações do Leste Asiático (foto 1), as pesquisas sobre o Japão são realizadas no Asia Center, no *Harvard-Yenching Institute* (foto 2), no *Reischauer Institute of Japanese Studies* (foto 3) e no *Program on U.S.-Japan Relations* (foto 4).

No *Program on U.S.-Japan Relations* (USJR) são selecionados e aceitos para cumprir de um a dois semestres na qualidade de pesquisadores visitantes, além de acadêmicos, também funcionários públicos e de empresas privadas, cada qual com o seu projeto de pesquisa individual, e devem submeter um trabalho acadêmico, resultado da pesquisa, ao final do período. Em geral, os seminários do programa USJR são semanais, com temas específicos ao Japão ou das suas relações com outros países. Ao final do semestre, os pesquisadores

visitantes apresentam os resultados preliminares das suas pesquisas nos seminários. Aos pesquisadores visitantes é oferecida a oportunidade de assistir vários seminários não somente do programa, mas também de outros institutos e departamentos, com apresentações de professores de *Harvard* ou convidados de outras universidades. Os seminários do *Reischauer Institute of Japanese Studies* são voltados, na sua maioria, aos aspectos culturais e sociais do Japão. Esse instituto é especializado em estudos sobre o Japão, sendo que acolhe pesquisadores visitantes americanos e estrangeiros a partir de um processo seletivo.

Além dos seminários de estudos japoneses, há a oportunidade em assistir disciplinas como ouvinte, com autorização, em disciplinas em cursos e programas em *Harvard*. Também é concedida a permissão em assistir como ouvinte disciplinas em universidades próximas à *Harvard*, tal como no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e na *Tufts University*.

Há mensalmente a promoção de encontros informais, com a participação de nativos ou proficientes em língua japonesa e estudantes de *Harvard*, para que esses últimos possam melhorar a conversação em japonês. Esses encontros de conversação de línguas são uma prática na universidade.

O que se pode observar é que todos os pesquisadores americanos que pesquisam Japão dominam a língua japonesa, essencial para os estudos, e os estudantes com tema em Japão estudam a língua procurando ser proficientes tanto quanto possível.

Figura 1: Departamento de Línguas e Civilizações do Leste Asiático



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 2: *Harvard-Yenching Institute*



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 3: *Reischauer Institute of Japanese Studies*



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 4: *Program on U.S.-Japan Relations*



Fonte: Arquivo pessoal.

Conclusão

Não há consenso na definição sobre estudos de área, porém há debates sobre a importância desses estudos, mais intensos quan-

do os Estados Unidos enfrentam guerras ou são ameaçados física ou economicamente. Os estudos de área arrefeceram quando da globalização, que teve reflexos na academia, com a ideia de generalização dos fenômenos, independentemente dos países. Entretanto, houve um ressurgimento do seu dinamismo com o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque e nos últimos anos com a emergência da China como potência mundial.

No que se refere aos estudos japoneses, após uma diminuição do número de pesquisadores, está havendo uma tendência de aumento nos Estados Unidos, sendo que a língua japonesa é imprescindível ao pesquisador americano que queira dedicar sua vida acadêmica à temática relacionada ao Japão.

Referências bibliográficas:

AAS (ASSOCIATION FOR ASIAN STUDIES). Disponível em <https://www.asianstudies.org/about/history/>. Acesso em: 12 out. 2020.

BATES, Robert H. Area Studies and the Discipline: A Useful Controversy? **PS - Political Science and Politics**, vol. 30, no. 2, p. 166–169, 1997.

BEN-ARI, Eyal. Area studies and the disciplines: Japanese Studies and Anthropology in comparative perspective. **Contemporary Japan**, vol. 00, no. 00, p. 1–22, 2020.

CUMINGS, Bruce. Boundary displacement: Area studies and international studies during and after the cold war. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, vol. 29, no. 1, p. 6–26, 1997.

ENGERMAN, David C. The Pedagogical Purposes of Interdisciplinary Social Science: A View from Area Studies in the United States. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, vol. 51, no. 1, p. 78–92, Jan. 2015.

HAROOTUNIAN, Harry. Postcoloniality's unconscious/area studies' desire. **Postcolonial Studies**, vol. 2, no. 2, p. 127–147, 1999.

JAPAN FOUNDATION. Programs Search. [s. d.-a]. **Directory of Japanese Studies in the United States and Canada**. Disponível em: <http://japandirectory.socialsciences.hawaii.edu/Programs.aspx?search=3>. Acesso em: 13 out. 2020a.

JAPAN FOUNDATION. Specialists search. [s. d.-b]. **Directory of Japanese Studies in the United States and Canada**. Disponível em: <http://japandirectory.socialsciences.hawaii.edu/Specialists.aspx?search=1>. Acesso em: 13 out. 2020b.

JAPAN FOUNDATION. Programs Search. [s.d.-c]. Harvard University. **Directory of Japanese Studies in the United States and Canada**. Disponível em <http://japandirectory.socialsciences.hawaii.edu/Assets/Programs/60.pdf>. Acesso em 13 out. 2020c.

JOHNSON, Chalmers. Political Science and East Asian Area Studies. **World Politics**, vol. 26, no. 4, p. 560–575, 1974.

KATZENSTEIN, Peter J. Area and Regional Studies in the United States. **PS - Political Science and Politics**, vol. 34, no. 4, p. 789–791, 2001.

LAMBERT, Richard D. Blurring the Disciplinary Boundaries: Area Studies in the United States. **American Behavioral Scientist**, vol. 33, no. 6, p. 712–732, 1990.

LEIDEN UNIVERSITY, Institute for Area Studies (LIAS). **Where is here?** Leiden, 2012.

RAFAEL, Vicente L. The Cultures of Area Studies in the United States. **Social Text**, vol. 41, no. Winter, p. 91–111, 1994.

SCHWARTZ, Benjamin I. Presidential Address: Area Studies as a Critical Discipline. **The Journal of Asian Studies**, vol. 40, no. 1, p. 15–25, 1980.

SHARP, Deen. Difference as practice: Diffracting Geography and the area studies turn. **Progress in Human Geography**, vol. 43, no. 5, p. 835–852, 19 Oct. 2019.

SIL, Rudra. Triangulating Area Studies, Not Just Methods: How Cross-Regional Comparison Aids Qualitative and Mixed-Method Research. *In*: AHRAM, Ariel; KÖLLNER, Patrick; SIL, Rudra (eds.). **Comparative Area Studies: Methodological Rationales & Cross-Regional Applications**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 225–246.

SZANTON, David L. **The Politics of Knowledge: Area Studies and the Discipline**. Berkeley: University of California Press, 2002.

TANSMAN, Alan. Japanese Studies: the Intangible Act of Translation. *In*: SZANTON, David L. (ed.). **The Politics of Knowledge: Area Studies and the Discipline**. [S. l.]: University of California Press, 2002.

UNIVERSITY OF WASHINGTON. Henry M. Jackson School of International Studies. Disponível em: <https://jsis.washington.edu/about/>. Acesso em: 12 out. 2020.

CAPÍTULO 10

O SISTEMA LEAN DE PRODUÇÃO: VANTAGENS E POTENCIAIS LIMITAÇÕES

Waldemiro Francisco Sorte Junior

O Sistema Lean de Produção constitui uma forma de administração da cadeia de suprimentos que enfatiza a busca de melhorias contínuas no processo de manufatura. Além disso, caracteriza-se pela construção de parcerias de longo prazo com fornecedores e concessionárias, adotando uma visão integrativa na gestão da cadeia produtiva. Este capítulo se dedica a explorar as características básicas desse sistema de produção e a discutir algumas de suas potenciais limitações.

Definido com base no estilo de administração da cadeia produtiva implementado pela Toyota, o Sistema Lean de Produção utiliza-se de práticas para reduzir o desperdício em todo o processo manufatureiro e, assim, aumentar a produtividade e minimizar a ocorrência de erros e defeitos (IMAI, 1986; LIKER, 2004; HICKS, 2007, p. 237). A eficiência do Sistema Lean já foi demonstrada por autores como Womack; Jones e Roos (1991), Cusumano e Nobeoka (1998) e Fujimoto (1999) e levou a Toyota à posição de maior vendedora de carros do mundo no primeiro trimestre de 2007 (GOW, 2007). Atualmente, estudos também apontam resultados positivos da utilização desse sistema de produção não só na indústria automotiva, como também em outros setores como o têxtil (BLOOM *et al.*, 2011) e até o agronegócio (LERMEN *et al.*, 2018, p. 266).

Fujimoto (1999) assevera que a Toyota construiu um sistema de produção capaz de se manter em constante evolução, por intermédio da implementação de práticas que permitem a revisão suces-

siva dos procedimentos e rotinas de trabalho, buscando a melhoria contínua. Pode-se dizer, portanto, que o Sistema Lean de Produção confere importância ímpar à inovação incremental, como forma de promover pequenos, mas frequentes aprimoramentos, que permitem o alcance de avanços significativos em longo prazo.

Esse padrão de aprimoramento contínuo é obtido por intermédio da implementação das chamadas Práticas Lean, que constituem procedimentos ou metodologias para nortear o desempenho do trabalho diário de todos os funcionários, visando à busca constante da eliminação de fontes de desperdícios e identificação de pontos que podem ser melhorados no processo produtivo. Mais do que regras de trabalho, as Práticas Lean funcionam como verdadeiros princípios, desenvolvidos para manter uma mentalidade de redução do desperdício e aumento da produtividade em toda a força de trabalho, incluindo tanto gerentes quanto operários no chão de fábrica.

1. Práticas Lean: Foco na eliminação de atividades não agregadoras de valor e no aprimoramento contínuo

O *kaizen* (改善), ou aprimoramento contínuo, mostra-se como uma das principais Práticas Lean. Fundamenta-se na necessidade de que todos os funcionários busquem constantemente em seu trabalho diário as atividades que não agregam valor, procurando eliminar tarefas desnecessárias e promover pequenas melhorias, de forma progressiva (IMAI, 1986). As principais fontes de atividades não agregadoras de valor, no âmbito da indústria manufatureira, identificadas ao longo do tempo pela Toyota, podem ser agrupadas em oito tipos:

1 Excesso de produção: manufaturar itens para os quais não existe demanda;

2 Espera: operários sendo forçados a aguardar, sem realizar nenhuma atividade produtiva, para prosseguir à próxima etapa do processo de produção;

3 Transporte desnecessário: transferir carga ou materiais por longas distâncias, de forma ineficiente;

4 Processamento incorreto: processamento inadequado, seja em função de equipamentos ou procedimentos mal elaborados, seja em virtude da realização de etapas ou tarefas desnecessárias;

5 Excesso de estoque: manter um estoque excessivo de matéria-prima ou de bens finais produzidos;

6 Movimentação desnecessária: tempo extra utilizado pelo funcionário quando precisa procurar por equipamentos durante o seu trabalho;

7 Defeitos: produção de componentes ou bens finais defeituosos, resultando em retrabalho;

8 Desperdício da criatividade dos funcionários: desperdício de ideias, habilidades latentes ou oportunidades de aprendizagem por não ouvir os funcionários (IMAI, 1986; LIKER, 2004).

A busca por tentativas de redução de atividades que não agregam valor, como forma de proporcionar o aprimoramento contínuo dos processos de trabalho, constitui uma das características fundamentais do *kaizen* e desempenha papel preponderante nas discussões dos grupos de controle de qualidade (QCサークル). No âmbito desses grupos, a força de trabalho é dividida em times e realiza, de forma colaborativa, a identificação de problemas no processo produtivo e a indicação de sugestões de melhoria (WOMACK *et al.*, 1991, p. 56). Dessa forma, é possível reunir ideias e recomendações de funcioná-

rios provenientes de diferentes áreas para promover a melhoria do processo de trabalho de forma sistêmica (LERMEN *et al.*, 2018, p. 266). A participação nesses grupos de controle de qualidade também permite desenvolver novos conhecimentos, habilidades e competências que poderão ser aplicadas sucessivamente para a solução de futuros problemas (WOMACK; JONES, 1996; HICKS, 2007; FARRIS *et al.*, 2009).

Não obstante, é relevante ressaltar que, conforme informa Imai (1986, p. 11–12), tais grupos de controle de qualidade constituem apenas uma fração, que corresponde de 10% a 30% de todas as iniciativas que se propõem a monitorar e melhorar a qualidade dos bens manufaturados no âmbito do Sistema Lean de Produção. Na verdade, adota-se um programa abrangente, denominado de Controle Total de Qualidade, que procura incluir as atividades manufatureiras em sua integralidade e transferir a responsabilidade pelo monitoramento, inspeção e melhoria a todos os funcionários do núcleo operacional. Essa ideia da implementação de um programa extensivo de controle de qualidade é, na verdade, baseada em concepções de especialistas norte-americanos como J. M. Juran e W. E. Deming (CUSUMANO, 1985, p. 324).

Além disso, tais esforços de controle de qualidade têm o foco principal no cliente e, por essa razão, eles não são limitados a uma simples inspeção para identificar eventuais componentes defeituosos. Busca-se o desenvolvimento de uma mentalidade centrada na satisfação das necessidades dos consumidores e, portanto, os esforços de melhoria por parte de toda a equipe devem estar alinhados com as demandas dos usuários finais.

Para o alcance de melhores resultados com as atividades de *kai-zen* e de controle de qualidade, é fundamental que a alta administração procure incentivar o comprometimento dos funcionários com a

busca sistemática pelo aprimoramento contínuo, em detrimento do simples foco no alcance de ganhos quantitativos de curto prazo. De forma análoga, é igualmente essencial que se implementem medidas voltadas à educação e ao treinamento dos operários situados no chão de fábrica, para que desenvolvam uma visão abrangente do processo produtivo, de modo que possam não só identificar e solucionar problemas *in loco* sem a necessidade constante do auxílio de técnicos, como também sugerir aprimoramentos nos processos de trabalho (IMAI, 1986). Por fim, os funcionários devem ser motivados a executar tarefas diferentes, de forma a desenvolver a capacidade de desempenhar diversos tipos de atividades na linha de montagem, e assim desenvolver uma visão extensiva de todo o sistema de produção.

Para o desenvolvimento de uma força de trabalho capaz de desempenhar múltiplas tarefas, adota-se no Sistema Lean de Produção a rotação dos operários nos diferentes grupos de trabalho existentes dentro da fábrica. Muitas vezes, funcionários são, até mesmo, enviados temporariamente para outras empresas parceiras da mesma cadeia produtiva, como forma de assimilar novos conhecimentos e promover o intercâmbio de informações em nível interorganizacional. Com isso, os funcionários tornam-se capazes de desempenhar tarefas diferentes e adquirir o que Koike (1988) chama de “competências intelectuais”, isto é, um tipo de conhecimento adquirido relacionado à estrutura dos equipamentos e a forma de lidar não só com pequenos problemas diários, mas até com situações inesperadas e incomuns.

Para tal, os operários do chão de fábrica participam com regularidade de treinamentos cujo conteúdo transcende à operação de máquinas e inclui até mesmo assuntos direcionados ao trabalho de gestores e da alta administração. Há ainda o treinamento realizado durante as atividades diárias de trabalho, que ocorre quando um veterano transmite a um novo funcionário conhecimentos práticos so-

bre como realizar as atividades (KOIKE, 1988). Como resultado, os operários assimilam uma ampla variedade de competências, incluindo a operação de equipamentos, a realização de tarefas de manutenção, a correção de pequenas falhas e até mesmo a forma de lidar com situações imprevistas.

O desenvolvimento de uma força de trabalho multitarefa proporciona o alcance de um elevado grau de flexibilidade na produção, uma vez que se torna possível transferir operários para outras áreas da fábrica, em casos de flutuação da demanda ou de outras situações inesperadas (SHIMOKAWA, 1994). Além disso, funcionários com um profundo conhecimento do sistema de produção e com treinamento adequado também permitem economia considerável de recursos e tempo, em função da redução da necessidade de inspeção final dos veículos produzidos, pois cada empregado realiza um monitoramento constante para identificar possíveis defeitos e corrigi-los *in loco*, sem a necessidade de acionar técnicos especializados.

Observa-se, assim, que o Sistema Lean de Produção confere importância crucial para os funcionários no núcleo operacional. Fujimoto (1999) utiliza o termo *genba shugi* (現場主義), ou soberania do chão de fábrica, para designar essa posição de destaque concedida ao núcleo operacional. Como evidência, o autor afirma que novos equipamentos desenvolvidos por engenheiros somente são de fato instalados no chão de fábrica após serem aprovados pelos funcionários do núcleo operacional.

2. Administração da cadeia produtiva no âmbito do Sistema Lean de Produção: foco na integração

A adoção das Práticas Lean, apenas em nível organizacional, pode trazer inúmeros benefícios. Como exemplo, Bloom *et al.* (2011)

mostram que a implantação de algumas dessas práticas proporciona uma redução significativa do excesso de estoque, o que gera economia de recursos e melhora o desempenho financeiro da empresa. Outros estudos enfatizam que a preocupação com a redução do desperdício de materiais, como resultado da implantação do *kaizen*, pode trazer a diminuição das taxas de emissão de gases nocivos na atmosfera, ampliar a adoção da reciclagem, economizar energia, combater a poluição e assim melhorar até mesmo a performance ambiental da organização (SAJAN *et al.*, 2017, p. 777; SHASHI *et al.*, 2019, p. 119).

Entretanto, é a aplicação integrada das Práticas Lean, não apenas em nível organizacional, mas de forma conjunta e colaborativa com todas as empresas da cadeia de produção, incluindo fornecedores e concessionárias, que pode levar à otimização dos resultados do Sistema Lean. Essa abordagem integrativa é capaz de criar uma vantagem competitiva para toda a cadeia de suprimentos.

Pode-se analisar, por exemplo, a prática do *just-in-time manufacturing*, que se baseia na entrega de componentes na fábrica da montadora na quantidade adequada para a montagem dos veículos. Além da necessidade do transporte sincronizado dentro da fábrica, para que os componentes cheguem aos locais onde serão utilizados no momento certo, torna-se essencial também um relacionamento próximo com os fornecedores para que tais componentes sejam entregues nas especificações corretas, no momento esperado e sem defeitos. É crucial a definição adequada do volume que deve ser produzido, transportado e entregue no momento esperado e conforme a necessidade (LERMEN *et al.*, 2018, p. 266). Há a premência, portanto, de troca constante de informações entre fornecedores e montadora. Além disso, a produção de veículos deve estar alinhada com a demanda desses produtos nas concessionárias, de modo a evitar o excesso de estoque de bens finais. Por isso, é também fundamental que

exista um intercâmbio constante de informações entre a montadora e suas concessionárias (FUJIMOTO, 199, p. 289).

Enfatiza-se, ainda, que o *just-in-time* também é uma prática que se destina a revelar deficiências ocultas no processo produtivo. Utiliza-se usualmente a analogia do rio e das pedras para ilustrar o funcionamento dessa Prática Lean. Quando o rio está cheio, não é possível visualizar as rochas ao seu fundo, mas ao se reduzir o volume de água, tais pedras se tornam visíveis (KENT, 2018, p. 190). Da mesma forma, o excesso de inventário muitas vezes mascara a existência de problemas no processo produtivo e só quando se trabalha com um nível mínimo de estoque pode-se identificar deficiências anteriormente desconhecidas. Ao solucionar tais deficiências, é possível que se alcance ganhos de produtividade e melhorias no processo de trabalho. Não obstante, cumpre enfatizar que esse tipo de melhoria proporcionado pelo *just-in-time* somente pode ser otimizado se a prática for implementada de forma conjunta com todas as empresas da cadeia produtiva. Isso porque, se deficiências estiverem presentes nas linhas de montagem de fornecedores ou nas concessionárias, tais problemas continuarão acarretando atrasos e comprometendo a estabilidade de todo o processo, ainda que tenham sido eliminadas das fábricas da montadora.

Por essa razão, a administração da cadeia produtiva no âmbito do Sistema Lean de Produção é baseada no estabelecimento de relacionamentos de longo prazo, realização de esforços colaborativos de solução de problemas, transferência de tecnologia e informação e disseminação de melhores práticas entre todas as empresas da cadeia produtiva. Dyer e Nobeoka (2000, p. 352) asseveram que esse relacionamento colaborativo não ocorre apenas verticalmente, entre montadora e fornecedores, mas também horizontalmente, uma vez que a Toyota incentiva a criação de associações entre fornecedores para a troca de experiência e tecnologia.

Deste modo, candidatos à posição de fornecedores são avaliados não apenas em função do preço que cotam pelos seus componentes, mas também por diversos outros fatores, incluindo sua capacidade de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Isso porque os fornecedores são envolvidos nos projetos de elaboração de novos veículos já nas fases iniciais de concepção. No âmbito do Sistema Lean de Produção os fornecedores são vistos como verdadeiros parceiros e, por isso, a montadora tende a oferecer auxílio em momentos de crise, em vez de simplesmente cancelar as ordens e transferi-las para outros fornecedores operando no setor (HELPER; LEVINE, 1992, p. 563; SAKO *et al.*, 1994, p. 238). Essa abordagem integrativa do Sistema Lean de Produção, baseada no estabelecimento de um inter-relacionamento próximo e de longo prazo entre as empresas da mesma cadeia de produção, constitui uma de suas principais características e se configura como importante vantagem competitiva.

3. A resposta da Toyota frente à crise financeira global de 2007-2008

A crise financeira global de 2007–2008 trouxe efeitos nefastos para a produção industrial, obrigando várias fábricas a diminuir consideravelmente sua produtividade e até mesmo a pararem por completo suas atividades temporariamente. Muitas montadoras optaram pela demissão em massa de funcionários. Não obstante, conforme discutido anteriormente, a gestão de recursos humanos no Sistema Lean de Produção exige um grande esforço no treinamento de longo prazo dos operários, para que desenvolvam uma visão sistêmica do processo de produção e possam desempenhar atividades que transcendem à mera operação de máquinas. Objetiva-se criar uma força de trabalho multitarefa, capaz de ser realocada em diferentes setores da fábrica, conforme flutuações da demanda, e com habilidades para efetuar a inspeção de equipamentos e lidar com problemas

in loco, sem o auxílio do pessoal técnico. Por essa razão, a Toyota investe recursos significativos no desenvolvimento de sua força de trabalho e tende a valorizar seus operários, procurando evitar demissões o máximo possível. Perder um funcionário multitarefas e com habilidades diferenciadas representa desperdício de tempo e recursos financeiros com anos de treinamento.

Assim, observa-se a valorização dos recursos humanos como um dos traços marcantes do Sistema Lean de Produção. Liker e Ogden (2011, p. 34) enfatizam que a Toyota adotou uma estratégia de não demissão de funcionários durante a crise financeira global de 2007-2008, enquanto pesquisas indicam que 65% das 100 maiores empresas da Fortune anunciaram dispensas significativas em suas forças de trabalho. Os autores asseveram que:

Para a Toyota, dispensar funcionários que receberam anos de treinamento em aprimoramento contínuo e solução de problemas mostrar-se-ia contraproducente. Seria desses operários bem treinados e experientes que a empresa iria precisar se quisesse encontrar meios de cortar custos e aumentar a eficiência” (LIKER; OGDEN, 2011, p. 34, tradução nossa)⁸¹.

Mesmo quando nenhuma atividade produtiva estava sendo desempenhada nas fábricas durante a crise, a Toyota fez uso de seus grupos de controle de qualidade e das atividades de *kaizen* para incentivar seus funcionários a encontrarem maneiras de melhorar o processo produtivo, reduzirem potenciais defeitos nos veículos, além de identificarem e diminuírem atividades não agregadoras de valor:

⁸¹ Livre tradução do autor. O texto original possui a seguinte redação: For Toyota, letting go of workers who had received years of training in continuous improvement and problem solving would be self-defeating. It was these well-trained, experienced employees that the company needed if it was to find ways to cut costs and improve efficiency” (LIKER; OGDEN, 2011, p. 34).

Ao andar pela fábrica em março de 2009, era impossível afirmar que 40 por cento dos funcionários não estavam fabricando carros. Em todas as direções, engenheiros, gestores e membros das equipes daquele horário estavam concentrados e ocupados. Qualquer um que não estivesse trabalhando na produção estava planejando alterações na velocidade da linha de produção, preparando o lançamento de futuros modelos, ou trabalhando em maneiras de aprimorar a segurança, melhorar as operações da fábrica, reduzir custos e aperfeiçoar a qualidade” (LIKER; OGDEN, 2011, p. 48, tradução nossa)⁸².

Tais iniciativas, é importante enfatizar, foram também implementadas nos fornecedores da Toyota durante a crise. De acordo com Liker e Ogden (2011, p. 56), os componentes feitos por fornecedores constituem cerca de 70% de um veículo da Toyota. Dessa forma, restringir as atividades de *kaizen* às fábricas da montadora significaria limitar as melhorias a apenas 30% do processo produtivo de um veículo. Além disso, a Toyota prestou auxílio significativo a seus fornecedores. Enquanto normalmente as empresas atrasam o pagamento de seus compromissos em épocas de recessão, a Toyota começou a reembolsar seus parceiros mais cedo, uma vez que sabia da dificuldade de se obter capital durante a crise financeira (LIKER; OGDEN, 2011, p. 57).

É fundamental, também, ressaltar que essa política de não demissão de funcionários e realização de atividades de *kaizen* durante períodos em que a produção de veículos foi interrompida, como re-

⁸² Livre tradução do autor. O texto original possui a seguinte redação: “Walking through the plant in March 2009, it was impossible to tell that 40 percent of the employees were not building cars. In every direction, engineers, managers, and hourly team members were focused and busy. Anyone who was not working on production was planning for line speed changes, preparing for the launch of future models, or working on ways to improve safety, improve plant operations, cut costs, and improve quality” (LIKER; OGDEN, 2011, p. 48)

sultado da crise, só foi possível em função do significativo capital financeiro que a Toyota guarda regularmente como poupança para momentos de dificuldade. De acordo com Liker e Ogder (2011, p. 42), essa prática foi implementada pela companhia após a crise histórica de 1950, que obrigou a montadora a desligar mais de 1.500 operários. Esse evento trágico acabou por resultar no surgimento de um princípio que se reflete na atitude da empresa de poupar recursos durante épocas de prosperidade para utilização em eventuais momentos de crise. Trata-se da adoção de uma estratégia conservadora de investimentos, permitindo que a empresa tenha um volume de US \$25 a 40 bilhões em capital financeiro de fácil utilização para épocas de dificuldade.

4. Potenciais efeitos negativos do Sistema Lean de Produção

Esta seção apresenta alguns dos potenciais efeitos negativos do Sistema Lean de Produção, baseando-se em algumas dificuldades enfrentadas pela Toyota.

4.1. O problema do *recall* de veículos da Toyota em 2009

Diversos autores, como Chikudate e Alpaslan (2018, p. 71-72, 76) e Andrews *et al.* (2011, p. 1072), acreditam que as ambições da Toyota em se tornar a maior montadora de carros do mundo resultaram em consequências adversas para a alta administração, podendo ter levado a empresa a adotar uma postura excessivamente agressiva tanto na sua expansão geográfica, quanto no processo de diversificação do desenvolvimento de novos veículos. Os gestores acabaram por confiar tanto nos princípios desenvolvidos pela Toyota e no grande sucesso acumulado pela empresa ao longo do tempo que não ado-

taram ações corretivas quando necessárias, uma situação que pode ser identificada como “miopia coletiva” (CHIKUDATE; ALPASLAN, 2018, p. 71-72, 76). Shim e Steers (2012, p. 582) asseveram que a confiança na forma de administração da Toyota (o chamado *Toyota Way*) criou uma atmosfera na qual gestores e altos executivos aparentemente supuseram que tudo iria funcionar perfeitamente.

Em um estudo comparativo entre as respostas da Toyota e da Hyundai a problemas de *recall* de veículos, Shim e Steers (2012, p. 583) sustentam que a Toyota atrasou o anúncio do seu *recall* por diversas razões, incluindo o tempo que seria necessário para preparar os kits para os veículos, enquanto a Hyundai realizou tal anúncio mesmo antes de saber se de fato iria ser necessário consertar os automóveis. Como resultado, a Hyundai conseguiu minimizar publicidades negativas, o que confluuiu para um maior apoio do público e reduziu as chances de potencial investigação por parte da NHTSA (*The National Highway Traffic Safety Administration* ou Administração Nacional de Segurança Viária), a agência norte-americana responsável pela segurança do trânsito.

Para Andrews *et al.* (2011, p. 1073), durante a crise do *recall*, a Toyota negligenciou a implementação de seus próprios princípios e Práticas Lean, tão amplamente conhecidos, em função dessa miopia coletiva:

Por exemplo, enquanto a Toyota jurava ser ‘focada no consumidor’, ela culpou reiteradamente os usuários como a principal causa dos acidentes. Os anos de convivência com reclamações de clientes sobre os tapetes e pedais que grudavam nitidamente violavam os princípios kaizen de aprimoramento contínuo. Ainda que a ‘comunicação sincera’ seja um dos seus valores fundamentais, a decisão de reter informações relacionadas aos problemas de segurança e a lenta comunicação também indicam a violação de seus próprios

princípios” (ANDREWS *et al.*, 2011, p. 1073, tradução nossa)⁸³.

Liker e Ogden (2011, p. 155–157) asseveram que o problema da Toyota não foi resultado de deficiências no processo de manufatura ou em defeitos na fase de concepção do produto. Com base em suas pesquisas e entrevistas, eles defendem que o problema de apresamento do pedal de aceleração pelo tapete de piso dos veículos, que levou a alguns sérios acidentes, não foi culpa da Toyota, e sim do uso equivocado de tapetes de tamanhos ou materiais diferentes dos originais nos automóveis envolvidos nos incidentes. Já o problema de pedais de aceleração que aderiam ao fundo do veículo e não soltavam era, de fato, um erro de *design*. Como esse *design* foi utilizado em muitos veículos, tanto da Toyota quanto de outras montadoras, o número de automóveis chamados para *recall* foi significativo. Não obstante, os autores corroboram o entendimento de que a Toyota falhou por não ter conferido a atenção devida a seus engenheiros, ao ambiente político, às inquietações da mídia, às comunicações internas da empresa e até mesmo aos seus clientes, negligenciando suas dúvidas e preocupações (LIKER; OGDEN, 2011, p. 157).

Outra possível origem desse problema foi a dificuldade de considerar o impacto da diferença cultural entre o Japão e os Estados Unidos. Conforme Chikudate e Alpaslan (2018, p. 76), existe uma discrepância na forma como as empresas devem responder ao público e à mídia em situações de crise nesses dois países. A Toyota

⁸³ Livre tradução do autor. O texto original possui a seguinte redação: “For instance, while Toyota promised to be “customer focused”, they have repeatedly blamed user errors as the main cause of these accidents. The years of living with customer complaints about sticky pedals and floor mats clearly were violations of their Kaizen principle of continuous improvement. Although “sincere communication” was one of its core values, its decision to withhold information regarding the safety problems and slow communications also indicate violation of its own principles” (ANDREWS *et al.*, 2011, p. 1073).

não se atentou para a importância conferida à responsabilidade social e à cidadania corporativa nos Estados Unidos, e não apresentou uma resposta adequada, transparente e tempestiva na época em que ocorreram os primeiros problemas associados aos seus veículos. Essa ausência de um comunicado formal apropriado agravou o problema, transformando-o em uma verdadeira crise e comprometendo a imagem da empresa nos Estados Unidos.

Observa-se, contudo, que a Toyota parece ter aprendido muitas lições com a referida crise do *recall* e, conforme apontam Liker e Ogden (2011, p. 127–133), reergueu-se como uma empresa mais forte, em função de diversas iniciativas adotadas para aprimorar seus sistemas de produção e distribuição. Na verdade, como forma de solucionar essa crise, a Toyota contou com forte apoio de sua rede de concessionárias. Conforme já destacado nas seções anteriores, a abordagem integrativa do Sistema Lean de Produção também confere papel preponderante às concessionárias. A Toyota mantém uma cultura de possuir um número mais restrito de estabelecimentos de vendas de seus automóveis e com eles nutrir um relacionamento de longo prazo. Por exemplo, em 2009, a Toyota contava com apenas 1.400 concessionárias, o que corresponde a menos da metade do número de estabelecimentos possuídos por seus rivais – a General Motors detinha mais de 6.000 unidades (LIKER; OGDEN, 2011, p. 131–132).

A Toyota desenvolveu uma cultura de nutrir o crescimento de suas concessionárias, realizando a transferência de melhores práticas e mantendo um forte e constante intercâmbio de informações. Por essa razão, suas concessionárias foram capazes de atender a um número significativo de ligações dos clientes, esclarecendo suas principais dúvidas e tranquilizando-os. Para reverter a crise do *recall* que tinha atingido proporções alarmantes, os funcionários das conces-

sionárias foram instruídos a aceitar a responsabilidade e nunca tentar culpar fornecedores ou os próprios consumidores por eventuais problemas apontados nos veículos. Também foram criados grupos de controle de qualidade no âmbito das concessionárias para enfrentar aquela situação de crise e até mesmo gestores em posição de destaque na empresa realizaram atendimentos telefônicos, respondendo a preocupações e reclamações de clientes (LIKER; OGDEN, 2011, p. 134, 136, 138).

Em suma, empresas que adotam o Sistema Lean de Produção, dentre as quais a Toyota se mostra como o principal referencial, associam sua imagem à alta performance e a níveis de excelência em qualidade e segurança. Ao mesmo tempo que as Práticas Lean permitem reduzir o nível de defeitos e agir em prol do aprimoramento contínuo da qualidade dos produtos, a confiança extrema no perfeito funcionamento do sistema, quando induz a uma situação de miopia coletiva, impedindo o rápido diagnóstico e tratamento de problemas, pode comprometer a reputação da empresa no que se refere à qualidade e segurança de seus produtos, que constituem pontos nevrálgicos da sua estratégia de negócio.

4.2. Longas e cansativas jornadas de trabalho com potenciais efeitos negativos, tanto físicos quanto psicológicos, para os funcionários

Uma reiterada crítica constante na literatura contra a Toyota diz respeito à sobrecarga de trabalho à qual são submetidos seus funcionários. Muitos autores afirmam que, apesar de não ser obrigatória a participação dos operários em eventos realizados após o término do horário normal de expediente, apenas os funcionários que aceitam comparecer a tais atividades possuem reais chances de crescimento na montadora. Por exemplo, a colaboração dos funcionários com os

grupos de controle de qualidade, que se reúnem fora do horário de expediente, é considerada voluntária. Não obstante, afirma-se que, além de reconhecer e promover aqueles que participam desses grupos, a Toyota repreende severamente aqueles que não comparecem a tais reuniões. É importante também enfatizar que a Toyota não teve que pagar seus funcionários pelas horas extras realizadas em tais eventos, por serem considerados de participação voluntária, até 2007 (CHIKUDATE; ALPASLAN, 2018, p. 73-74).

Diversos autores criticam o Sistema Lean de Produção em função do seu alto custo humano, consubstanciado nos impactos adversos na saúde dos funcionários, em função das longas jornadas de trabalho, e na pressão por aumento progressivo de produtividade, o que pode resultar até mesmo em acidentes laborais (MEHRI, 2006, p. 41). Conforme afirma James (2019, p. 3-4), enquanto alguns autores enfatizam que o Sistema Lean de Produção estimula o desenvolvimento contínuo das habilidades dos funcionários e os recompensa por iniciativas proativas e inovadoras, o que o caracterizaria como um sistema de produção humanizado e justo, outros o consideram simplesmente como uma prisão sofisticada.

Neste contexto, vale acrescentar que casos de morte em função do excesso de trabalho já foram noticiados nos jornais envolvendo funcionários da Toyota:

Apesar de terem aumentado a qualidade e reduzido os custos dos automóveis da Toyota, [as atividades de] controle de qualidade também prejudicaram seus funcionários. Um exemplo extremo é de um engenheiro de controle de qualidade de 30 anos que se sacrificou e faleceu às 4 horas da manhã em uma fábrica da Toyota em função de *karôshi*, morte causada por fadiga extrema (...). De acordo com os registros do tribunal, ele realizou 106 horas e 45 minutos em jornada extra antes de morrer. Sua esposa declarou que, como seu

marido era um facilitador de discussões nas reuniões de controle de qualidade, ele tinha que trabalhar 50 horas extras, às vezes em casa durante os fins de semana, para preparar suas apresentações em tais reuniões (CHIKUDATE; ALPASLAN, 2018, p. 73–74)⁸⁴.

É importante enfatizar que a morte por excesso de trabalho, denominada em japonês de *karôshi* (過勞死), não é um problema observado apenas nas fábricas da Toyota e já ocorreu em outras empresas japonesas, como a NHK, a Corporação de Radiodifusão do Japão (Weller, 2017). Entretanto, apesar de valorizar os funcionários no chão de fábrica, ouvindo suas sugestões e investindo para o desenvolvimento contínuo de novas habilidades, o Sistema Lean de Produção também exige um alto nível de comprometimento da força de trabalho, o que certamente pode resultar em uma longa jornada de trabalho e maiores índices de estresse. Dessa forma, ao mesmo tempo que esse sistema de produção se mostra humanizador, na medida em que ouve seus operários e não espera que executem suas atividades de forma mecânica e monótona, como máquinas, também pode ser considerado opressivo em alguns casos, quando impõe um grau intolerável de demanda aos seus funcionários.

⁸⁴ Livre tradução do autor. O texto original possui a seguinte redação: “Although QCs increased the quality and lowered the cost of Toyota cars, they also harmed Toyota employees. One extreme example is about a 30-year old quality control engineer who sacrificed himself and died around 4 a.m. in a Toyota factory due to karoshi, death caused by extreme fatigue (...). According to the court records, he had put in 106 h and 45 min in overtime before he died. His wife claimed that because his husband was a discussion leader in QC meetings, he had to work 50 extra hours, sometimes at home on the weekends, to prepare his presentations at his QC meetings” (CHIKUDATE; ALPASLAN, 2018, p. 73–74).

Conclusão

Este capítulo apresentou as características básicas do Sistema Lean de Produção, discutindo algumas Práticas Lean e enfatizando a sua abordagem integrativa na administração da cadeia produtiva. Uma vez que as Práticas Lean resultam em maiores níveis de eficiência à proporção que são utilizadas em conjunto com fornecedores e concessionárias, pode-se afirmar que tal visão integrativa da administração da cadeia produtiva constitui uma das principais vantagens desse sistema de produção. É por intermédio da implementação de esforços conjuntos visando à melhoria da qualidade, da segurança e da eficiência, envolvendo todas as empresas parceiras, que o Sistema Lean de Produção é capaz de criar uma vantagem competitiva para toda a cadeia de produção.

Não obstante, é importante ressaltar que o Sistema Lean de Produção não é livre de limitações, sendo que a principal crítica observada na literatura diz respeito ao alto grau de estresse a que são submetidos seus funcionários, em função do nível elevado de comprometimento necessário para a consecução de atividades de *kaizen*, controle de qualidade etc. Além disso, empresas que adotam o Sistema Lean de Produção acabam por associar seus produtos a altos graus de qualidade, segurança e performance, sendo que quaisquer incidentes que descreditem tais valores podem colocar em xeque a imagem corporativa da organização frente à mídia e opinião pública. O caso da crise do *recall* da Toyota ilustra essa segunda limitação do Sistema Lean, que se refere aos potenciais danos à imagem da empresa em hipóteses de resposta inapropriada ou morosa de seus líderes a problemas nos produtos.

Por fim, cumpre enfatizar que a adoção de determinadas práticas no âmbito do Sistema Lean de Produção, tais como a criação de uma força de trabalho multitarefa, permitindo a rotação de operários

em diversos setores da fábrica, conforme a flutuação da demanda, bem como o *just-in-time*, que procura reduzir o volume de estoque ao estritamente necessário para a produção de bens que já possuem demanda comprovada, são capazes de imprimir grande flexibilidade ao processo de manufatura.

Por essa razão, entende-se que o Sistema Lean possui relevância no mundo contemporâneo, no qual eventos em nível global podem causar a disruptura da produção e exigir maior nível de flexibilidade da cadeia produtiva para se adaptar a flutuações da demanda. No caso da crise financeira global de 2007-2008, discutida neste capítulo, constatou-se que as práticas adotadas pela Toyota foram capazes de impedir uma demissão em massa de funcionários e agiram em prol da continuidade das atividades, mesmo quando as linhas de montagem estavam paradas. Assim, o Sistema Lean de Produção se destaca não somente pelo seu enfoque no uso da inovação incremental para reduzir atividades que não agregam valor ao processo produtivo, mas também pela sua capacidade de intensificar a flexibilidade de toda a cadeia manufatureira.

Recentemente, a pandemia mundial ocasionada pelo Covid-19 obrigou inúmeras empresas a pararem totalmente suas atividades em função da necessidade de se promover o isolamento social para a contenção da propagação do vírus. O resultado na produção de veículos por parte das grandes montadoras japonesas foi nefasto. Por exemplo, a produção de veículos pela Toyota teve queda de 10,2% em junho e 6,7% em agosto de 2020 em comparação com o volume manufaturado nos mesmos meses do ano anterior (THE JAPAN TIMES, 2020b). Não obstante, já foi noticiado na mídia que na fábrica da Toyota localizada em Tahara, província de Aichi, os funcionários utilizaram os dias em que a produção foi suspensa para fazer uma reforma no assoalho e na rede elétrica como forma de prevenir aci-

dentos e incêndios. Foram também coletadas mais de 300 sugestões de melhorias dos funcionários e algumas delas foram implantadas, de forma que quando as atividades produtivas na fábrica foram retomadas, os processos de trabalho já haviam sido aprimorados (THE JAPAN TIMES, 2020a).

Tendo em vista a ocorrência recorrente de incidentes globais com efeitos adversos na indústria manufatureira nas últimas décadas, estudos que examinem como sistemas de produção, como o Lean, podem imprimir maior flexibilidade às atividades de manufatura, de modo a possibilitar uma resposta rápida e adequada a situações de crise, devem ser incentivados na área de administração da cadeia produtiva.

Referências bibliográficas:

ANDREWS, Anthony P. *et al.* The Toyota crisis: an economic, operational and strategic analysis of the massive recall. **Management Research Review**, Bingley, v. 34, n. 10, pp. 1064-1077, 2011.

BLOOM, Nicholas *et al.*. Does management matter? Evidence from India. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, Working Paper 16658, 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16658>. Acesso em: 26 set. 2020.

CHIKUDATE, Nobuyuki; Alpaslan, Can M. The Curse of the # 1 carmaker: Toyota's crisis. **Critical perspectives on international business**, Bingley, v. 14, n. 1, pp. 66-82, 2018.

CUSUMANO, Michael A.; NOBEOKA, Kentaro. **Thinking Beyond Lean: How Multi-project Management is Transforming Product Development at Toyota and other Companies**. New York: The Free Press, 1998.

DYER, Jeffrey H.; NOBEOKA, Kentaro. Creating and Managing a High-performance Knowledge-sharing Network – The Toyota Case. **Strategic Management Journal**, New Jersey, v. 21, pp. 245-367, 2000.

FARRIS, Jennifer A. *et al.* Critical Success Factors for Human Resource Outcomes in Kaizen Events: An Empirical Study. **International Journal of Production Economics**, v.117, pp. 42-65, 2009.

FUJIMOTO, Takahiro. **The Evolution of a Manufacturing System at Toyota**. New York: Oxford University Press, 1999.

GOW, David. Toyota Becomes World's Biggest Seller of Cars. **The Guardian**, 27 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/japan/story/0,,2064541,00.html>. Acesso em: 26 set. 2020.

HICKS, Ben J. Lean Information Management: Understanding and Eliminating Waste. **International Journal of Information Management**, v. 27, pp. 233-249, 2007.

IMAI, Masaaki. **Kaizen: The Key to Japan's Competitive Success**. New York: McGraw-Hill, 1986.

JAMES, Reynold. The Toyota Way or the unions' way? Examining the nexus between lean and unions in Toyota Australia. **The International Journal of Human Resource Management**, London, pp. 1-39, 2019.

KENT, Robin. **Cost Management in Plastic Processing: Strategies, Targets, Techniques, and Tools**. 4 ed. Oxford: Elsevier, 2018.

KOIKE, Kazuo. **Understanding Industrial Relations in Modern Japan**. London: Macmillan Press, 1988.

LERMEN, Fernando Henrique *et al.* A framework for selecting lean practices in sustainable product development: The case study of a Brazilian agroindustry. **Journal of Cleaner Production**, v. 191, pp. 261-272, 2018.

LIKER, Jeffrey K. **The Toyota Way**: 14 Management Principles from the World's Greatest Manufacturer. New York: McGraw-Hill, 2004.

LIKER, Jeffrey K.; OGDEN, Timothy N. **Toyota Under Fire**: How Toyota Faced the Challenges of the Recall and the Recession to Come out Stronger. New York: McGrawHill, 2011.

MEHRI, Darius. The Darker Side of Lean: an Insider's Perspective on the Realities of the Toyota Production System. **Academy of Management Perspectives**, New York, v. 20, n. 2, pp. 21-42, 2006.

SAJAN, M.P.; SHALIJ, P.R.; RAMESH, A. BIJU, Augustine P. Lean manufacturing practices in Indian manufacturing SMEs and their effect on sustainability performance. **Journal of Manufacturing Technology Management**, Bingley, v. 28, n. 6, p. 772-793, 2017.

SHASHI. *et al.* The impact of leanness and innovativeness on environmental and financial performance: Insights from Indian SMEs. **International Journal of Production Economics**, v. 212, p. 111-124, p. 2019.

SHIM, Won Shul; STEERS, Richard M. Symmetric and asymmetric leadership cultures: A comparative study of leadership and organizational culture at Hyundai and Toyota. **Journal of World Business**, v. 47, pp. 581-591, 2012.

SHIMOKAWA, Koichi. **The Japanese Automobile Industry – a Business History**. London: The Athlone Press, 1994.

THE JAPAN TIMES. Forced to halt output in pandemic, a Toyota plant in Aichi evolved. **The Japan Times**, 25 de setembro de 2020a. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2020/09/25/business/corporate-business/how-toyota-plant-retooled-pandemic/>. Acesso em: 29 set. 2020.

THE JAPAN TIMES. Pandemic keeps hurting global output at Toyota, Honda and Nissan. **The Japan Times**, 29 de setembro de 2020b. Dispo-

nível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2020/09/29/business/corporate-business/coronavirus-output-toyota-honda-nissan>. Acesso em: 29 set. 2020.

WELLER, Chris. Japan is facing a 'death by overwork' problem – here's what it's all about. **Business Insider**, 18 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/what-is-karoshi-japanese-word-for-death-by-overwork-2017-10?r=UK>. Acesso em: 28 set. 2020.

WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. **The Machine that Changed the World: The Story of Lean Production System**. New York: HarperPerennial, 1991.

WOMACK, James P.; & JONES, Daniel T. **Lean Thinking: Banish Waste and Create Wealth in your Corporation**. London: Simon and Schuster, 1996.

Sobre os autores

ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA

Agrônomo, doutor em Economia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e professor colaborador da Universidade do Estado do Pará. Tem experiência em economia, extrativismo vegetal, desenvolvimento agrícola e história da agricultura e da imigração japonesa voltada para a região amazônica. Recebeu o Prêmio Prof. Edson Potsch Magalhães, Prêmio Nacional de Ecologia, Prêmio Jabuti, Prêmio Frederico Menezes da Veiga, Prêmio Samuel Benchimol e Medalha do Mérito CONFEA.

JANETE OLIVEIRA

Doutora pela PUC-RJ na área de Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Mestre em Comunicação, graduada em Relações Públicas e Língua Japonesa pela UERJ. Professora adjunta do setor de Japonês do Instituto de Letras da Uerj, com experiência na área de em Literatura e Língua Japonesas, com ênfase nas representações literárias no cinema, televisão e teatro, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, língua e cultura japonesa, interfaces português/japonês e comunicação intercultural.

JOY NASCIMENTO AFONSO

Graduada em Letras - Português e Japonês pela UNESP/Assis (2004), Mestre em Língua, Literatura e Cultura Japonesa pela USP (2011) com ênfase em Literatura Japonesa Moderna. Posteriormente concluiu o curso de Especialização em Ensino e Aprendizagem de Língua Japonesa como Língua Estrangeira (2012) pela USP. Doutora pela PPG - UNESP / Assis, na área de Litera-

tura Comparada e leciona no curso de Graduação em Letras, ministrando as disciplinas de língua e literatura japonesa, desenvolvendo pesquisas nas áreas de literatura de autoria de mulheres e literatura japonesa moderna.

LINDA MIDORI TSUJI NISHIKIDO

Professora efetiva do curso de Letras-Japonês da Faculdade de Letras da, atuando principalmente nos seguintes temas: imigração japonesa, Amazonas, Colônia Efigênio Salles, Colônia Bela Vista e relatos orais. Mestre em Língua, Literatura e Cultura Japonesa pela USP (2017). Graduada em Letras - Língua e Literatura Japonesa (2017), em Letras – Língua e Literatura Portuguesa (2012), em Ciências Contábeis (1996) e em Ciências Econômicas (1982) pela Universidade Federal do Amazonas.

OSCAR FUSSATO NAKASATO

Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (1988), mestre em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, literatura e história. Vencedor do Prêmio Benvirá 2011 de Literatura e do Prêmio Jabuti 2012 de Literatura na categoria romance com sua obra *Nihonjin*.

RENATA CABRAL BERNABÉ

Mestra (2013) e doutora (2018) pelo departamento de História Social da Universidade de São Paulo. Entre 2015 e 2016, completou um estágio de

pesquisa de doze meses como parte do doutorado (sanduíche) na Universidade de Sophia, em Tóquio, Japão. Atualmente, é bolsista de pós-doutorado pela Japan Society for the Promotion of Science (JSPS) no Department of Global Japanese Studies na Universidade de Tohoku, em Sendai, Japão. Suas linhas de pesquisa são: História das missões católicas na Modernidade, História europeia da Idade Moderna, História do Japão (período kinsei), História da Companhia de Jesus e História das Religiões.

RÔMULO DA SILVA EHALT

Formado em História (bacharelado e licenciatura) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006), estudou na Universidade de Tóquio (2006-2007), laureou-se mestre e doutor pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio (2008-2018) com bolsas do governo japonês e da Japan Society for the Promotion of Science. Passou por estágio pós-doutoral (2019-2020) financiado pela Japan Society for the Promotion of Science no Departamento de História da Universidade Sophia, em Tóquio, e desde 2021 é pesquisador do Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory, em Frankfurt am Main, na Alemanha. Seu trabalho dialoga com a história do Japão e de Portugal durante a era moderna, abordando temas como a Companhia de Jesus, a teologia moral e a emergência da escravidão colonial nos séculos XVI e XVII.

SILVIO YOSHIRO MIZUGUCHI MIYAZAKI

Professor Associado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, nos Programas de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa e de Modelagem de Sistemas Complexos da Universidade de São Paulo (USP). Livre Docente pela USP, Doutor em Economia, Mestre em Administração Pública e Bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Var-

gas-São Paulo. Bacharel em Economia pela USP. cursou disciplinas de Pós-Graduação em Economia da Hitotsubashi University, com bolsa de estudos do governo japonês. Foi pesquisador visitante nas seguintes instituições: *Harvard University, University of Tokyo, Kobe University, George Washington University, University of the Thai Chamber of Commerce e Institute of Developing Economies*. Autor do livro "As origens do investimento japonês na Ásia", publicado com auxílio de pesquisa-publicações da Fapesp.

WALDEMIRO FRANCISCO SORTE JUNIOR

Doutor em Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Nagoya, Japão (2009). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2001), e em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília (2002) e Licenciado em Letras-Japonês pela Universidade de Brasília (2014). Atualmente, trabalha no Ministério da Economia. Anteriormente, foi Pesquisador Associado no Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Advogado da Caixa Econômica Federal. Suas principais áreas de pesquisa incluem administração da cadeia produtiva, políticas públicas, política industrial e compras governamentais.

SOBRE OS ORGANIZADORES:

ALDENOR DA SILVA FERREIRA

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem experiência em Sociologia Rural, investigando os seguintes temas: campesinato, agricultura familiar, assentamentos rurais e história da agricultura, com destaque para a imigração japonesa e sua contribuição para a agricultura brasileira. Atualmente, é Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Naviraí.

MICHELE EDUARDA BRASIL DE SÁ

Professora dos cursos de Letras da FAALC/UFMS. Doutora e mestra em Letras Clássicas pela UFRJ. Concluiu estágio pós-doutoral (PNPD/CAPES 2015-2016) no PPG em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Na área de Letras (graduação), possui habilitações em português, latim, japonês e literaturas. Foi professora na UFRJ, na UFAM (2007-2012) e na UnB (2013-2018). É membro permanente do PPG em Estudos de Linguagens (PPGEL-UFMS). Foi bolsista da Fundação Japão (1999 - Study Tour Awards for Outstanding Students of Japanese Language e 2012 - Japanese Language Program for Specialists) e do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP) 2020 da Biblioteca Nacional, com a pesquisa intitulada "Estudo preliminar do VOCABULÁRIO DA LÍNGUA DE IAPAM como ferramenta de tradução".

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>



ISBN 978-65-89995-52-4



9 786589 995524

